

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

GILBERTO TONETTO

RIO CARVÃO E RIO MAIOR: PAISAGENS, RIOS E COMUNIDADES

CRICIÚMA, SC

2021

GILBERTO TONETTO

RIO CARVÃO E RIO MAIOR: PAISAGENS, RIOS E COMUNIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – Mestrado da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), como requisito para a qualificação de Dissertação de Mestrado.

Orientador: Prof. Dr. Nilzo Ivo Ladwig

CRICIÚMA, SC

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

T664r Tonetto, Gilberto.

Rio Carvão e Rio Maior : paisagens, rios e comunidades / Gilberto Tonetto. - 2021.

161 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2021.

Orientação: Nilzo Ivo Ladwig.

1. Paisagens - Carvão, Rio, Bacia (SC). 2. Paisagens - Maior, Rio, Bacia (SC). 3. Bacias hidrográficas. 4. Solo - Uso - Planejamento. I. Título.

CDD 23. ed. 551.483



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL
CATARINENSE
Pró-Reitoria Acadêmica
Diretoria de Pesquisa e Pós-
Graduação
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

PARECER

Os membros da Comissão Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se forma remota conforme RESOLUÇÃO N. 02/2020/PPGCA que estabelece procedimento para a Defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais por meio de videoconferência, para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pelo candidato **GILBERTO TONETTO**, sob o título: “**RIO CARVÃO E RIO MAIOR: PAISAGENS, RIOS E COMUNIDADES**”, para obtenção do grau de **MESTRE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS** no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e arguido o candidato, os membros são de parecer pela “**APROVAÇÃO**” da Dissertação.

Criciúma/SC, 09 de setembro de 2021.

Prof. Dr. Pedro Rosso
Primeiro Examinador

Profa. Dra. Teresinha Maria Gonçalves
Segundo Examinador

Prof. Dr. Nilzo Ivo Ladwig
Presidente da Comissão e Orientador

*Existem pessoas que significam mais que palavras,
pensamentos e sentimentos conseguem expressar,
esses são os mais importantes na minha existência.*

Obrigado Pai. Obrigado Mãe.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas me apoiaram, incentivaram e suportaram para a realização deste trabalho, mas os primeiros agradecimentos são uma reverência a minha família, meus pais Afonso Tonetto e Zenaide Justina Bortolatto Tonetto, a minha irmã Glória Silvana Tonetto ao meu cunhado Cristiano Velho e minha sobrinha Beatriz Velho.

Os agradecimentos aqui colocados são especiais e sinceros para todos com quem tenho a honra de conviver. Tenham certeza, sou um ser sentimental, que vive suas emoções a cada momento, se a cada dia tivesse a oportunidade de venerar aos amigos, antes de qualquer coisa, teria que agradecer por compartilharem comigo os eternos momentos da minha existência. Por isso, para não cometer erros, gostaria que aqueles que passaram e aos que estão, nessa longa estrada da vida ao meu lado, se sentissem nesse momento homenageados, OBRIGADO.

Agradeço também a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais a quem devo o reconhecimento pela sabedoria transmitida ao longo dessa jornada. De modo especial ao Professor Nilzo, pela sabedoria e imensurável colaboração no desenvolvimento desta dissertação e para além dela, pelo exemplo de profissional e ser humano.

Aos colegas e amigos de sala de aula e do Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial com quem tive o privilégio de compartilhar momentos de aprendizado, de conversas e descontração, todos marcaram e estão guardados na parede da memória da minha vida.

Não poderia deixar de fazer referência aos colegas e amigos de trabalho do Instituto Federal de Santa Catarina pelas conversas, trocas de experiências e apoio em muitos neste e em tantos outros mais.

Quero registrar agradecimentos as pessoas com quem conversei durante a realização deste trabalho, em especial aos que me receberam em suas casas e seus familiares, cito aqui: João Albani Teixeira, Clodoaldo Mazuco, Antonio de Lorenzi Bocardo e Gema Cancelier Bocardo, Verônica Terezinha Bento Pignatell, João Jovelino Feltrin, Sidnei Casagrande, Paulina Cechinel Mazzucco, Clésia da Graça Ceron Mutini e Laudelino Mutini, Cenilda Maria Mazzucco, Volnei José Pilon, Adilto Ceron, Brígida Marioti, Ézio Agenor Scarabelot, Eloísa de Freitas Frassetto, Geraldo Cittadin e Valdete Scarabelot Cittadin.

Por fim, a todos que diretamente ou indiretamente estiveram presentes comigo nesta jornada.

Ontem, hoje e sempre.

OBRIGADO!!!

Todos que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro – atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (AB’SÁBER, 2003)

RESUMO

A paisagem assume papel de catalisar todos os elementos que a compõem, do material ao imaterial, entretanto, a água representada pelo rio é o elemento mais simbólico. O rio é o fio condutor na pesquisa que objetivou analisar as paisagens das bacias hidrográficas dos rios Carvão e Maior numa perspectiva histórica e cultural. Da confluência desses dois rios nasce o rio Urussanga, que segue com esse nome até desaguar no Atlântico. A metodologia baseou-se na pesquisa qualitativa e adotou uma mescla de procedimentos e instrumentos guiados principalmente pela geografia cultural. Iniciou-se pelo arcabouço teórico-conceitual, depois a coleta de dados com entrevistas e estudo de campo e, por fim, a análise dos dados à luz da fundamentação teórica. Identificou-se que as paisagens possuem uma mesma base histórica que as caracterizam. Primeiro, tinha-se as paisagens condicionadas aos usos e ocupações dos povos indígenas, os Laklãnõ-Xokleng. A partir do final do século XIX, período da colonização efetuada por imigrantes italianos, uma nova paisagem começa a surgir. Sobreposta à paisagem que existia, os colonizadores foram deixando suas marcas com sua cultura. Essa ruptura na paisagem impacta em todos os recursos naturais e teve, na derrubada da mata para a plantação de lavouras e no uso dos rios com a força motriz, uma nova configuração da paisagem perdurando por certo tempo. Este caminho é o mesmo nas áreas inseridas nas duas bacias hidrográficas. Com desenvolvimento das atividades econômicas veio um novo elemento na vida e na paisagem da região, a mineração de carvão que impacta diretamente e indiretamente em todas as comunidades. A bacia hidrográfica do rio Carvão teve parte de suas terras exploradas pelas atividades do carvão, já a bacia do rio Maior não, porém, muitas pessoas foram trabalhar na nova atividade econômica, abandonando ou deixando as atividades ligadas à terra em segundo plano. Essa foi uma outra ruptura estabelecida na paisagem, com a mudança na dinâmica sociocultural. Com o passar do tempo, as atividades carboníferas dominaram economicamente o cenário regional, o carvão se tornou o principal produto. No entanto, esse novo paradigma deixou um rastro de degradação ambiental nas paisagens, vistos sobretudo, na água. Percebida pelos moradores, a recuperação das áreas com passivos ambientais é preocupação forte nas duas bacias hidrográficas, mesmo a bacia do rio Maior que não sofreu com a mineração de carvão. Questões como preservar as encostas, nascentes e cachoeiras também apareceram com destaque. No que tange aos elementos que guardam a memória das paisagens, a pesquisa aponta diversos elementos, materiais e imateriais, que devem ser salvaguardados como patrimônio. Construções ainda preservadas, outras abandonadas, celebrações religiosas e histórias que passam de geração em geração compõem e caracterizam a paisagem nas comunidades. Indica-se ser possível valorizar esse patrimônio por meio de instrumentos legais associados a estudos mais aprofundados. Contudo, sugere-se a implementação de painéis interpretativos alocados em pontos estratégicos identificando os patrimônios e elementos já consolidados. Os painéis podem estar interligados por uma rota, tendo o rio como fio condutor, a referência para deslocamento de turistas e/ou outras atividades científicas e educativas.

Palavras-chave: Paisagem. Hidrografia. Patrimônio.

ABSTRACT

The landscape plays the role of catalyzing all the elements that compose it, from the material to the immaterial, however, the water represented by the river is the most symbolic element. The river is the guiding thread in the research that aimed to analyze the landscapes of the hydrographic basins of the Carvão and Maior rivers from a historical and cultural perspective. From the confluence of these two rivers, Urussanga river is born, which continues with that name until it flows into the Atlantic. The methodology was based on qualitative research and adopted a mixture of procedures and instruments guided mainly by cultural geography. It started with the theoretical-conceptual framework, then data collection with interviews and field study and, finally, data analysis considering the theoretical foundation. It was identified that landscapes have the same historical basis that characterizes them. First, there were landscapes conditioned to the uses and occupations of indigenous peoples, the Laklãnõ-Xokleng. From the end of the 19th century, the period of colonization carried out by Italian immigrants, a new landscape began to emerge. Superimposed on the existing landscape, the colonizers left their marks with their culture. This rupture in the landscape had an impact on all-natural resources and had, in the clearing of the forest to plant crops and in the use of rivers as a driving force, a new configuration of the landscape that lasted for some time. This path is the same in the areas put in the two hydrographic basins. With the development of economic activities, a new element came in the life and landscape of the region, coal mining that directly and indirectly impacts all communities. The Rio Carvão river basin had part of its land exploited by coal activities, while the Rio Maior basin did not, however, many people went to work in the new economic activity, abandoning or leaving land-related activities in the background. This was another break established in the landscape, with the shift in sociocultural dynamics. Over time, coal activities dominated the regional scenario economically, and coal became the main product. However, this new paradigm left a trail of environmental degradation in landscapes, seen, above all, in water. Perceived by residents, the recovery of areas with environmental liabilities is a strong concern in both hydrographic basins, even the Rio Maior basin that did not suffer from coal mining. Issues such as preserving slopes, sources of rivers and waterfalls also featured prominently. Regarding the elements that keep the memory of the landscapes, the research points out several elements, material and immaterial, that must be safeguarded as heritage. Buildings still preserved, others abandoned, religious celebrations and stories that pass from generation to generation make up and characterize the landscape in the communities. It is indicated that it is possible to value this heritage through legal instruments associated with more in-depth studies. However, it is suggested the implementation of interpretive panels allocated at strategic points identifying the assets and elements that have already been consolidated. The panels can be interconnected by a route, with the river as a guideline, the reference for tourists and/or other scientific and educational activities.

Keywords: Landscape. Hydrography. Patrimony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização da bacia dos rios Carvão e Maior, Urussanga – SC.	18
Figura 2: Confluência do rio Carvão e Maior.	19
Figura 3: Componente da apreciação e compreensão da paisagem.	32
Figura 4: Síntese do caminho metodológico.	51
Figura 5: Organização do Assentamento Laklãnõ-Xokleng no entorno do rio.	60
Figura 6: Última festa tradicional realizada para a perfuração de lábios dos meninos.	61
Figura 7: Vista parcial da colônia Azambuja em 1877.	68
Figura 8: Os rios Urussanga e América com a confluência e área central do município de Urussanga no meio, 1978.	69
Figura 9: Roda d'água da atafona e vista parcial da serraria, da marcenaria e da atafona	74
Figura 10: Cachoeira no rio Maior, na comunidade de Rio Maior e pequena queda d'água no rio Carvão, na comunidade de Rio Carvão.	77
Figura 11: Bacia hidrográfica do rio Carvão com o caminho percorrido.	84
Figura 12: Estrutura abandonada do cabo aéreo na comunidade do bairro Nova Itália.	85
Figura 13: Cartão postal de Urussanga, década de 1970.	87
Figura 14: Espécie de Memorial do cabo aéreo, as margens da rodovia SC 108, centro de Urussanga.	88
Figura 15: Casarão da família Cechinel, comunidade de Rio Carvão Baixo.	88
Figura 16: Vista parcial da comunidade de Rio Carvão Baixo, em 2017.	90
Figura 17: Vila operária da mina Rio Maior, década de 1940 na comunidade de Rio Carvão.	91
Figura 18: Atualmente, pertence a Jaqueline Trento, às margens da rodovia dos minérios na comunidade de Rio Carvão.	95
Figura 19: Parte da estrutura de um lavador de carvão no leito do rio Carvão.	98
Figura 20: Encontro do rio Carvão e um afluente da margem esquerda, comunidade de Rio Carvão.	99
Figura 21: Vista parcial da área degradada pela extração de carvão entre as comunidade de Rio Carvão e Rio Carvão Alto.	101
Figura 22: Água saindo da Mina Santana, em Rio Carvão.	102
Figura 23: Notícias nas revistas de circulação nacional em setembro de 1984.	103
Figura 24: Memorial aos mineiros vítimas da explosão da Mina Santana em 1984. Comunidade de Santana, Urussanga.	104

Figura 25: Estrutura abandonada de um lavador de carvão abandonado na comunidade de Rio Carvão.	105
Figura 26: Parte do cartão postal de Urussanga que contém também o cabo aéreo, década de 1970.....	107
Figura 27: Vista parcial da comunidade de Rio Carvão Alto.....	108
Figura 28: Os afluentes formadores do rio Carvão, comunidade de Rio Carvão Alto.	109
Figura 29: Bacia hidrográfica do rio Maior e o caminho percorrido.....	111
Figura 30: Leito do rio Maior na comunidade de Linha Rio Maior.	112
Figura 31: Restaurante, Museu Baesso e construção restaurada, comunidade de Linha Rio Maior.	112
Figura 32: Barragem e represa de captação de água no rio Maior, comunidade de Linha Rio Maior.	114
Figura 33: Placas defronte à capela da comunidade de Linha Rio Maior.....	115
Figura 34: Estrutura preservada de roda d'água, comunidade de Linha Rio Maior.	116
Figura 35: Estrada entre as comunidades de Linha Rio Maior e Rio Maior.	117
Figura 36: Vista parcial da estrada geral da comunidade de Rio Maior.	118
Figura 37: Muro de taipa ao longo da estrada geral, na comunidade de Rio Maior.....	119
Figura 38: Propriedade da família Bocardo, na comunidade de Rio Maior.....	122
Figura 39: Igreja de São Gervásio e São Protásio e entorno na comunidade de Rio Maior. .	123
Figura 40: Cachoeiras no leito do rio Maior, próximo a Igreja de são Gervásio e São Protásio.	124
Figura 41: Muro de contenção e barragem no leito do rio Maior para uso de uma roda d'água no passado, comunidade de Rio Maior.	125
Figura 42: Imagem antiga área da ferraria e marcenaria.....	125
Figura 43: Início do rio Maior, comunidade de Rio Maior.	127
Figura 44: Placa na rodovia SC 108 na comunidade de São João do Rio Maior.	128
Figura 45: Extração basalto/diabásio na comunidade de São João do Rio Maior.....	129
Figura 46: Vista parcial da parte mais elevada na comunidade de São João do Rio Maior. .	130
Figura 47: Vista parcial da comunidade de Rio Molha Alto.....	131
Figura 48: Síntese de algumas referências da paisagem.	132
Figura 49: Vista parcial da comunidade do Rio Maior, em 1968 e 2021.	135

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Companhias Carboníferas em Urussanga no ano de 1942.	94
Quadro 2: Lista das referências na paisagem na bacia do rio Carvão e rio Maior.	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Somatório das áreas impactadas (em hectares) pela mineração de carvão por distritos.....	137
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRIC - Associação Comunitária do Rio Carvão
ACRIMA - Associação Comunitária do Rio Maior
APA - Área de Proteção Ambiental
APP - Área de Preservação Permanente
BHRC - Bacia Hidrográfica do rio Carvão
BHRM - Bacia Hidrográfica do rio Maior
BHRU - Bacia Hidrográfica do rio Urussanga
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DAM - Drenagem ácida de mina
EFASCE - Associação dos Descendentes Friulanos de Urussanga
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ETA - Estação de tratamento de água
FCC - Fundação Catarinense de Cultura
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINERASIL - Mineração Geral do Brasil S.A
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	17
1.2 OBJETIVOS.....	20
1.2.1 Objetivo geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
2 CAMINHO TEÓRICO	21
2.1 OS RIOS NA OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	21
2.2 A BACIA HIDROGRÁFICA COMO UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	26
2.3 RIOS E PAISAGENS	27
2.4 PAISAGEM E PATRIMÔNIO	39
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	49
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
4.1 AS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES (respeitando o passado)	55
4.2 A PARTIR DA OCUPAÇÃO COLONIAL.....	62
4.2.1 Contexto histórico para a colonização	63
4.2.2 A ocupação a partir da colonização	66
4.2.3 Histórias em comum, caminhos e paisagens diferentes	76
4.3 PERCORRENDO OS CAMINHOS, OLHANDO O RIO, DECIFRANDO AS PAISAGENS	83
4.3.1 Caminho do rio Carvão	84
4.3.2 Caminho do rio Maior	110
4.4 ENTRELAÇANDO OS CAMINHOS	131
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	149

1 INTRODUÇÃO

As paisagens são compostas por elementos materiais e imateriais, expressam cultura e recebem subjetividade. Os rios são um desses elementos que assumem destaque por carregar consigo as marcas da história de ocupação e uso das sociedades humanas. O rio é a água e “na água podemos ver toda a natureza refletida”. (WORSTER, 2008, p.29). Os rios são um registro vivo e fiel do que se passou no seu entorno, compõem poesia, música, arte e cultura. Sua importância pode estar não só nos seus usos, mas na memória das pessoas e dos lugares, possuem muitos significados e são um elemento fundamental para a compreensão das paisagens.

Dessa forma, o que pensar do município em que você residiu possuir o mesmo nome do rio que corta seu território? Como entender que os dois rios que você conhecia quando criança estavam bem próximos, porém, eram tão diferentes em sua cor, cheiro e usos? Em um desses rios você pescava, banhava-se e aprendia a nadar, enquanto no outro, que também era palco de brincadeiras, o conselho era de não entrar. Esses dois rios também marcam, identificam e nomeiam seis comunidades.

Quer dizer, conforme a escolha do rio a paisagem mudava, mas as pessoas eram as mesmas. Estes rios são os rios Carvão e Maior que, ao se unirem resilientes, formam o rio Urussanga, no município homônimo no sul do estado de Santa Catarina. E quem se insere nesse contexto é o autor e muitas outras pessoas que viveram entre as décadas de 1980 até o início dos anos 2000 na comunidade do bairro Nova Itália, delimitada por estes rios.

Este trabalho trata sobre as paisagens, os rios e as pessoas que se inserem nas bacias hidrográficas dos rios Carvão e Maior, analisando os caminhos que as paisagens passaram numa perspectiva histórica e cultural. Caminhos, trocadilho para buscar o percurso feito pelas águas e pelo tempo nessas comunidades e por seus habitantes. Assim, busca-se a história do passado, a narrativa do presente num horizonte que alcança uma perspectiva de futuro.

A motivação pode vir de diversos fatores, como a simples conclusão do curso em nível de mestrado, como uma qualificação profissional multidisciplinar, como maneira de compreender melhor as questões ambientais e sociais à luz das Ciências Ambientais. Tudo isso é verdade, mas em essência a motivação principal vem do entusiasmo em compreender melhor o meu lugar de origem norteador pelo embasamento científico com vistas a contribuir para preservar a memória das pessoas, que inseridas nessas paisagens delimitadas pelas bacias

hidrográficas, são sujeitos que merecem dizer o que pensam e sentem, pois “o sujeito se confunde com seu horizonte e se define como ser-no-mundo”. (COLLOT, 2012, p.12).

Esses múltiplos sentidos e sentimentos, registrados nessa dimensão por quem viveu nesse lugar, podem ser considerados ousadia, já que se expressar em uma seara que prima pela cientificidade ao trazer tal envolvimento e apego seria perigoso? Mas doravante, a paixão que norteia a trajetória de vida e de vidas deve ser a mesma que anseia expor para o mundo o elemento que marca a humanidade e traz em seu âmago a fonte da vida. Dessa maneira, entrelaçou-se uma justificativa nos aspectos no plano teórico começando pela história do município de Urussanga.

Urussanga e suas comunidades possuem ligação forte com os rios, originados pelo nome¹ e que perpassa toda sua memória mesmo antes da instalação dos primeiros imigrantes. O povo Laklãnõ-Xokleng, último povo indígena a ocupar a região, utilizava os rios para diversas finalidades. Do mesmo modo, a demarcação de terras para ocupação da então colônia aconteceu no ano de 1878, quando Joaquim Vieira Ferreira localizou sua sede em forma triangular, na confluência dos rios dos Americanos e Urussanga, aproveitando a configuração natural do terreno. (FERREIRA, 1939; ESCARAVACO, 1985). A partir desse momento, o rio e a água foram fundamentais no processo de ocupação e desenvolvimento da colônia e de toda a região sul de Santa Catarina.

Reforçando o vínculo que os rios possuem na ocupação e na formação da paisagem, podemos destacar na atualidade os nomes das comunidades que ao mesmo tempo são nomes de rios que formam o município e são afluentes do rio Urussanga, como o Rio Maior, Rio Carvão, Rio Galo, Rio Salto, Rio América, Rio Caeté, Rio Barro Vermelho, dentre outros. A maioria desses nomes foram estabelecidos no período em que as famílias dos imigrantes italianos eram assentadas na então colônia de Urussanga no final do século XIX, isso porque “o nome do rio é cravado pelo mais recente conquistador. Os demais são naufragos, tungados pela história oficial”. (MEIRELLES FILHO, 2016, p.31).

No contexto do desenvolvimento das atividades humanas com o passar do tempo, em Urussanga, ao mesmo tempo em toda a região, foram se formando e se consolidando, de um

¹ É comum encontrar na literatura e no entendimento local uma forma simplificada da etimologia da palavra Urussanga que a relaciona com Uru (passáreo) e sanga (pequeno curso d'água). No entanto, Marques (1978) expõe em pesquisa feita que a origem do nome está na língua tupi-guaraní em Y-roičanga, primeiro transformado em Uruçanga. Pela decomposição “Água (1) fria (roi) muito (cag) ou seja: água muito fria”. (MARQUES, 1978, p. 69). Mesmo antes da colonização no município de Urussanga, os Guaranis ocupavam áreas do baixo vale do rio e deram nome a esse rio.

lado, os núcleos coloniais de imigrantes vindos da Europa, desenvolvendo atividades agrícolas, a cultura e a tradicional paisagem rural com a ideologia da imigração transformando com sua técnica as paisagens; de outro lado, no mesmo espaço físico, foi-se desenvolvendo a economia do carvão. (CAROLA, 2004). Até as comunidades que não estavam inseridas diretamente nas atividades carboníferas acabaram sendo impactadas por essa atividade.

Esses dois "lados" da ocupação e uso da terra resultaram no que pode ser visto na atualidade nas paisagens das comunidades e nos rios das bacias dos rios Carvão e Maior. Na bacia do rio Carvão encontram-se grandes áreas degradadas pela atividade do carvão, a qualidade da água está comprometida pela drenagem ácida de mina (DAM), transporte de sedimentos e resíduos deixados pela mineração; já na bacia do rio Maior a água apresenta boa qualidade, sendo inclusive utilizada para abastecimento humano. As características mencionadas acompanham fisicamente toda a bacia do rio Urussanga até a foz no oceano Atlântico e indo além, chegam às paisagens de outras bacias, municípios e comunidades inseridas na Bacia Carbonífera Catarinense².

Ao mencionar os elementos que se destacam e identificam as paisagens que representam hoje as comunidades do rio Maior estão edificações tombadas como patrimônio histórico da imigração italiana; já no rio Carvão, o que marca a paisagem são os passivos ambientais vistos, sobretudo, na água do rio, áreas e construções abandonadas das atividades do carvão que muitos chamam de "paisagem lunar".

Em face deste cenário, reconhece-se que os rios se apresentam como elemento fundamental da configuração das paisagens, possuem forte ligação com os lugares, com as pessoas, estão estreitamente vinculados à história e aos modos de vida estabelecidos. Desse modo, o rio se torna o fio condutor e testemunha, absorve em suas águas o que se passou nesses espaços, torna-se elemento catalisador que compõe e marca a composição da paisagem dessas comunidades. Nesse sentido, a opção do estudo com área delimitada pela bacia hidrográfica justifica-se em primeira ordem pelas questões históricas de ocupação das comunidades que coincidem praticamente pelo recorte da bacia hidrográfica.

Une-se o embasamento contido nas bases conceituais ao versar sobre o estudo de bacias hidrográficas o amparo da Lei nº 9.433/97 que criou o Sistema Nacional de

² Bacia Carbonífera Catarinense constitui-se de uma faixa aproximada de cem quilômetros de comprimento e uma largura média de vinte quilômetros, entre a Serra Geral a Oeste e o maciço granítico da Serra do Mar a Leste, seguindo a orientação Norte-Sul. Compreende os municípios de Lauro Müller, Urussanga, Siderópolis, Treviso, Criciúma, Forquilha, Içara, Morro da Fumaça e Maracajá. (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002).

Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) primando pela gestão participativa e descentralizada, tendo a bacia hidrográfica como unidade territorial. As análises realizadas partindo deste recorte espacial podem ser desenvolvidas por diversas abordagens. Aqui, coloca-se o rio como linha mestra e a bacia como limitador da pesquisa para identificar as comunidades inseridas dentro desta área e aglutinar as informações. Para Machado (2003, p.136), “esta unidade geográfica tem no seu rio formador o ponto central para onde se convergem os remanescentes de todas as atividades ali desenvolvidas”. Portanto, a delimitação pelas bacias do rio Carvão e rio Maior foi pensada por entender-se ser a base territorial adequada para atender os objetivos da pesquisa e por servir como unidade de gestão e planejamento territorial por gestores, pesquisadores e seus habitantes.

Esta pesquisa objetivou analisar as paisagens das bacias hidrográficas dos rios Carvão e Maior numa perspectiva histórica e cultural. Para isso, primeiro descreveu-se o processo de uso e ocupação histórico-cultural, fazendo uma contextualização que considerou diversos elementos históricos e sociais. Em seguida, identificaram-se por meio de pesquisas bibliográficas, saída de campo e entrevistas as relações dos moradores no passado e atualmente com os rios e as paisagens e, por fim, buscaram-se nas paisagens elementos de relevância histórica que possuem significados socioculturais para serem salvaguardados e que podem se tornar um patrimônio com potencial turístico e/ou educacional.

Claval (2014, p.23) afirma que “as paisagens constituem um objeto de estudo fascinante para aqueles que se interessam pela geografia cultural, mas sua interpretação nunca é fácil”. Mesmo não sendo fácil esse foi o caminho escolhido. Assim, a pesquisa fundamenta-se nos pontos apresentados até aqui com a concepção da geografia cultural e na forma de estudo balizada no método histórico. Destaca-se a aproximação aos moradores locais, questão por vezes não muito valorizada em pesquisas científicas, por meio das entrevistas-narrativas embasadas na metodologia da história oral.

Por fim, ao envolver as pessoas das comunidades e acreditar ser dever de qualquer pesquisador aproximar as pesquisas científicas da sociedade, almeja-se com os resultados uma valorização dos conhecimentos/sentimentos de todos que vivem nessas comunidades e que são essenciais para a compreensão de quaisquer processos sociocultural e ambiental. Por essa concatenação, o propósito é de contribuir para que as discussões entre sociedade e ambiente não deixem de incluir os moradores locais e os marcos históricos e socioculturais elencados por eles ao realizar projetos/intervenções de planejamento e gestão nesses territórios.

Para fins de situar o leitor, a dissertação está organizada em cinco capítulos. Este, que é o primeiro, lança-se como contato inicial com a introdução, a localização da área de estudo e

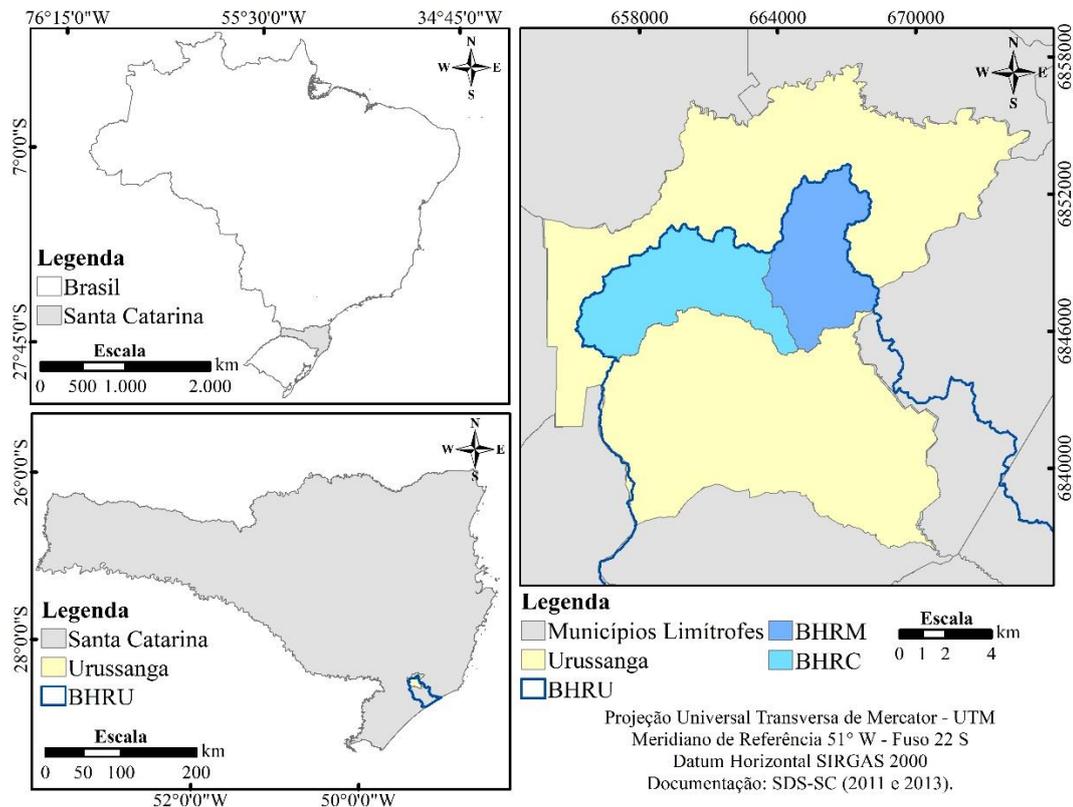
os objetivos. No segundo buscou-se apresentar o marco teórico embasado na Geografia Cultural dialogando com diversos autores. Procurou-se trazer bases teórico-conceituais com vistas a fundamentar e refletir a importância dos rios para a humanidade em conformação com a paisagem e sua interpretação para o planejamento e gestão territorial com vistas à patrimonialização da paisagem. No terceiro capítulo indicaram-se os procedimentos metodológicos que guiaram o desenvolvimento da pesquisa. No quarto são apresentados os resultados da pesquisa partindo das primeiras ocupações, com início do recorte no período que antecede a colonização e contextualização da colonização com a ocupação e os usos. Em seguida, fez-se um recorte histórico nas duas bacias e nas comunidades dos rios Carvão e Maior para evidenciar o processo que resultou nas paisagens. Ainda, expõem-se os resultados da pesquisa de campo e um entrelaçamento entre todas as informações coletadas. Por fim, as considerações finais em que são indicadas as conclusões, reflexões e apontamentos oriundos do trabalho desenvolvido.

1.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida nas comunidades inseridas nas bacias hidrográficas dos rios Carvão e Maior, localizadas a oeste e noroeste do município de Urussanga, sul do estado de Santa Catarina, (figura 1). Estão inseridas dentro de uma bacia hidrográfica maior, a bacia do rio Urussanga que tem sua foz no oceano Atlântico na praia do torneiro, município de Jaguaruna.

A população total residente em ambas as bacias, somando as comunidades inseridas total ou parcialmente, é de 4.328 habitantes, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde. (URUSSANGA, 2020). Já a população de todo o município de Urussanga foi estimada para o ano de 2020 em 21.344 habitantes. (IBGE, 2021).

Figura 1: Mapa de localização da bacia dos rios Carvão e Maior, Urussanga – SC.



Fonte: LabPGT (2021).

Na bacia hidrográfica do rio Carvão as comunidades de Rio Carvão, Rio Carvão Baixo, Rio Carvão Alto estão totalmente inseridas na bacia, sendo que o curso principal do rio Carvão corta estas comunidades. Historicamente, essas três comunidades eram uma só chamadas de Rio Carvão, mas com o passar do tempo e o aumento da população foram divididas. A comunidade do bairro Nova Itália é margeada pelo rio Carvão, onde está a grande parte das residências, e pelo rio Maior. Ainda estão inseridas parcialmente, considerando os divisores d'água, as comunidades de Santaninha, Santana, Coxia Rica, Rio América e Belvedere, (SORATO, 2019), as quais possuem poucos habitantes dentro da bacia. Entre essas é em Belvedere onde se localiza a nascente do rio Carvão, sendo também a nascente mais distante da foz do rio Urussanga.

Na bacia hidrográfica do rio Maior estão inseridas totalmente e cortadas pelo rio Maior as comunidades de Linha Rio Maior, Rio Maior e São João do Rio Maior e parcialmente Rancho do Bugres, São Valentim, Barro Preto, estas com poucos moradores na área da bacia. Na bacia existe a Área de Proteção Ambiental do Rio Maior (APA), instituída pela Lei nº 1665, de 1998, criada com objetivo de garantir a conservação da vegetação e dos recursos hídricos, bem como preservar o patrimônio cultural e arquitetural do meio rural, proteger espécies ameaçadas de

extinção, também busca fomentar as atividades econômicas locais como o turismo ecológico, a educação ambiental e a pesquisa científica e melhorar a qualidade de vida da população residente. (URUSSANGA, 1998).

No que tange às características hidrográficas, em relação à área a bacia do rio Carvão, ocupa 30,08 km² e a do rio Maior 24,28 km². (BACK *et al.*, 2019; SUTIL, 2018). Da confluência dos rios Carvão e Maior, conforme figura 2, nasce o rio Urussanga que dá nome também a toda a bacia hidrográfica do rio Urussanga e que possui sua foz no oceano Atlântico, na praia do Torneiro, no município de Jaguaruna, limite com o Balneário Rincão, sul de Santa Catarina.

Ambas as bacias estão localizadas no alto vale da bacia do rio Urussanga. (ADAMI; CUNHA, 2014). O sistema de drenagem contém rios de até 4^a ordem. A amplitude altimétrica na bacia do rio Carvão é de 560m e altitude média de 279,7m enquanto na bacia do rio Maior esses mesmos indicadores são de 409m e 219,6m, sendo o ponto mais elevado na bacia do rio Carvão com 600m e na do rio Maior com 400m. (BACK *et al.*, 2019). Os autores concluem que a bacia do Rio Carvão possui área, amplitude altimétrica, declividade e ainda riscos de erosão superiores à bacia do rio Maior.

Figura 2: Confluência do rio Carvão e Maior.



Fonte: O autor (2021).

Quanto à unidade geomorfológica, a área está localizada nos Patamares da Serra Geral, Depressão da Zona Carbonífera Catarinense e Serras do Leste Catarinense. (ADAMI, CUNHA,

2014). De acordo com o mapa geológico da bacia do rio Urussanga, nas duas bacias encontram-se as unidades litoestratigráficas da formação Serra Geral, Irati, Palermo, Rio Bonito, Rio do Sul e Suíte Intrusiva Pedras Grandes. (ADAMI, CUNHA, 2014). A mesma publicação demonstra que os tipos de solos encontrados nas bacias são Argissolos e Cambissolos. Em relação ao clima em todo o município de Urussanga, conforme classificação climática de Köppen, é Cfa mesotérmico caracterizado por ser úmido com verão quente. (BACK, 2010).

A vegetação original é inserida no bioma Mata Atlântica classificado como Floresta Ombrófila Densa. (IBGE, 2012). A Floresta Ombrófila Densa permite uma divisão pelas faixas de latitudes e altimétricas, assim as bacias encontram-se em sua maior parte na Formação Submontana, situada nas encostas dos planaltos/serras de 30 m até em torno de 400 m de altitude e a menor parte Formação Montana, situada no alto dos planaltos e/ou serras de 400 m até em torno de 1000 m. (IBGE, 2012). Observa-se que com o passar do tempo as atividades desenvolvidas, principalmente a agricultura e a mineração, impactaram nessas características fazendo com que a vegetação hoje seja predominantemente secundária, com destaque para áreas de reflorestamentos com espécies exóticas.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as paisagens das bacias hidrográficas dos rios Carvão e Maior numa perspectiva histórica e cultural.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever o processo de uso e ocupação histórico-cultural dos espaços geográficos das bacias hidrográficas;
- Identificar as relações dos moradores com os rios Carvão e Maior considerando os usos realizados no passado e presente;
- Indicar elementos nas paisagens com potencial turístico considerando os atrativos dos patrimônios natural e histórico-cultural para potencializar uma roteirização.

2 CAMINHO TEÓRICO

Para ter um rumo que dialogue com a ciência, o referencial teórico está embasado em diversos autores, mas guiou-se, aqui, principalmente por autores da geografia cultural. Dessa forma, esse capítulo abordará primeiro a importância dos rios na ocupação e desenvolvimento das sociedades humanas; em seguida, são expostas questões relacionadas às bacias hidrográficas no que tange à sua concepção teórico-conceitual voltada ao planejamento e gestão territorial; e, depois, é realizada uma reflexão sobre o conceito de rio e de paisagem para terminar dialogando com a paisagem e patrimônio.

2.1 OS RIOS NA OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os rios são documentos que permitem ler a história dos lugares, retratar os episódios marcantes e dar conta das dinâmicas sociais presentes em cada momento da nossa existência. (PEIXOTO, 2017, p. 62).

Quer seja pela sua importância vital a todos os seres vivos, quer seja pela sua dimensão simbólica como fonte de vida, esse elemento natural chamado de água (H₂O), é presença indispensável para que a Terra pulse. Os rios são a expressão mais doce desse líquido. Os registros históricos demonstram que em todas as partes do mundo, tanto os rios quanto às áreas próximas, foram utilizadas e ocupadas intensamente por diversas civilizações, constituíram e ainda constituem fator fundamental no desenvolvimento das sociedades humanas.

Vem de muito tempo a relação de dependência da humanidade para com os rios. De acordo com Peixoto (2017), desde a mudança do nomadismo para o sedentarismo por meio da agricultura, os rios foram elementos determinantes para a ocupação e desenvolvimento humano, sendo “inegável que a agricultura foi o principal fator de sedentarização e que os rios foram determinantes no estabelecimento e na evolução da economia agrícola” (PEIXOTO, 2017, p.59). O autor argumenta que essa mudança de paradigma correspondeu a um salto civilizacional que não só libertou a humanidade dos ritmos e das disponibilidades da natureza, mas também proporcionou o desenvolvimento das formas de organização social que marcam o nosso processo civilizacional. Portanto, é a partir dessa nova relação que começa uma profunda alteração na maneira de conceber e perceber o espaço natural, também começa um novo modelo que possibilita transformar a paisagem em um cenário construído a partir de seus usos. (CAETANO; BEZZI, 2011 apud LEITE, 1994).

Para Peixoto (2017), ao longo da história os rios foram palco de intensas transformações nos seus usos sociais e econômicos, não só por carregarem registros marcantes

para uma infinidade de atividades empreendidas no seu leito ou próximo dele, mas porque foram fator preponderante para a ocupação e desenvolvimento da humanidade. De acordo com o autor:

Primeiro na busca das terras mais férteis. Depois, com o crescimento demográfico, na expansão territorial das comunidades. Ou ainda na escolha da localização mais adequada para desenvolver o comércio que se estabeleceu entre locais dispersos, mas que os rios permitiam ligar enquanto veículos primordiais de circulação. Marcam indelevelmente os sistemas construtivos locais tradicionais, quer pelos materiais que são extraídos dos seus leitos e margens, quer pelos materiais que permitiam transportar. Mas estão também presentes na emergência de guerras e de conflitos inerentes à defesa da propriedade e à conquista das melhores localizações estratégicas. Como ainda na evolução técnica e tecnológica. (PEIXOTO, 2017, p. 60).

Para as mais distintas sociedades do planeta e em períodos diferentes os rios aparecem como elemento definidor da ocupação e desenvolvimento cultural, social e econômico estando em diversos estudos (SARAIVA, 1999; GORSKI, 2010; GANDARA, 2013; SANTOS; PAVEI; CAMPOS, 2016; GOUVEIA, 2016; MIRANDA; MEIRELLES FILHO, 2016; PEIXOTO, 2017, ARRUDA, 2008).

Diante das características climáticas e geológicas do território brasileiro o país não poderia deixar de ter tido sua ocupação e desenvolvimento ligados aos rios, segundo Meirelles Filho, (2016, p.24), “o Brasil sempre se consagrou como nação fluvial”. Mesmo antes da ocupação colonial encontram-se registros da ocupação tendo como referências os rios e as áreas ribeirinhas em períodos pré-históricos. Por exemplo, Santos; Pavei e Campos (2016) apontam que na região Sul de Santa Catarina, em pesquisa realizada entre os rios Urussanga e Mampituba, foram encontrados 53 sítios arqueológicos permitindo indicar quais grupos pré-históricos ocuparam essa região e suas adaptações culturais às paleopaisagens.

Infelizmente, a história e cultura dos povos originários no Brasil foi usurpada e fadada quase ao total esquecimento, mesmo em relação aos grupos em locais que tiveram ocupações mais recentes, pouco se conhece e muito se perdeu. Essa anulação do conhecimento do outro subtrai uma narrativa histórica mais ampla, empobrecendo-a de tal modo que as pessoas que vieram para cá “lusu-brasileiros e, depois, brasileiros, em visão utilitarista, raramente se abrem a compreender o significado do rio, do ambiente natural, a partir do ponto de vista dos povos originais”. (MEIRELLES FILHO, 2016, p. 24). E, embora se tenham apropriado do conhecimento desses povos para diversos fins, como o domínio da natureza e navegação dos rios para conquistar territórios, aqueles que aqui chegaram trataram de desprezar essa cultura. (CORRÊA, 2008).

No que tange à área de estudo do presente trabalho e região, apesar de pesquisas feitas após o desaparecimento dos povos originários que habitavam todo sul catarinense, existem vários registros como de Santos; Pavei; Campos, 2016; Campos, 2015; Silva; Farias, 2013; Selau, 2006; Farias, 2005; Lavina, 1994; dentre outros, capazes de apresentar elementos culturais dos grupos que viveram na região. A maioria dos estudos baseou-se em pesquisas nos sítios arqueológicos, como ilustra Farias (2005) ao identificar que os habitantes do período pré-colonial ocupavam pequenas elevações, nas confluências dos rios, locais cobertos pela floresta ombrófila mista e densa. No capítulo 4 abordar-se-á com mais detalhes a história dos povos originários na região.

Voltando à história geral do país, no livro “Rios do Brasil: História e Cultura”, Miranda e Meirelles Filho (2016) colocam os rios em evidência e buscam conduzir o leitor, com textos e imagens, a (re) conhecer a importância e significados que os rios e suas águas possuem, tanto para o processo de apropriação do território quanto para os povos originários. Na referida obra, Meirelles Filho (2016) conduz a uma abordagem que instiga a conhecer as origens das principais bacias hidrográficas brasileiras e diz: “exibe-se ao leitor a riodiversidade do I-Brasil”. (MEIRELLES FILHO, 2016, p. 24). O autor esclarece que em Tupi I significa água, assim “a história do I-Brasil é a narrativa social dos rios” (MEIRELLES FILHO, 2016, p. 24), dessa forma, ele permeia o passado e enfatiza questões atuais que envolvem os rios do Brasil. Já Miranda (2016) explana aspectos históricos dos rios brasileiros e navega em seus textos para demonstrar os rios como sistemas naturais e humanos.

Na obra de Miranda (2016) e Meirelles Filho (2016) encontra-se diversas interposições significativas das ligações que os povos originários do Brasil possuem com os rios. As manifestações citadas pelos autores podem ser vistas em muitas tradições, cultos, misticismo e em palavras toponímicas presentes no nosso vocabulário. Das passagens que chamaram a atenção deste autor estão duas que frisam a importância vital da água e do rio, a primeira diz que “para grupos indígenas como os Paiaguá (Payagua), ferozes resistentes ao invasor Ibérico na Bacia do Paraguai, os Rios são a extensão do corpo, o líquido amniótico”. (MEIRELLES FILHO, 2016, p.26). A segunda é que após a expulsão de garimpeiros que haviam invadido território indígena dos Yanomami deixando um rastro de destruição nas matas e contaminação das águas dos rios com mercúrio, fora perguntado para um Yanomami, qual das ações devastadoras vistas por ele havia lhe chocado, ele responde na beira do rio Mucajá: “foi ver um homem urinar nas águas deste rio”. (MIRANDA, 2016, p. 212).

Os rios no Brasil são tão representativos que uma das expressões mais utilizadas para se referir aos limites norte e sul do território é “do Oiapoque ao Chuí”, que embora sejam dois

municípios, são também dois rios. Para Miranda (2016), a grande quantidade de rios localizados no território nacional garante atualmente ao país possuir um imenso capital hídrico decorrente da constante força despendida pelos portugueses no processo de exploração, ocupação e conquista do território. Nesse sentido, Corrêa (2008) apresenta em seu trabalho, “Os rios na formação territorial do Brasil” um estudo de caso sobre a historiografia paulista, uma análise de como se deu a expansão das fronteiras para o interior baseado na obra de diversos autores, dentre eles, em especial Sérgio Buarque de Holanda: nesse estudo o foco foi questionar o papel dos rios e verificar como eles foram caracterizados.

A questão de aproveitar o conhecimento do território pelos povos originários se apresenta tão significativa que muitas cidades brasileiras se desenvolveram e possuem seu processo histórico de ocupação originado por essa dinâmica. Pode-se tomar como exemplo a maior cidade do país, segundo Gouveia (2016), São Paulo tem sua localização e ocupação ligada à presença do rio Tamandateí, anterior à colonização europeia. A autora expõe que esse rio foi responsável por fornecer alimento para as populações indígenas e fator de fixação, além de importante caminho entre o litoral e o interior paulista, sendo aproveitado posteriormente pelos portugueses. Esses fatores também condicionaram o estabelecimento e desenvolvimento da vila de São Paulo de “Piratininga”. Desde a fundação, em 1554, até meados do século XIX, a mancha urbana se restringia a uma área do interflúvio Anhangabaú-Tamandateí, na bacia hidrográfica do Rio Tamandateí, bacia do Alto Tietê. (GOUVEIA, 2016).

Em diversos registros aparece que em todo o país muitas das cidades surgiram inicialmente às margens dos rios que tinham muito a oferecer, fazendo com que as populações ribeirinhas tivessem - e ainda tenham - forte ligação com os rios e cursos de água em geral, serviu para o abastecimento, controle do território, alimentos, possibilidade de circulação de pessoas e bens, energia hidráulica, lazer, entre outros benefícios, sendo isso corroborado por diversas pesquisas. (GANDARA; 2013; GORSKI, 2010, ANDRADE; 2012, SILVA; 2017, MIRANDA; 2016).

Conforme exposto, os rios se apresentam com papel fundamental na ocupação e no desenvolvimento do território brasileiro em diferentes lugares, com o surgimento de muitos povoados que depois vieram a ser tornar cidades, como no caso já mencionado de São Paulo, mas outras importantes cidades no país como Belém, Manaus, Recife e Teresina, ainda cidades menores como Araranguá, Tubarão e Urussanga em Santa Catarina que têm sua ocupação, formação e expansão norteados pelos cursos dos rios. Observa-se que as três últimas cidades estão localizadas na região sul do estado de Santa Catarina, municípios cuja composição dos nomes deriva de rios de origem da língua tupi.

Indo em direção à área de estudo, ressalta-se a história de parte dessa região em que aparece a ocupação europeia com o desenvolvimento da colonização, tendo como marco os vales fluviais. Foi a partir de 1850, ano da publicação da “Lei de Terras”³, que começou a consolidação da colonização com a fundação de muitos núcleos coloniais em Santa Catarina, dentre eles a região Sul. (KLUG; SANTOS; LIMA, 2018). Foi no ano de 1876, em visita ao vale do rio Tubarão, que o presidente da então Província solicita ao Governo Imperial a formação de colônias para ocupação das terras devolutas⁴ na região do vale do rio Tubarão e do rio Urussanga. No mesmo ano é nomeada uma comissão chefiada pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira (FERREIRA; 1939, DALL’ALBA; 1983, ESCARAVACO; 1986).

A Comissão Colonizadora utilizava os cursos d’água para se deslocar, demarcar as colônias e assentar os colonos. Inicia-se pelo vale do rio Pedras Grandes, afluente da margem direita do rio Tubarão, onde fundam no ano de 1877 a colônia Azambuja, sede do primeiro núcleo, assentando os imigrantes italianos nos lotes dos rios Pedras Grandes, Canela Grande e Armazém (FERREIRA; 1939, DALL’ALBA; 1983). Após a fundação e assentamento dos colonos ter se efetivado por completo, a comissão parte para o vale do rio Urussanga fundando em 1878 outro núcleo colonial. (FERREIRA; 1939, DALL’ALBA; 1983, ESCARAVACO; 1986). Após essas duas colônias, muitas outras são estabelecidas também utilizando os rios como referência. No capítulo 4 abordar-se-á com mais minúcias essa relação estabelecida com os rios.

Diante do exposto, ao considerar que desde os registros dos povos que se desenvolveram às margens de diversos rios ao longo da história do desenvolvimento humano aos povos originários do território brasileiro até os imigrantes que vieram a ocupar o sul de Santa Catarina, precisamente em Urussanga, nas bacias dos rios Carvão e Maior, no final do século XIX aos dias de hoje, os rios possuem ligação direta com as mais diferentes sociedades e estão presentes nas paisagens marcando a história das pessoas.

³ A Lei nº 6.012, de 18 de setembro de 1850, chamada de “Lei de Terras” estabeleceu as regras para compra de propriedade nas terras públicas, as diferenças do domínio público e privado proibindo qualquer outra forma de aquisição se não fosse a compra. (DALL’ALBA, 1983).

⁴ Eram terras não utilizadas para uso nacional, provincial ou municipal; as terras que não se estavam em domínio particular sem nenhum título legítimo e as terras cujos títulos de propriedades provenientes de concessão, caídos em prescrição, não estivessem convalidados pela mesma lei. (DALL’ALBA, 1983).

2.2 A BACIA HIDROGRÁFICA COMO UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

No Brasil, a partir de 1997, com a criação da Lei das Águas (Lei nº 9.433/97), marcou-se também a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH). Dentre os fundamentos está posto que a água é um bem de domínio público, um recurso natural limitado e dotado de valor econômico que a bacia hidrográfica é considerada unidade territorial para gestão e que a gestão deve ser descentralizada, contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. (BRASIL, 1997).

Reschilian e Bevilacqua (2012) trazem que o significado de identidade/unidade territorial atribuído à bacia hidrográfica tem origem nos conflitos relacionados à água para garantir a sobrevivência humana. Esse pressuposto está pautado, segundo Reschilian e Bevilacqua (2012, p. 1), “na perpetuação da acumulação de riqueza e sua reprodução, quanto à garantia da sobrevivência humana, sem a qual não há a reprodução do capital, e conseqüente desenvolvimento”. Para os autores é nesse território que se desenrolam tanto processos ambientais como as interferências humanas, que acabam por conduzir para o conceito de gerenciamento de bacias hidrográficas.

Porto e Porto (2008) consideram a bacia hidrográfica como um ente sistêmico bem adaptado aos sistemas de gestão de recursos hídricos. Para eles é no território da bacia que se desenvolvem todas as atividades humanas e estão as áreas de preservação, sendo que no exutório aparecem todas as conseqüências das formas de ocupação das terras e uso das águas que para ali convergem. Em relação à escala da bacia, os autores apontam que o tamanho ideal está relacionado à necessidade do problema a ser abordado. Nesse sentido, corroboram Guerra e Cunha (2003) ao afirmarem que ao fazer esse recorte se classifica uma área como unidade de planejamento permitindo a integração das questões ambientais e sociais num espaço territorial adequado.

Schussel e Neto (2015) alertam que no entendimento de bacia hidrográfica como unidade territorial é preciso superar o conceito clássico que expõe somente a rede de drenagem e suas conexões. Argumentam ser necessário compreendê-la “como uma porção de espaço formada por um conjunto de elementos físicos, biológicos, sociais e políticos que interagem entre si, modificando todo o sistema”. (SCHUSSEL; NETO, 2015. p.140). Nesse sentido, Machado (2003) concorda com essa concepção ao afirmar que:

Uma bacia hidrográfica é um sistema terrestre e aquático geograficamente definido e composto por sistemas físicos, biológicos, econômicos e sociais. Contém, portanto,

uma grande diversidade de ambientes onde se desenvolvem diferentes atividades econômicas, as quais exercem uma influência direta na vegetação, nos solos, na topografia, nos corpos d'água e na biodiversidade em geral. Esta **unidade geográfica tem no seu rio formador o ponto central para onde se convergem os remanescentes de todas as atividades ali desenvolvidas.** (MACHADO, 2003, p. 136, grifo do autor)

Saraiva (1999) comunga dessa concepção ao dizer que as qualidades ou os problemas que ocorrem no território da bacia são os refletidos na água dos rios de forma direta ou indireta, por isso os rios são o elemento linear de grande visibilidade que representam as atividades socioeconômicas. A compreensão da lógica territorial de uma bacia hidrográfica é fundamental para o planejamento e tomada de decisões voltadas à sua utilização para todos os seres vivos.

Todas as definições aqui expostas sobre bacias hidrográficas foram consideradas, entretanto, para o desenvolvimento do presente trabalho o norte foi estabelecido pelos trabalhos de Saraiva (1999), Machado (2003) e Schussel e Neto (2015). Estes forneceram substanciais subsídios para compreender uma bacia hidrográfica numa visão mais holística. Por isso, o entendimento é que uma abordagem que parta do recorte territorial de bacia hidrográfica não pode deixar de trazer os aspectos históricos e socioculturais da área de estudo, sendo que estes aspectos sejam utilizados no planejamento e a gestão territorial, garantindo a inclusão dos moradores nesse processo.

2.3 RIOS E PAISAGENS

O rio constitui uma paisagem natural e cultural que tem servido de referência para o homem ao longo de toda a sua existência. (SARAIVA, 1999, p. 1).

Como definir um rio? Qualquer curso d'água pode ser considerado rio? A compreensão é igual em todas as partes do mundo? Pensar na definição de um elemento da natureza tão presente e marcante ajuda ao mesmo tempo a desconstruir e a construir diferentes e novas visões acerca do que já se tinha como certo. Miranda (2016) responde essa inquietação dizendo que é difícil conceituar e explicar, mas procura nortear quanto à etimologia em algumas línguas.

Do termo latino *fluvius*, utilizado para designar rio, os italianos mantêm a palavra *fiume*, os franceses *fleuve*, os alemães *fluss* e, dessa mesma raiz latina, na língua portuguesa existe o termo *flume*, de uso tão raríssimo como *flúmen*. Mas existem. De uso mais comum, restaram termos derivados como *afluente*, *fluvial* e até *fluido* e *fluir*. Para os ibéricos, espanhóis ou portugueses, o termo genérico e de uso abrangente é *rio*, do latim vulgar *rius*. Que evoca o ribeiro, o regato ou a corrente de água. Para os franceses, por exemplo, um rio é um curso d'água que se lança num oceano ou no mar. Só excepcionalmente num deserto (como o Rio Okavango no Kalahari) ou num lago

(como o Rio Logone no Lago Tchade) ou num mar interior (como o Rio Jordão no Mar Morto). Para os francófonos, rios são diferentes de riachos, regatos e ribeirões, que lançam as águas noutra curso d'água. Para os gauleses, Tietê, Purus e Xingu seriam riachos. Já para os brasileiros, uma definição dada aos riachos, regatos e ribeirões é que podem ser atravessados a pé. (MIRANDA; 2016, p. 216).

O autor faz uma ponderação que na língua portuguesa a definição e o entendimento de rio é bem ampla e abrangente, devido a essa generosidade lusitana, num país do tamanho do Brasil, colonizado pelos portugueses, não poderiam faltar rios com as mais variadas formas e características naturais e culturais que ainda “desafiam a física, os geógrafos e a cartografia”. (MIRANDA; 2016, p. 216).

Com esse breve passeio pela origem dos significados em diferentes idiomas e países, percebe-se como pode ser fácil saber o que é um rio, porém, de acordo com o lugar em que se vive e sua cultura pode ficar complexo conceituá-lo e defini-lo. Muitas disciplinas e áreas têm o rio como elemento caro aos seus estudos, daí trazer aqui a definição no âmbito da geografia, geologia e áreas afins do dicionário geológico-geomorfológico:

Corrente líquida resultante da concentração do lençol de água num vale. Um curso de água pode, em toda sua extensão, ser dividido em três partes: 1) curso superior, 2) curso médio, 3) curso inferior [...]. O rio pode ser definido pelo talvegue, pelas vertentes e pelos terraços. Um rio constitui, por conseguinte, a reunião do lençol de água numa calha cujo declive contínuo permite uma hierarquização na rede hidrográfica. Eles possuem cabeceiras que dão origem ao seu curso e recebem vários afluentes. São limitados lateralmente pelas margens e pelas vertentes às quais dão a forma, ou melhor, o tipo de vale. Chegam ao mar, ou a um lago desembocando, às vezes, por um longo canal; outras vezes a foz é constituída por uma série de ilhas, sendo no primeiro caso chamado de *estuário* e, no segundo, de *delta*. Os rios podem originar-se das águas da chuva, isto é, da junção de vários filetes, de fontes, da fusão de neves e geleiras, ou, ainda, de emissários de lagos. (GUERRA; 2004, p. 544-545).

Os rios também assumem papel preponderante nas funções ecológicas de qualquer ecossistema e prestam muitos serviços ecossistêmicos. A simbologia do rio e do ciclo da água são tão intensas que para exemplificar os princípios da ecologia de uma maneira forte e clara Leopold (1953) *apud* Holzer (2008, p. 28) “sugeriu que a natureza é como um “rio circular” como uma correnteza fluindo dentro dela mesma, girando em círculo num incessante circuito, fluindo através de todo o solo, da flora e da fauna da terra”. É o fluxo, o movimento da água no rio que o distingue de outros elementos da natureza como os mares e lagos. Esse dinamismo destacado por Saraiva (1999, p.236) “assume simultaneamente um carácter simbólico de renovação e continuidade, ao mesmo tempo que liga elementos físicos, biológicos e socioculturais conferindo-lhes unidade e simultaneamente complexidade”.

Outra função natural e ecológica exercida pelos rios é como agente de transformação do relevo terrestre. Ao longo da história geológica do planeta, seu movimento esculpiu e modificou o conjunto das mais variadas formas da superfície da Terra, num processo permanente e dinâmico, delimitando a morfologia do relevo muitas vezes de forma visível e outras invisíveis (GORSKI, 2010), mas sempre presente com maior ou menor intensidade.

Na visão de Saraiva (1999), é imprescindível conceber que o rio constitui uma paisagem natural e cultural que serve de referência para a humanidade no decorrer de toda sua história, seja pelos seus usos ou pela dimensão simbólica. Com uma pesquisa densa e abordagem com múltiplas direções, a autora coloca o rio e a bacia hidrográfica no centro de seu estudo de forma a trazer um modelo de sustentabilidade para o ordenamento e gestão de corredores fluviais. Nesse sentido, Saraiva (1999) entende que o rio reflete os usos realizados no território da bacia, afirmando que:

O rio constitui uma paisagem natural e cultural que tem servido de referência para o homem ao longo de toda a sua existência. Como fonte de água, elemento vital e indispensável, como meio de comunicação e circulação, como marco territorial que percorre e estrutura o espaço, como inspiração de poetas e pintores, múltiplas são as dimensões que representam para a sociedade esses elementos simultaneamente tão comuns e tão singulares que percorrem as paisagens de todo o mundo. (SARAIVA, 1999, p. 1).

As exposições anteriores têm por objetivo manifestar como o rio é um elemento natural e cultural, e como pode ser percebido, interpretado e valorizado de forma diferente dependendo da cultura, do período histórico e da área de estudo. Como já demarcado, seguir-se-á por caminhos teóricos que se possibilite compreender o rio na paisagem alicerçada na visão da geografia cultural. “A paisagem, como objeto de interpretação da Geografia, permite a leitura da cultura e da história de um povo através da manifestação dos valores, crenças e demais atributos que os identificam”. (CAETANO; BEZZI, 2011, p. 454).

Nesse ínterim entre rio e paisagem buscou-se enfoque em dialogar com a percepção vinculada à paisagem tendo o rio como elemento principal, não obstante os aspectos históricos terão papel fundamental nesse diálogo. Por que se entende dessa maneira? Por concordar com a visão de Arruda (2008) que assevera que um rio, fundado por meio de suas imagens, histórias e memórias traz em suas águas uma construção humana, fazendo este ser considerado paisagem, pois:

O rio, com suas imagens, suas histórias, seus relatos, como aparece nos documentos, trata-se de uma construção humana, antes de mais nada. Ao evocar uma referência, o homem sente brotar dentro de si imagens, memórias, histórias relacionadas àquele rio. Mas ainda assim, ele continua lá, no mesmo lugar, desde há muito, bem antes do *Homo sapiens* dar seus primeiros passos. Os rios contêm parte dessa antiga história das relações entre os homens e o natural. (ARRUDA, 2008, p. 10).

Nessa perspectiva, mesmo que o rio não deixe de ser um elemento natural, sendo simplesmente uma corrente líquida de água, é a partir do momento que o ser humano lhe atribui algum sentido que esse curso d'água passa a ter significado para a humanidade. Os rios compõem junto com o relevo, vegetação e solos os elementos naturais das paisagens. Contudo, a carga cultural concebida é o que lhe confere ser também paisagem. Nessa direção corrobora Arruda (2008, p.11) ao dizer que “a paisagem é um atributo da cultura e é assim que percebemos a realidade física do natural. O que vejo não são os rios, mas suas funções”.

No arcabouço conceitual da paisagem parte-se de que “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. (SANTOS, 2006, p.103). Para complementar, o autor ajuda a clarificar que a paisagem também “representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente” (SANTOS, 2012, p. 54).

Assim, a paisagem se apresenta como o resultado das inter-relações estabelecidas pelo ser humano diante das condições naturais existentes num determinado ambiente. Essa ação de adaptação/apropriação desenvolvida nos ambientes pelas sociedades humanas, com o passar do tempo, refletiu nas transformações deixadas nas paisagens que se encontram hoje em praticamente todo o planeta.

Entretanto, não se pode compreender a paisagem de forma estanque e definitiva. Ainda, Santos (2012) elucida outra perspectiva sobre a paisagem, a dimensão do que se vê, da subjetividade, “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc”. (SANTOS; 1988, p. 20). Por esse viés é destacado um elemento amplamente discutido, a percepção da paisagem:

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. [...] A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência. (SANTOS, 1988, p. 21, grifo do autor).

A dimensão perceptiva com intuito de compreender que a paisagem constitui uma forma mais aguçada de ir além dos aspectos físicos apreendidos pela visão. Esse aprimoramento

para decomposição da paisagem ganha mais força à medida que o observador utiliza outros sentidos para alcançar o que a paisagem representa.

Nessa linha, encontra-se Collot (2012) que colabora no sentido de ligar a compreensão da paisagem à percepção na obra *Pontos de vista sobre a percepção de paisagens*. Logo no início de seu texto assevera que “só se pode falar de paisagem a partir de sua percepção” (COLLOT; 2012, p.11). A percepção da paisagem não se limita a só receber passivamente o que a visão apreende, ela é uma organização sensorial que vai construir um sentido para cada pessoa, de tal modo que o autor busca analisar as principais características da organização perceptiva. Para ele, a concepção da paisagem dependerá da posição em que se encontra o sujeito, que é condicionada a três elementos: a ideia de *ponto de vista*, a de *parte*, e a de unidade ou de *conjunto*.

A primeira é definida a paisagem a partir do *ponto de vista* de onde é examinada. Nessa concepção a paisagem (objeto) e o sujeito não estão numa relação de exterioridade, eles estão numa experiência inseparáveis, numa relação mútua em que o objeto está envolvido com o sujeito, mas sobretudo o sujeito está imerso nesse espaço. Dessa maneira, a paisagem é vista de dentro, numa “solidariedade entre paisagem percebida e sujeito perceptivo [...] o sujeito se confunde com seu horizonte e se define como ser-no-mundo”. (COLLOT, 2012, p.12). O autor faz uma observação quanto à importância do estudo da paisagem ao considerar o ponto de vista em contraponto a uma visão unitarista. Diz Collot (2012, p. 13) que “salvaguardar a paisagem é uma forma de reivindicar o lugar do sujeito num espaço cada vez mais objetivado e objetivante”.

A paisagem vista como *parte* seria uma limitação do observador de conseguir ver apenas uma parte da área. A limitação se liga a dois fatores: a posição do sujeito que oferece a amplitude de seu campo de visão; e, a morfologia da área observada e se manifesta por duas vias: pelo enquadramento da paisagem a uma linha além da qual mais nada é visível (horizonte externo) e por causa da existência no interior do campo delimitado de partes não visíveis, a não ser que haja um deslocamento (horizonte interno). Essa dialética não é de um todo negativa para a paisagem, pois essas partes são preenchidas pela percepção que ultrapassa o simples dado sensorial.

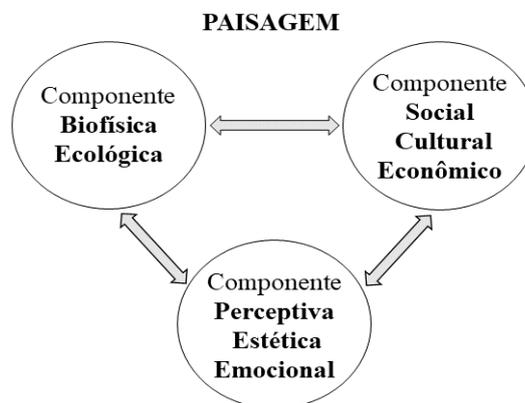
E, por último, a paisagem é vista como *conjunto*. É pela limitação de ver uma paisagem por completo que ela se constitui em uma *totalidade* coerente, “ela forma um “todo” apreensível “de um só golpe de vista”, porque é fragmentária. Um conjunto que não se define senão pela exclusão de determinado número de elementos heterogêneos”. (COLLOT, 2012, p. 16). Diante

dessa coerência que a paisagem se torna apta a significar: “ela apresenta-se como uma unidade de sentido, “fala” àquele que a olha”. (COLLOT, 2012, p. 17).

A percepção da paisagem é um elemento que também está entre os temas contemplados no trabalho de Saraiva (1999). Dentre sua proposta ressalta-se a parte dedicada a interpretar a percepção das populações de uma bacia hidrográfica em relação às paisagens fluviais e ribeirinhas com objetivo de servir de subsídio nas decisões dos planos de ordenação da paisagem e uso do solo.

De acordo com a autora, é necessário avaliar que as relações indivíduo-paisagem estão ligadas a três componentes que interagem mutuamente. Seriam os componentes: (1) biofísico e ecológico; (2) social, cultural e econômico e (3) perceptivo, estético e emocional, organizados na figura 3. Na visão de Saraiva (1999) é fundada nessas interações que se alcançará melhor compreensão da paisagem, pois “representa uma síntese espacial e temporal de inter-relações entre homem e natureza num dado cenário físico”. (SARAIVA; 1999, p. 225).

Figura 3: Componente da apreciação e compreensão da paisagem.



Fonte: Saraiva (1999, p. 226).

Ao colocar a percepção como componente, Santos (1988), Collot (2012) e Saraiva (1999) tornam a compreensão da paisagem bem mais abrangente. Essa inserção possibilita ir além da interpretação apenas pelo que se vê da paisagem como um quadro, confere ao sujeito (individual e coletivo) ser partícipe ativo das formas, funções e relações experienciadas no lugar vivido, na paisagem que ele está, vê e sente no cotidiano.

Nesse sentido, apresenta-se Tuan (1980) que embasa seus estudos em topofilia, o que, em síntese, significa “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”. (TUAN, 1980, p. 5). Nesse trabalho, ele investiga as questões ligadas à percepção, atitude, valor e visão do mundo e fornece

importantes contribuições aos aspectos subjetivos e culturais das relações humanas com a natureza e os sentimentos sobre o lugar vivido.

As condicionantes culturais imbricadas com a subjetividade dos sujeitos pelo lugar vivido condicionam então diferentes perspectivas da paisagem, embora num mundo cada vez globalizado as visões e espaços estejam homogeneizadas. Desse modo, entende-se que os moradores de um determinado lugar possuem sua carga subjetiva e coletiva, têm percepções, valores, sentimentos e outros aspectos enraizados na sua história que lhes proporcionam diferentes percepções daqueles não residentes. Portanto, estes são peça-chave para decifrar qualquer paisagem, uma vez que conseguem ir além do que a visão alcança.

A diferença na interpretação da paisagem pelos moradores locais e os não residentes aparece nos estudos de Tuan (1980) e de Duncan (2004). Aqui, segue-se com a explicação de Tuan (1980), para este autor uma pessoa de outro lugar ou mesmo que ali reside há pouco tempo não consegue perceber a paisagem com a mesma amplitude de uma pessoa que ali reside há muito tempo. Ele exemplifica a diferença dessas percepções entre o visitante e o nativo:

O visitante e o nativo focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente. Em uma sociedade tradicional estável os visitantes e as pessoas de passagem constituem uma minoria da população total; [...] em geral, podemos dizer que somente o visitante (e especialmente o turista) tem um ponto de vista; sua percepção frequentemente se reduz a usar seus olhos para compor quadros. Ao contrário, os nativos têm uma atitude complexa derivada de sua emersão na totalidade de seu meio ambiente. O ponto de vista do visitante, por ser simples, é facilmente enunciado. A confrontação com a novidade, também pode levá-lo a manifestar-se. Por outro lado, a atitude complexa do nativo somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente através do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito. (TUAN, 1980, p. 72-3).

Esses apontamentos são imprescindíveis para avaliar como se interpreta a paisagem e leva-se a refletir sobre o ponto da emersão que são experienciadas somente pelos nativos, porque somente eles desenvolveram relações entre o ambiente e os sujeitos residentes, forjadas numa convivência e coexistência únicas tornando o seu lugar *sui generis*. A relação instituída neste espaço, exclusivamente pelos nativos, também proporciona o sentimento de pertencimento, pois é neste ambiente que acontece “a vivência concreta do sujeito, no qual ele trabalha, constrói sua casa, faz sua poética, constrói laços, apega-se, sente-se pertencente àquele lugar. (GONÇALVES, 2007, p. 28).

Sobre o lugar, Santos (2006) interpreta que pode variar do local ao global, mas não deixará de ser singular, por isso “cada lugar é, à sua maneira, o mundo [...]. Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais”. (SANTOS, 2006, p. 212). O autor manifesta que:

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2006, p. 218).

Nesse contexto, pode-se voltar ao elo afetivo com o termo topofilia para relacionar a percepção da paisagem do sujeito ao lugar de vida a partir da experiência vivida. Expressa Tuan (1980, p. 107), “a topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo”. No pensamento do autor, este símbolo corresponde a um conjunto de significados decorrentes das experiências mais profundas registradas no ambiente vivido com o passar do tempo.

Cosgrove (1998) também fala de símbolos, para ele todas as paisagens possuem significados simbólicos, pois são o resultado da apropriação e transformação do meio ambiente pelo ser humano, simbologia esta que está gravada nas paisagens e atrelada, fundamentalmente, à cultura. Apesar dessas apropriações/transformações nem sempre estarem visíveis é possível decodificá-las por meio de evidências. Para ele, as técnicas disponíveis para fazer essa decodificação são todas usadas pelas ciências humanas: destes, os geógrafos conseguem reconhecer, ao menos verbalmente, “a centralidade de um profundo e íntimo conhecimento da área em estudo”. Os dois principais caminhos para isto são o trabalho de campo e o mapa”. (COSGROVE, 1998, p. 109). Então, para os geógrafos, têm-se dois principais caminhos, todavia como disse o autor, é preciso ir além na busca de desvendar as evidências, pois para ele:

Chamo de evidência qualquer fonte que possa nos informar os significados contidos na paisagem para os que a fizeram, a alteraram, a mantiveram, a visitaram e assim por diante, e outras que possam desafiar nossas previsões e teorias, exatamente como seu próprio conjunto será informado por essas previsões e teorias. (COSGROVE, 1998, p. 109).

Embora apresentem limitações, as evidências que servem como fonte para a leitura da paisagem estão cada vez mais abrangentes, o autor alerta ser indispensável que o pesquisador tenha sensibilidade histórica e contextual não deslocando a paisagem de seu contexto de tempo e espaço. Como para Cosgrove (1998, p.98), “a paisagem, de fato, é uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma “cena” uma unidade visual”, o que

a paisagem representa ou informa são diferentes relações entre a vida humana e a natureza. Diante dessa síntese, o autor sugere ser possível enquadrar uma paisagem por muitas perspectivas a partir dessas evidências, podendo-se falar, então, em paisagem da classe dominante, paisagem alternativa, paisagem residual, paisagem emergente e paisagem excluída. Ainda, ressalta Cosgrove (1998) ser fundamental considerar todas as marcas impregnadas nas paisagens, seja material ou imaterial, visíveis ou invisíveis, não esquecendo que os significados são diferentes para cada grupo social e para cada sujeito.

Reconhece-se que as evidências, quando bem preservadas, marcam as paisagens e deixam símbolos, no entanto, com o passar do tempo, o desaparecimento dessas marcas implica o esquecimento de toda a história daquele lugar. Mais que isso, aos poucos se apagam os traços culturais e a memória das pessoas que viveram e vivem no lugar, fazendo com que a identidade desse grupo/comunidade deixe de existir. Para que os símbolos contidos nas paisagens tenham algum significado e valor, estes precisam ser vividos e sentidos pelas pessoas, desse modo, Cosgrove (1998) declara que:

Paisagens simbólicas não são apenas afirmações estáticas, formais. Os valores culturais que elas celebram precisam ser ativamente reproduzidos para continuar a ter significado. Em grande parte, isto é realizado na vida diária pelo simples reconhecimento dos edifícios, nomes dos lugares e etc., mas frequentemente os valores inscritos na paisagem são reforçados por ritual público durante cerimônias maiores ou menores. (COSGROVE, 1998, p. 115).

É claro que nem todas as representações que caracterizam determinada paisagem permanecerão inalteradas ou continuarão a ser celebradas para sempre, pois as diversas relações estabelecidas naquele meio (atividades econômicas, sociais, os próprios moradores) e a própria natureza se transformam com o passar do tempo. E, por conseguinte, algumas partes ou representações culturais podem ser objeto de valorização afetiva mais profunda do que outros. Nesse sentido, Claval (2004, p. 52-53) interroga: “por que valorizam determinados elementos da paisagem e os consideram como elementos de um patrimônio cuja preservação lhes parece essencial para preservar sua integridade?”. O autor mesmo responde que “as razões são variadas: o fato de eles serem lugares de culto, simbolizam o poder que neles está instalado, de lembrarem momentos gloriosos ou dolorosos da história de uma coletividade. (CLAVAL, 2004, p. 53).

Duncan (2004) também contribui na perspectiva de leitura ao afirmar que paisagem deve ir além do visível, considerando sua dimensão simbólica e seus significados. O autor compreende a paisagem como um texto com seus processos sociais e culturais, possível de ser lido e interpretado de diferentes formas por cada leitor, porém, não pode ser separado de seu

contexto. Nessa linha, sua concepção se direciona a dizer que paisagem está ligada à cultura, pois “é um dos elementos centrais num sistema cultural, pois, como um conjunto ordenado de objetos, um texto age como um sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado”. (DUNCAN, 2004, p. 106).

É com a preocupação de conseguir compreender e interpretar os significados contidos na paisagem que Duncan (2004) faz uma crítica aos pesquisadores que usam apenas os métodos de observação e procura em arquivos. Ele recomenda a entrevista como forma de coleta de dados sobre a percepção para ampliar os subsídios na busca pela leitura e interpretação da paisagem, sugerindo três linhas de investigação.

Na primeira recomenda-se buscar um registro, leitura, interpretação e importância da paisagem junto aos moradores locais. Em certas ocasiões os relatos locais podem variar na interpretação e importância de determinada paisagem, assim como as interpretações por parte do pesquisador podem variar. Desse ponto, para Duncan (2004) surge um problema de hermenêutica, mas o próprio autor reconhece que por mais que o investigador tenha tido instrução acadêmica que o faça ter o distanciamento científico adequado, ele traz consigo suas referências históricas, culturais e intelectuais que acabam por fazer parte de todas as pesquisas de cunho interpretativo.

Na segunda linha, os relatos seriam daqueles que não são do local. Os não-locais (*outsiders*) possuem uma visão diferente dos locais (*insiders*) e essa sobreposição das leituras “pode desfamiliarizar a relação entre paisagens, ideologias dominantes e práticas políticas ou sociais. Isso pode esclarecer a maneira como ideologias dominantes, que são transmitidas por meio da paisagem, reproduzem práticas sociais”. (DUNCAN, 2004, p. 109).

Por fim, a terceira linha propõe a interpretação do próprio pesquisador, proporcionando uma interpretação de quem é de fora (*outsider*), sendo um ponto de vista que associe as diferentes relações e elementos. “Aqui, um foco importante de atenção é a maneira como a paisagem reproduz códigos de significação que estão presentes em outras áreas do sistema cultural. (DUNCAN, 2004, p. 109).

As nuances deixadas na paisagem, registros materiais ou imateriais, visíveis e invisíveis são interpretadas por Berque (1998, p. 84-85) como marca e matriz. Explica como “*marca*, pois expressa civilização, mas também *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação - ou seja, da cultura - que canalizam, em um certo momento, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza”. Essa dualidade posta pelo autor é vista com dinamismo, ele julga do ponto de vista da geografia cultural ser necessário enxergar a paisagem de dois modos:

Por um lado, ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, um olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética, essa moral, essa política, etc [...]. Em resumo: 1) a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial etc.) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; e 2) a paisagem e o sujeito são cointegrados em um conjunto unitário que se autoproduz e se auto reproduz [sic]. (BERQUE, 1988, p.86).

No que foi colocado anteriormente, aponta Berque (1998) que o sujeito mencionado não significa o indivíduo em si, representa o coletivo, uma sociedade fundada historicamente no desenvolvimento de suas relações com um determinado meio. Berque (1998) salienta que a paisagem não pode ser reduzida a um dado ou a informações visuais, ela é um complexo resultado de tempo e sentido impregnados no espaço, concebidos de diferentes maneiras, significados, sentimentos e sensações provenientes da cultura humana, assim sendo:

De fato, o que está em causa não é somente a visão, mas todos os sentidos; não é somente a percepção, mas todos os modos de relação do indivíduo com o mundo; enfim, não é somente o indivíduo, mas tudo aquilo pelo qual a sociedade o condiciona e o supera, isto é, ela situa os indivíduos no seio de uma cultura, dando com isso um sentido à sua relação com o mundo (sentido que, naturalmente, nunca é exatamente o mesmo para cada indivíduo). (BERQUE, 1998, p. 87).

No que tange à visão direta propriamente dita não ser mais a principal via de acesso para compreensão da paisagem, como era outrora, e não conseguir mais dar conta das novas relações na atualidade, Besse (2014) indica uma reflexão com outras possibilidades voltadas na dimensão de polissensorialidade como as paisagens sonoras, paisagens dos sabores e paisagens tácteis. Por outro lado, ele salienta que a visão ganhou uma nova perspectiva de acesso às paisagens, agora estimulada pelo desenvolvimento das mídias com novas técnicas de gravação, fabricação e de reprodução de sons e das imagens que possibilitam “considerar outros tipos de paisagens, que se avizinham dos universos da imaterialidade e da virtualidade e que, de qualquer forma, vão além das tradicionais referências à picturalidade”. (BESSE, 2014, p. 9).

Besse (2014) lança que as novas questões que envolvem a paisagem requereram também novas reivindicações teóricas e práticas que culminaram na ampliação do campo de pesquisa para outras disciplinas e profissões como sociologia, antropologia, história, filosofia, ecologia, etc. Desse modo, o autor propõe que pode-se ter cinco “entradas” para a paisagem, o que ele chama de “cinco portas” possíveis, “que coexistem no pensamento contemporâneo e que não se superpõem exatamente, é verdade, embora possam ser, às vezes, articuladas umas às outras. (BESSE, 2014, p. 12). Essas portas consideram a paisagem como: 1) *uma*

representação cultural, 2) como *um território produzido pelas sociedades na sua história*, 3) como *um complexo sistêmico* articulando os elementos naturais e culturais numa totalidade objetiva, 4) como *um espaço de experiências sensíveis* arredias às diversas formas possíveis de objetivação, e como 5) *um local ou um contexto de projeto*.

Diversas podem ser as contribuições para fundamentar o significado da paisagem, essas diferentes visões do que é paisagem são complementares, nenhuma consegue sobreviver isolada, mesmo que num certo momento uma prevaleça sobre a outra. (DEL RIO, 1995). O que se pretende, de certa forma, está expresso por Del Rio (1995, p.94), “busca-se um conceito de paisagem mais holístico, compondo-se os mais diferentes olhares sobre a paisagem, de forma a compreendê-la desde diversos pontos de vista, complementares e indispensáveis”.

Se em síntese visto até aqui, depreende-se que a paisagem se apresenta carregada de símbolos, significados, marcas materiais e imateriais, visíveis e invisíveis, tem-se, então, por um lado, que o que se concebe da paisagem vem da percepção, embasada na subjetividade do olhar (sentidos) de cada sujeito ou grupo, nativos ou de fora; por outro, a paisagem com sua morfologia é o resultado do conjunto de ações naturais e culturais expressos em um espaço/lugar ao longo do tempo por seus diferentes usos num contínuo processo que nunca é inerte. Será possível partir dessas óticas para entender as paisagens que estão os rios Carvão e Maior?

Volta-se novamente ao geógrafo Milton Santos que, de certa forma, ilustra o desafio deste trabalho. Concebe Santos (1988, p. 22) que “nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado”, pois para o autor a paisagem precisa ser vista numa perspectiva de conjunto, pelo seu “caráter de palimpsesto, memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho”. (SANTOS, 2006, p. 69). A paisagem expressa e une passado e presente, traz as marcas que persistiram ao longo do tempo participando da história viva presente numa perspectiva de futuro. Nesse sentido, complementa Holzer (1999) quando cita Berque (1994):

A paisagem não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois termos. Esta relação, que coloca em jogo diversas escalas de tempo e espaço, implica tanto a instituição mental da realidade quanto a constituição material das coisas (BERQUE, 1994, p. 5 apud HOLZER, 1999, p. 163).

Se a paisagem é portadora de símbolos, significados, deixa marcas e expressa os traços culturais ao longo do tempo em um determinado lugar, ela é portadora da memória sendo

percebida de maneira diferente, deveria a paisagem ou algum elemento que compõe a paisagem das bacias dos rios Carvão e Maior ser preservada, tornar-se patrimônio?

2.4 PAISAGEM E PATRIMÔNIO

A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado (SAUER, 1998, p. 59).

Carl Sauer em *A morfologia da paisagem*, de 1925, propôs a abordagem cultural da paisagem, sendo que, para ele, esta compreenderia a soma dos elementos naturais e culturais, então, o agente seria a cultura que atua ao longo do tempo sobre a natureza. Responsável por sistematizar o conceito de paisagem, a referida obra é considerada fundadora da geografia cultural norte-americana e até hoje suscita discussões e estudos. Não cabe aqui fazer um resgate do referencial histórico da paisagem, a reflexão é feita por alguns autores, em especial indica-se a de Paul Claval (2004) em *A paisagem dos geógrafos*. No entanto, registra-se que está no trabalho de Carl Sauer (1998) a busca inicial de superar a dicotomia entre paisagem natural e paisagem cultural. Para ele, não seriam dois objetos diferentes, mas duas partes de um mesmo objeto que juntos compõem a paisagem, assim:

Os objetos que existem juntos na paisagem existem em inter-relação. Nós afirmamos que eles constituem uma realidade como um todo que não é expressa por uma consideração das partes componentes separadamente, que a área tem forma, estrutura e função e daí posição em um sistema e que é sujeita a um desenvolvimento, mudança e fim. (SAUER, 1998, p. 22)

Diversos autores exploraram essa dicotomia já superada via os aspectos cultural, social e subjetivo da Geografia Crítica, instrumentalizados pelo aporte teórico-metodológico do marxismo. (CAETANO; BEZZI, 2011). Até porque, como expressou Santos (1988), hoje a paisagem natural é praticamente inexistente, tudo é fruto de especulações econômicas e políticas, e de algum modo todas as paisagens já estão com marcas humanas. Logo, considera-se que as paisagens possuem seus elementos naturais e culturais, mas que sua apreensão assume exclusivamente o caráter cultural e, ao invés de ser preciso determinar se uma paisagem é natural ou cultural, compreende-se que é somente paisagem. Pois, “paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha”. (SCHAMA, 1996, p.70). No entanto, ver-se-á que para efeito de patrimonialização a paisagem assume a categoria de Paisagem Cultural.

Essa inserção faz ligação ao exposto na seção anterior sobre as possibilidades e formas de compreender a paisagem. Autores como Santos (1988; 2006; 2012), Saraiva (1999), Duncan (2004), Cosgrove (1998; 2007), Berque (1998) e Tuan (1980) trouxeram indicações e reflexões de como a paisagem pode ser compreendida, lida e interpretada para além do que a visão alcança, por meio de suas evidências, percepções, símbolos e signos. Não obstante chega-se a esse ponto em que o aspecto cultural da paisagem pode torná-la patrimônio.

É preciso registrar antes que, de fato, a paisagem é um conceito bastante amplo, mas fascinante, “para cada área disciplinar que se interessa pelo meio ambiente que nos envolve e nossas relações com ele, a palavra paisagem é mágica”. (DEL RIO, 1995, p.93). Essa magia que a paisagem carrega consigo é concebida como um rico campo de correlações, seja na área acadêmica com suas múltiplas pesquisas pautadas no arcabouço histórico e teórico-conceitual, seja pelo que se denominará de “real cotidiano”, onde a paisagem representa o palco subjetivo de cada sujeito no mundo, pois “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 2001) ou, ainda, como estabelecido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como patrimônio.

A relação de paisagem e patrimônio não é nova e na maior parte do século XX os referenciais normalmente apontavam para as políticas de preservação oferecida aos monumentos edificados. Entretanto, encontram-se diferentes ações de patrimonialização efetivadas a partir da operacionalização das categorias “paisagem” e “paisagístico”. (RIBEIRO, 2019). Para o autor, principalmente no Brasil, espaços considerados “naturais” ou áreas com elementos da natureza, assim como grandes áreas construídas nas quais os aspectos cênico, estético e visual foram valorizados, ficaram compreendidas como patrimônio cultural com o emprego da categoria de paisagem. Ribeiro (2019) afirma que essas duas concepções parecem dominar, de maneira mais geral, o entendimento com a qual a paisagem está associada como patrimônio cultural. Por isso, “determinados sítios nos quais a natureza e o caráter cênico estão fortemente presentes nos tombamentos e demais ações que se apoiam na ideia de paisagem”. (RIBEIRO, 2019, p. 29).

O aspecto histórico de definir a paisagem e a tornar patrimônio cultural está diretamente ligado ao caminho teórico-metodológico por que passou a paisagem e o patrimônio. Como cabe ao IPHAN, mais alta instância a ter a responsabilidade de proteger e promover os bens culturais do Brasil, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras do Patrimônio Cultural Brasileiro, buscou-se a definição de patrimônio cultural. De acordo com o órgão:

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, da história e da cultura de um grupo social, que pode, (ou, mais raramente não), ocupar um determinado território. Trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (esculturas, quadros), e de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo. (IPHAN, 2012, p. 12).

Este abrangente e importante guarda-chuva auxilia para salvaguardar o patrimônio cultural que se expressa por meio de bens materiais e imateriais. A preservação do patrimônio, seja material ou imaterial, tem como principal objetivo “fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida”. (IPHAN, 2012, p.12).

O Brasil possui instrumentos para salvaguardar seu patrimônio cultural. Encontram-se na legislação brasileira alguns marcos como o Decreto-lei Federal n. 25, de 1937 e a Constituição Federal de 1988 nos seus artigos 215 e 216, em que expandiu a concepção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. (BRASIL, 1988). O artigo 216 versa:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Ainda há o amparo do IPHAN com o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial que está na Portaria n. 200 de 2016 e a Política de Patrimônio Cultural Material com a Portaria n. 375, de 2018.

No que concerne aos caminhos adotados para transformar uma paisagem em patrimônio, segundo Scifoni (2017), apesar de ser discutida internacionalmente por muito tempo, foi em 1992, no interior da UNESCO, que surgiram propostas institucionais para a proteção das paisagens culturais, sendo criada como uma categoria específica do patrimônio cultural. No ano de 1995, o Conselho da Europa regulamenta a sua proteção em território europeu e em 2000 pela Convenção Europeia da Paisagem.

No Brasil, o IPHAN lançou a Portaria n. 127 de 2009 que incorporou a paisagem cultural como nova categoria de patrimônio cultural, igualmente instituiu um novo instrumento jurídico para sua proteção, denominado de chancela. (SCIFONI, 2017). O IPHAN, entre outros fatores, considerou:

Os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta;
Que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural;
Que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população. (IPHAN, 2009).

De acordo com a portaria em seu Artigo 1º, a “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. (IPHAN, 2009). Dentre as características dessa abordagem está a de considerar os valores materiais e imateriais não mais individualmente, e sim, numa visão de conjunto. O IPHAN deixa bem claro que a característica fundamental da paisagem cultural está na identidade conferida na relação estabelecida naquela determinada fração do território entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, não podendo ser atribuída isoladamente.

Outro ponto a frisar de apoio à patrimonialização da paisagem é encontrado na Política de Patrimônio Cultural Material e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e a Constituição Federal. Estes trazem instrumentos que corroboram para a valorização e preservação tanto dos bens como da Paisagem Cultural Brasileira.

Scifoni (2017) diz que a categoria de patrimônio, baseada na proposta de chancela da paisagem por meio da “Paisagem Cultural Brasileira”, teve seu primeiro estudo baseado nos Roteiros Nacionais de Imigração, desenvolvido pelo IPHAN, fundado em um amplo inventário realizado nos municípios de Santa Catarina⁵ nos anos de 2003 e 2004.

Nesta proposta, objetivou-se “a constituição de rotas, caminhos, roteiros, buscando promover uma maior integração entre os diversos bens que estão localizados em áreas rurais de distintos municípios, em várias regiões do Estado”. (IPHAN, 2011, p. 13-14). O órgão reconhece que na falta, naquele momento, de uma proposta inicial mais bem estabelecida para

⁵ Registramos que parte da área de estudo, a comunidade de Rio Maior, está contemplada nesse inventário proposto pelo IPHAN.

“avaliação da paisagem cultural, o Conselho optou pelo tombamento dos bens já notificados e pela prorrogação da decisão sobre a paisagem, até que o IPHAN desenvolvesse um instrumento à luz do qual a proposição deveria ser analisada”. (IPHAN, 2011, p. 14). Mesmo com esse esforço, o que foi tombado foram os bens materiais e não a paisagem cultural ou os bens imateriais.

As manifestações da cultura em forma de bens patrimoniais, como define o IPHAN, aparecem na paisagem de diversas formas. Para Caetano e Bezzi (2011), os bens podem ser entendidos como um sistema de símbolos que permitem a visualização da cultura por meio de códigos, então “esses códigos possibilitam, também, a transmissão das características culturais de determinado grupo através das gerações”. (CAETANO; BEZZI, 2011, P. 461). As autoras explicam que “todo elemento cultural que permite sua visualização na paisagem é um código cultural material e aquele que não possibilita tal visualização constitui-se em um código cultural imaterial”. (CAETANO; BEZZI, 2011, p.462). Por esse ponto de vista, Cosgrove (2007) no artigo “Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria”, assevera que:

Os seres humanos experienciam e transformam o mundo natural em um mundo humano, através de seu engajamento direto enquanto seres pensantes, com sua realidade sensorial e material. A produção e reprodução da vida material são, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções. Mesmo essa lista não esgota a série de produções simbólicas através das quais mantemos o nosso mundo vivido, porque toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. Essa apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida (*genres de vie*) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicas. (COSGROVE, 2007, p. 103).

Portanto, a paisagem é portadora de códigos materiais e imateriais resultantes das relações estabelecidas no espaço vivido sendo possíveis de serem compreendidas por muitas possibilidades. Tanto em âmbito nacional como internacional, a paisagem é colocada em evidência como patrimônio pela categoria de paisagem cultural. Ribeiro (2019) pontua que o movimento da UNESCO, a partir dos anos 2000, influenciou a iniciativa brasileira e esse espectro torna a paisagem cultural como “o bem cultural mais completo”. Todavia, predomina a tradição brasileira do conceito de paisagem voltado para as políticas de patrimônio em que a paisagem é apenas o que se vê e como natureza. Apesar disso, o autor fundamenta uma outra possibilidade que considera inovadora, a paisagem com uma abordagem espacial e integrada.

Essa nova via de patrimonialização vem sendo espelhada na UNESCO com uma compreensão adaptada para diferentes regiões e realidades em que a paisagem pode ser

concebida “para além da ideia de relação entre sociedade e natureza ou o ambiente percebido é incorporado como uma forma de produzir uma abordagem espacial que valorize a integração entre diferentes elementos”. (RIBEIRO, 2019, p. 30). Nessa perspectiva, a paisagem é “um projeto compartilhado, um patrimônio coletivo, com valores que poderiam ser geridos, mesmo se o experienciamos individualmente”. (RIBEIRO, 2019, p. 30). Para o autor, é por esse viés que a paisagem deve ser abordada para o planejamento e gestão regional. Mergulhando nessa concepção, o autor traz a seguinte citação:

A ideia da construção social da paisagem com base nos desejos das comunidades afetadas ganha cada vez mais terreno. Este novo paradigma, como eu vejo, está levando ao nascimento de um conjunto de princípios e valores emergentes que estão presentes nas partes interessadas que trabalham para implementar uma nova cultura territorial. Este quadro cultural assume um certo grau de solidez, uma vez que gradualmente permeia políticas, legislação e instrumentos de planejamento, gestão, treinamento e ensino. Ao mesmo tempo, os princípios e valores desta nova cultura territorial estão gradualmente transformando os processos através dos quais os cidadãos participam, à medida que as decisões são adotadas com base em acordo territorial e os agentes consideram novas alternativas para resolver conflitos através do uso de técnicas de mediação. Do meu ponto de vista, a aplicação desses princípios e valores no planejamento regional e urbano e na intervenção e gestão da paisagem implica que estão sendo feitos progressos na consolidação do que poderíamos definir como uma nova ética da paisagem. (CORTINA, 201, p.175 apud RIBEIRO, 2019 p. 31).

Indo ao encontro dessa linha de pensamento, Souza e Sabaté Bel (2017), no trabalho, “Evolução no Tratamento das Paisagens Culturais na Espanha: um caso paradigmático: O plano das colônias têxteis do rio Llobregat”, trazem um exemplo em que elencam a importância da participação da comunidade na valorização de patrimonialização da paisagem. Suas reflexões são baseadas na experiência de diversos trabalhos realizados por Sabaté Bel, dentre as 10 lições a primeira é considerar que “os residentes são os principais recursos de um território. São essenciais em seu futuro, por seus conhecimentos e por seu entusiasmo, uma vez que reconhecem o valor do patrimônio acumulado”. (SOUZA; SABATÉ BEL, 2017, p. 252). Os autores colocam outras lições como fundamentais para alcançar sucesso na patrimonialização da paisagem cultural, dentre elas ter um fio condutor para narrar a história, respeitar a lembrança como recurso básico, pois “os vestígios de outras gerações, a memória coletiva e as tradições de uma comunidade desaparecem com o tempo. E são tão importantes, ou inclusive mais, que seus monumentos” (SOUZA; SABATÉ BEL, 2017, p. 252), além de uma gestão inteligente dos recursos patrimoniais para que possibilite utilizar esses recursos para o desenvolvimento local para reforçar a autoestima da comunidade e fomentar atividades ligadas ao turismo.

As lições acima indicadas são imprescindíveis na condução da patrimonialização da paisagem e também por serem balizadores no desenvolvimento do presente trabalho. A luz lançada por Souza e Sabaté Bel (2017) ecoa na compreensão exposta por eles no tocante à paisagem cultural ao destacar a marca do trabalho sobre o território, pois a:

A paisagem cultural é a marca do trabalho sobre o território, um memorial ao trabalhador desconhecido. Podemos considerar superada aquela visão tradicional do patrimônio que se limitava a monumentos, ou a elementos ilhados no território. Hoje reconhecemos cidade e território como patrimônio. Hoje defendemos uma visão mais ampla e integrada dos valores patrimoniais. Mudamos a ênfase de sua proteção, para seu respectivo valor. Vinculamos os recursos naturais e culturais ao território, passando da proteção à sua valorização. (SOUZA; SABATÉ BEL, 2017, p. 252).

Essa é uma visão de conjunto, de não considerar somente os elementos isolados no território e pensar que mesmo elementos que ora aparecem isolados fazem parte de um todo maior, de uma paisagem que é cultural por se expressar em partes/sentidos que se conectam e assim “constituem a expressão da memória, da identidade de uma região, identidade assim mesmo como projeto aberto, que se pode ir enriquecendo sucessivamente”. (SOUZA; SABATÉ BEL, 2017, p. 255).

Nessa reflexão, encontra-se o trabalho de Andrade (2012), em “Uma rota patrimonial para o baixo rio Santa Maria da Vitória/ES. Instrumento de conservação, valorização, requalificação e/ou transformação do Patrimônio Territorial”. O autor sugere uma rota patrimonial que possibilite identificar elementos de relevância cultural, ambiental e socioeconômica com vistas à conservação, valorização e requalificação de bens como forma de integração a um projeto.

Carsalade (2010), em “Mineração e patrimônio cultural: uma análise comparada entre a experiência brasileira e a internacional”, defende uma inclusão mais abrangente sobre o conceito de patrimônio. O autor destaca que não faz sentido dizer que um objetivo ou matéria por si, seja material ou imaterial, é patrimoniável, “o que confere a qualidade de “patrimônio” a determinado bem é a relação construída entre as qualidades intrínsecas desse bem e o significado que ele adquire para as sociedades”. (CARSALADE, 2010, p. 173).

O exemplo trazido pelo autor é a mineração que impacta fortemente nas paisagens. Carsalade (2010) considera que os impactos nas paisagens são sentidos desde o início da atividade até o posterior encerramento das atividades, sendo que não deixarão de existir mesmo depois da recuperação ambiental já que a paisagem original não retornará. Desse modo, ocorrendo ou não recuperação, criar-se-ão novas paisagens e outros usos em que gerem novas relações socioculturais. (CARSALADE, 2010). O autor faz uma crítica à solução convencional

de reparar áreas degradadas pela mineração. Para ele, o modo tradicional centrado na “recuperação” ambiental é limitado, sendo necessário ultrapassar essa ideia e considerar outras possibilidades para impactar positivamente no desenvolvimento social, econômico, urbano e cultural da área minerada. Na concepção de Carsalade (2010), esse paradoxo de criação e destruição, provocado pelas atividades de mineração, é possível vislumbrar que possa surgir um novo momento criador para essas paisagens via patrimonialização pelo viés do “patrimônio industrial”⁶, pois “ações recentes têm sinalizado uma nova confluência criadora entre mineração, paisagem e patrimônio cultural”. (CARSALADE, 2010, p. 185).

No âmbito do estado de Santa Catarina, apresenta-se a Lei n. 17.566, de 6 de agosto de 2018, teve como objetivo consolidar as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do catarinense, definindo em seu artigo 4º da seguinte maneira:

Consideram-se de valor histórico ou artístico, para os fins desta Lei, as obras intelectuais no domínio da arte e os documentos e objetos que estejam vinculados a fatos memoráveis da História ou que apresentem excepcional valor arqueológico, etnográfico, artístico, bibliográfico, religioso, bem como monumentos naturais, sítios e paisagens que importem conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (SANTA CATARINA, 2018).

Da lista dos bens tombados pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) são encontrados em Urussanga 24 bens, destes 5 localizam-se na área deste projeto, sendo que todos estão na comunidade de Rio Maior, na bacia do rio homônimo. De patrimônio cultural da região, aparecem a Festa do Vinho Goethe dos Municípios de Pedras Grandes e Urussanga. Outras marcas tão celebradas na história do município como as paisagens que remetem ao desenvolvimento das atividades ligadas à terra, às comemorações religiosas, aos fazeres culturais e atividades como a mineração do carvão ficaram apenas na memória de quem viveu?

Comemorações religiosas centenárias em lugares de culto que guardam a memória ainda estão presentes na área de estudo, assim como marcas de atividades ligadas à terra. No tocante às atividades de mineração do carvão, no livro *Memória e Identidades: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina*, apresentam-se algumas pesquisas que buscam pôr em evidência esse passado ainda presente. Nesta obra, no capítulo “Experiências do trabalho na mineração”, Zanelatto e Coelho (2017) alertam para a questão do

⁶ Segundo Carsalade (2010, p.189) baseado na Carta de Nizhny Tagil, “o patrimônio industrial vale essencialmente pelo meio em que se insere, pela paisagem em que se revela como ícone e pelas relações que estabelece com o espaço e as memórias”.

desaparecimento de estruturas que são a memória e identidade dos locais em que houve atividades carboníferas:

As caixas de embarque, bocas de minas, oficinas, escritórios, chaminés, coqueiras, sedes administrativas, bustos e sindicatos são agentes catalisadores de memórias vivas, de saberes práticos e de experiências únicas. Desde Criciúma até Imbituba, de Lauro Müller, Urussanga, Içara, Treviso, Siderópolis até Tubarão, milhares de vidas, de experiências humanas foram transformadas por essas estruturas que hoje, em grande parte, correm o risco de se transformarem em ruínas. (ZANELATTO; COELHO, 2017, p. 19).

A leitura atenta de alguns referenciais da história da região sul de Santa Catarina demonstra fortemente, que ao menos por um longo período, o uso e ocupação das terras ocorreu basicamente pelas atividades ligadas à terra e à exploração do carvão: Adami; Cunha, 2014; Goulart Filho, 2002; Marques 1978, Marzano, 1985; Carola, 2004; Dall’Alba, 1983, estes e outros autores utilizados neste trabalho demonstram essa característica. Os dois usos citados, de certa forma, deixaram testemunhos nas paisagens de todos os municípios da Bacia Carbonífera Catarinense, mas principalmente na área de pesquisa deste estudo.

Com um olhar mais atento, aqui compreendido no aspecto material e imaterial, encontram-se diversos exemplos das marcas deixadas nas paisagens, marcas estas dos povos tradicionais e dos colonizados que vieram para cá a partir do final do século XIX. É bem verdade que esses registros estão em locais como museus, bibliotecas, universidades e acervos públicos. Citar-se-ão dois locais que carregam parte dessas marcas que representam a região. Em Criciúma está a única mina de carvão de subsolo para visitação do Brasil que conta a história da mineração de carvão na região. Em Orleans está o Museu ao Ar Livre, uma instituição de caráter tecnológico, histórico e documental que preserva a cultura material de diversas etnias. O museu destaca a história e os métodos de trabalho do período da colonização e é tombado como Patrimônio Cultural Nacional pelo IPHAN.

As duas referências citadas acima estão em municípios na Bacia Carbonífera Catarinense, distantes entre si 40 quilômetros, mas uma amostra está na paisagem das bacias do rio Carvão e Maior, localizada entre dois lugares.

Esse aporte teórico-metodológico embasado nas questões históricas possibilita a realização do levantamento de elementos naturais e histórico-culturais nas áreas da bacia do rio Carvão e Maior, em que se vislumbram exemplos encontrados em outras partes do mundo. Exemplos trazidos por Souza e Sabaté Bel (2017) na análise da “Evolução no Tratamento das Paisagens Culturais” em que abordam o eixo patrimonial ao longo de um rio e leva ao primeiro plano territorial de um rico conjunto de colônias têxteis e o conjunto com o *Massachusetts*

Institute of Technology, de uma centena de projetos em paisagens culturais. No Brasil, trabalhos desenvolvidos por Carsalade (2010), como “Mineração e patrimônio cultural: uma análise comparada entre a experiência brasileira e a internacional” e Andrade (2012) em “Uma rota patrimonial para o baixo rio Santa Maria da Vitória/ES”, trabalhos que dão luz à expectativa aqui levantada.

Ainda, pode-se mensurar exemplos como o Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos, no Rio Grande do Sul, que é uma referência do patrimônio histórico-cultural, registrando a história da mineração do carvão daquele estado, guardando um importante acervo museológico, arquivístico e alguns estudos realizados acerca do museu e do patrimônio daquela região.

Em síntese busca-se por meio da ótica da percepção dos moradores compreender a paisagem das bacias dos rios Carvão e Maior, mas se almeja também identificar o que está congelado na memória das paisagens, assim como seus significados, revendo o passado numa perspectiva de ligação. Analisa-se a paisagem num ponto de vista transtemporal em uma construção contínua, que une passado e presente em símbolos e códigos, mas que participa ao mesmo tempo da história experienciada, influenciando a vida no presente.

Dessa forma, o presente estudo se lançou como um desafio também teórico, ao tentar analisar a paisagem e a entrelaçar com a história dos usos e ocupações das comunidades colocando o rio como fio condutor do processo de pesquisa.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Não são as respostas que movem o mundo, são as perguntas”.
(Albert Einstein)

Diversos podem ser os motivos que levam à realização de uma pesquisa, mas todos partem de uma pergunta. Esse questionamento pode vir de uma curiosidade qualquer, de uma observação do dia a dia, uma indagação fundada na memória e nas vivências de uma pessoa. Entretanto, para encontrar as respostas em uma pesquisa científica deve-se fazer uso de uma metodologia. Segundo Minayo (2004, p.16), metodologia “inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2003) trazem a ideia de método como sendo um conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que possibilita chegar aos objetivos de forma a orientar o pesquisador, contribuindo durante o desenvolvimento do trabalho na tomada de decisões e na identificação dos possíveis equívocos.

Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada, pois na condução do trabalho foram utilizados métodos, técnicas e conhecimentos diversos na busca de proposições dirigidas a questões específicas envolvendo interesses locais. (PRODANOV; FREITAS, 2013). Para Gil (2017, p.24), esse tipo de investigação “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem”. (GIL, 2017, p. 24).

A forma de abordagem é qualitativa baseada nas ciências sociais. Para Creswell (2007), esse tipo de investigação possibilita usar diferentes áreas do conhecimento, variadas estratégias na coleta e análise de dados. É importante saber que essa abordagem se envolve “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que responde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 2004, p. 21-22).

A concepção e linha de raciocínio metodológico em pesquisa qualitativa está alicerçada em Creswell (2007). Em seu trabalho, ele detalha todos os procedimentos desta abordagem, explica todos os passos e características da pesquisa qualitativa como as estratégias de investigação, o papel do pesquisador, os procedimentos de coleta de dados, procedimentos de registro de dados, a análise e interpretação de dados e como validar os resultados.

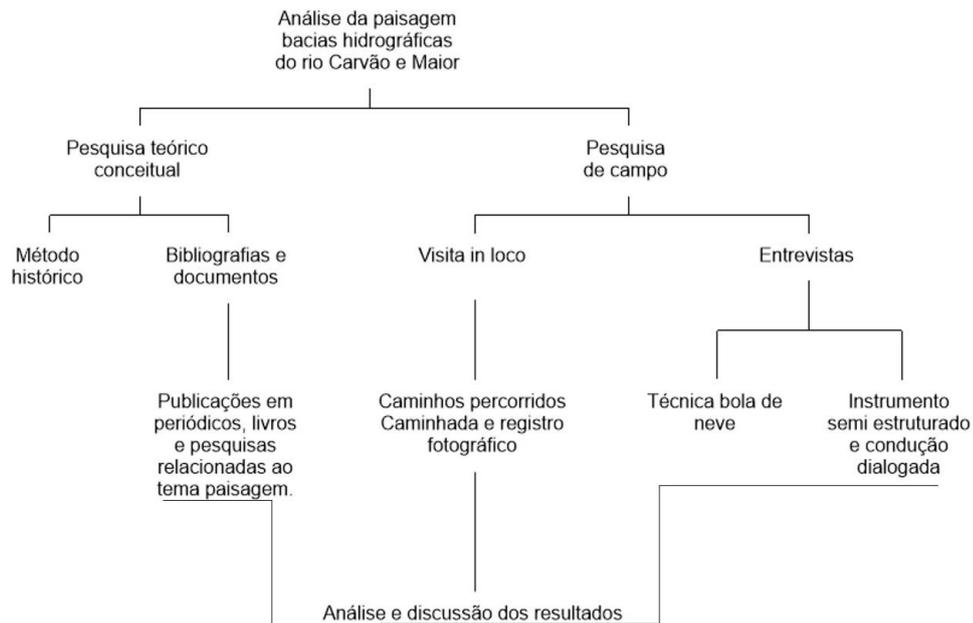
Como investigou-se o passado a partir de pesquisas bibliográficas e das entrevistas para entender como o presente se manifesta nas questões socioculturais foi utilizado o método histórico. (PRODANOV; FREITAS, 2013). Esse método é típico das pesquisas qualitativas, pois parte-se “do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função”. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 106).

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva e explicativa. É descritiva, pois descreve as características de determinada população ou fenômeno podendo estabelecer relações entre as variáveis destes fenômenos, bem como determinar a natureza dessa relação. (GIL, 2017). É também explicativa porque buscou o aprofundamento do conhecimento da realidade, “como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, constitui o tipo mais complexo e delicado de pesquisa, já que o risco de cometer erros eleva-se consideravelmente”. (GIL, 2017, p. 25).

O planejamento e as bases para delinear uma pesquisa científica acontecem de diversas maneiras, porém, todos os critérios utilizados conduzem para levar a respostas mediante a um método científico. O delineamento da pesquisa é de suma importância para o êxito do trabalho, pois sua realização possibilita recortar “o ambiente de pesquisa, a abordagem teórica e as técnicas de coleta e análise de dados”. (GIL, 2017, p. 27). Essa pesquisa adotou uma mescla de procedimentos e instrumentos baseados nos autores e trabalhos apresentados ao longo desta dissertação, assim, buscou-se fazer valer a interdisciplinaridade das ciências ambientais.

O desenvolvimento das atividades do projeto ocorreu em etapas. Iniciou-se pelo arcabouço teórico-conceitual, depois a coleta de dados com estudo de campo e entrevistas e, por fim, a análise dos dados à luz da fundamentação teórica, conforme síntese abaixo, apresentada na figura 4.

Figura 4: Síntese do caminho metodológico.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O passo inicial foi a pesquisa teórico-conceitual utilizada na construção do marco teórico embasado em diversos autores, mas sobretudo por autores da Geografia Cultural, pois como diz Claval (2014, p. 22), “a paisagem traz a marca da cultura e serve-lhe de matriz: objeto privilegiado dos trabalhos da geografia cultural”. Observa-se que toda a fundamentação serviu de guia no transcorrer de todas as etapas no desenvolvimento do estudo.

Para atender ao objetivo de descrever o processo de uso e ocupação histórico-cultural das bacias do rio Carvão e Maior, utilizou-se a consulta em livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, jornais, imagens, páginas da internet, enfim, todo e qualquer registro que trouxesse informações sobre a área de estudo. Esse material ajudou na etapa de coleta de dados com a pesquisa de campo e na interpretação dos resultados.

A pesquisa de campo é o ponto primordial deste trabalho, pois tanto para alcançar o objetivo de identificar as relações dos moradores com os rios Carvão e Maior e com usos realizados no passado e presente quanto para indicar se existem nas paisagens elementos com potencial turístico, considerando os atrativos dos patrimônios natural e histórico-cultural para potencializar uma roteirização turística, ancorou-se a partir desse método. Autores da Geografia Cultural como Cosgrove (1998) afirmam que o trabalho de campo é fundamental para compreender as evidências que se manifestam na paisagem, enquanto Duncan (2004) corrobora no sentido de elencar as entrevistas como a prática mais aprimorada para fazer a leitura da paisagem a partir da percepção.

Esse momento se dividiu em duas etapas: as visitas *in loco* às bacias hidrográficas do rio Carvão e Maior e, depois, as entrevistas narrativas juntos aos moradores das comunidades banhadas pelo curso principal dos rios.

O estudo de campo compreendeu visitas às áreas e teve a finalidade de sentir, identificar e registrar, por meio de fotografias além de anotações num diário. Por essa óptica, buscou-se elencar os elementos naturais, estruturas e/ou edificações que representam marcas/memórias, os símbolos Cosgrove (1998), as marcas e matrizes Berque (1998) do passado que hoje ainda compõem as paisagens. Destaca-se que esse levantamento auxiliou também nas conversas com os moradores. A caminhada é apontada por Besse (2014) como forma de aguçar nossa percepção, “a caminhada, de fato, requalifica o espaço, no sentido próprio do termo: dando-lhe novas qualidades, novas intensidades”. (BESSE, (2014, p. 55).

Posteriormente, realizaram-se as entrevistas narrativas, parte essencial para alcançar o objetivo de registrar e analisar as percepções dos moradores. Para Minayo (2004), nesse momento é quando o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Para Duarte (2004), numa entrevista, o pesquisador atua como mediador, ao mesmo tempo em que o sujeito fornece matéria-prima para a pesquisa, ele reflete sobre sua própria vida, também está “avaliando seu meio social, ele estará se autoavaliando, se autoafirmando perante sua comunidade e perante a sociedade, legitimando-se como interlocutor e refletindo sobre questões em torno das quais talvez não se detivesse em outras circunstâncias”. (DUARTE, 2004, p. 220).

Nesse procedimento foram utilizadas entrevistas narrativas fundadas na metodologia da história oral proposta por Meihy (2005) em *Manual da História Oral*, com apoio de Creswell (2007) e Duarte (2004). Para Meihy (2005) atualmente a história oral constitui um importante campo do conhecimento social e “implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história oral como “história viva””. (MEIHY, 2005, p. 19). A concepção que se tem inclina-se à valorização das histórias dos sujeitos que ao mesmo tempo perpassam e constituem a história coletiva, por essa perspectiva:

Em todos os quadrantes da vida individual e coletiva despontam investidas que se completam com registros de experiências familiares, institucionais, de pessoas comuns ou ilustres. Fatos notáveis e acontecimentos corriqueiros mostram que a noção de vida social apreendida pela história oral é relevante em sua plenitude. Como que garantido que “tudo é história”, ela decorre da vontade de registrar, guardar e propor análises fundadas em um conceito de conhecimento que se dobra ao *continuum* da vida. (MEIHY, 2005, p. 24-25).

Para chegar até os sujeitos entrevistados, fez-se valer do método bola-de-neve baseados em Dews⁷ (2013). Assim, primeiro foram identificados e entrevistados quem é ou foi líder comunitário, estes indicaram outros moradores que preferencialmente residiam há mais tempo e que possuíam fortes ligações com as comunidades. Inicialmente, o tempo de residência mínimo seria de 15 anos, mas ao final chegou-se ao resultado de que todos os entrevistados residiam há mais de 30 anos na comunidade ou nas bacias. Tuan (1980) corrobora com esta visão ao colocar que uma pessoa de outro lugar ou mesmo que reside há pouco tempo não consegue perceber a paisagem com a mesma amplitude de uma pessoa que ali reside há muito tempo.

Uma observação deve ser feita: como a pesquisa se desenvolveu durante a pandemia do Coronavírus (Covid-19) foi solicitado aos informantes que indicassem pessoas dentro do grupo estipulado que estavam abertas a participar, apesar da situação. Antes da visita à casa dos entrevistados, frisava-se o delicado momento de pandemia e que o pesquisador seguia todos os protocolos sanitários estabelecidos pela universidade e pelas autoridades sanitárias.

A quantidade da amostra foi de 1 a 3 moradores por comunidade, totalizando 14 pessoas. Contudo, geralmente mais membros da família acompanhavam e acabavam participando. Isso enriqueceu as conversas. Todos os entrevistados são pessoas que participam ou participaram ativamente da vida social da comunidade, como associações de moradores, grupos religiosos ou com algum grupo da comunidade.

No momento das entrevistas narrativas (apêndice 1), juntamente com as perguntas, fez-se uso de imagens registradas na saída de campo. O uso de imagens teve como objetivo aproximar o entrevistado dos elementos identificados na pesquisa, como reforça Guran (2011, p. 104): “as entrevistas feitas com fotografias permitem, por exemplo, que aspectos apenas percebidos ou intuídos pelo pesquisador sejam *vistos* – e se transformem em dados – por intermédio dos comentários do informante sobre a imagem”. Pondera-se que o roteiro serviu de orientação na condução do diálogo, as perguntas nortearam o desenvolvimento das entrevistas narrativas no intuito de manter o foco nos objetivos, sendo que muitas vezes não se fez uso, pois os entrevistados iam falando naturalmente sobre questões pertinentes à pesquisa. As

⁷ O método chamado bola-de-neve ou cadeia de referência começa pela seleção de pessoas que serão as primeiras identificadas, estes indicam outros que pertencem ao mesmo grupo da população pesquisada que indicam outros e assim sucessivamente até chegar ao tamanho amostral desejado ou ponto de saturação. (DEWS, 2013). Entende-se que com esse método se pode alcançar populações que não seriam possíveis com outros métodos, “principalmente aqueles caracterizados por comportamentos ou históricos que as fazem não querer aparecer ou ter sua condição revelada”. (DEWS, 2013, p. 12). Além de ser um processo que se desencadeia mais facilmente, pois a indicação feita por uma pessoa conhecida gera uma relação de confiança. (BIERNACKI; WALDORF, 1981 apud DEWS, 2013).

imagens auxiliaram no diálogo, mesmo que na maioria das vezes tal elemento fosse mencionado antes da visualização, foi por meio da fotografia que se ampliaram as discussões trazendo mais memórias e informações de cada pessoa. Observa-se que essas imagens são as mesmas colocadas neste trabalho.

O roteiro das entrevistas narrativas foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNESCO. Antes de iniciar a entrevista, os participantes eram previamente consultados sobre o interesse em participar da pesquisa, requerendo a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Outro material presente nas entrevistas foi o diário de campo onde se anotaram observações gerais, questionamentos e informações relevantes, e ainda uma câmera fotográfica que serviu no registro de imagens que despertaram a atenção por parte do pesquisador ou foram indicadas pelos entrevistados.

Com a finalização das etapas anteriores vieram a análise e interpretação das entrevistas ancoradas principalmente em Meihy (2005), mas com auxílio de Creswell (2007) e Duarte (2004). Pautou-se em extrair os aspectos que expressam e representam os acontecimentos da memória coletiva dos entrevistados dando voz às narrativas que convergiram e ecoaram, materializando-se no presente. Por isso, “mais que a soma das memórias individuais, a memória coletiva é um fenômeno construído pela força de fatores que circunstanciam um determinado grupo, marcando sua identidade”. (MEIHY, 2005, p. 64). Dessa forma, tomou-se o cuidado de não tratar somente os fatos sociais como coisas, mas como memória coletiva. (POLLAK, 1989).

Os resultados obtidos com as entrevistas serviram para dar nexos e vida a todas as informações antes coletadas. Primeiro, serviu para repensar e contrapor algumas ideias e reforçar outras do que se havia pesquisado. Mostrou que o referencial teórico-conceitual e a pesquisa bibliográfica são fundamentais para compreender o que se passou na paisagem da área de estudo. As entrevistas também auxiliaram para validar os registros realizados no caminho percorrido e trouxeram novos elementos da paisagem que não haviam sido destacados com a visita *in loco* e reforçaram que existem símbolos materiais e imateriais que são portadores de memória dessas comunidades. E, por fim, as falas dos moradores balizaram todo o roteiro do presente trabalho, do referencial teórico-conceitual aos resultados, que só fazem sentido à luz da participação dos moradores nesse processo.

4 RESULTADOS DOS CAMINHOS PERCORRIDOS

“Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro”.
(Heródoto)

Quanto mais o passado fica distante, mais difícil é registrar suas memórias e entender o presente. As marcas suaves produzidas ao longo do tempo vão lentamente se apagando, tanto nas lembranças das pessoas quanto nas paisagens. Dessa maneira, o contexto histórico dos acontecimentos parece não possuir mais significado e, assim, o passado, o presente e o futuro correm o risco de ficarem desconexos.

As seções que seguem neste capítulo têm por objetivo alicerçar os pontos que tornam a pesquisa relevante. Dessa forma, primeiro é apresentada a importância de conhecer o passado ao trazer à discussão as primeiras ocupações com os povos originários; depois, contextualizou-se o período da chamada colonização com a ocupação e os usos, momento esse que pode ser considerado a primeira ruptura na paisagem. Em seguida, foi feito um recorte histórico nas duas bacias e comunidades dos rios Carvão e Maior para evidenciar o processo que resultou nas paisagens. Fazem parte, ainda, desta seção os resultados da pesquisa bibliográfica sobre a área, a visita *in loco*, as contribuições dos entrevistados e, por fim, um entrelaçamento de todos os elementos pesquisados.

4.1 AS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES (respeitando o passado)

Definir o que foi a primeira ocupação humana depende sob qual aspecto histórico envolverá o embasamento posto pelo autor. No geral, as concepções que orientam as narrativas historiográficas mais tradicionais locais trazem pouca ou nenhuma informação sobre os povos originários. Neste trabalho, antes de se partir para o que se caracterizou como colonização e ocupação, apresentar-se-á, grosso modo, quem povoou esses espaços por mais tempo, os povos indígenas. Essa interpretação está fundada no compromisso de respeitar e valorizar a importância que todas as sociedades humanas possuem no transcorrer da história de uso e ocupação de qualquer espaço geográfico.

Campos (2015), em sua tese embasada no projeto *Arqueologia entre rios, do Urussanga ao Mampituba*, pontua questões que remetem à ocupação humana do território que hoje constitui o estado catarinense. O autor organiza uma cronologia para a ocupação pré-histórica, expõe que o registro mais antigo do povoamento em Santa Catarina está relacionado a grupos de caçadores-coletores, da tradição Umbu, datado mais ou menos de 9.500 anos AP.

A origem provável desse fluxo migratório teria sido a região meridional da América do Sul indo se fixar nas encostas do planalto e nas matas do Alto Uruguai.

No estudo de Campos encontra-se uma citação que apresenta que essas diferentes formas de viver ao longo do tempo impactaram e deixaram vestígios na paisagem por onde se estabeleceram que “os sítios arqueológicos investigados formam um conjunto de ocupações sobrepostas na paisagem, e que o território do extremo sul catarinense parece ter sido um local de contato entre grupos culturalmente diferentes”. (CAMPOS, 2015, p. 148).

Salta-se no tempo cronológico e vamos para o século XIX, já pouco tempo antes do período colonial e durante os primeiros anos da ocupação colonial no final do século XIX. Apoiados em estudos arqueológicos, nos relatos e registros do contato com colonizadores europeus e na historiografia em geral, pode-se dizer que o município de Urussanga era habitado principalmente pelo povo Laklãnõ-Xokleng. (SILVA, 2013; SELAU, 2006; FARIAS, 2005; LAVINA, 1994).

A historiografia tradicional que aborda a área de pesquisa, apoiada em Marzano (1985), Dall’Alba (1983), Escaravaco (1984), Marques (1978) e Baldessar (2007), faz referência aos povos nativos, também citando os Guarani⁸, mas em suas citações fica claro que de modo geral se referem aos índios ou bugres sem qualquer distinção. O que é verificado de comum nesses registros está na descrição de uma das características marcantes dos Laklãnõ-Xokleng, o adorno nos lábios⁹. A maneira generalista encontrada vem da falta de conhecimento específico da diferença entre os povos indígenas e uma visão, até certo ponto, eurocêntrica que dominou as narrativas de não identificar em outras civilizações o *status* de sociedade humana que possuem uma cultura que os apresente como seres humanos que formam uma sociedade e não como selvagens.

A história de ocupação, exploração e domínio europeu no Novo Mundo é marcada pela distinção dos civilizados (o europeu branco, desbravador e culto) e os selvagens (povo originário, sem cultura, sem história, o incivilizado). Essa definição é reforçada pelas narrativas

⁸ Pesquisas demonstram que os sítios arqueológicos da ocupação Guarani são bem representativos no baixo vale do rio Urussanga (MILHERIRA, 2010).

⁹ Também chamado tembetá ou labrete, umas das características marcantes da cultura Xokleng que os levou a serem chamados de Botocudos. Usado somente para os homens, consistia na perfuração interna dos lábios com a colocação da haste na parte externa passando por esse orifício, fato realizado nas cerimônias de perfuração dos lábios sendo a cerimônia mais importante para os Laklãnõ-Xokleng. (LAVINA, 1994).

históricas que colocam a cultura e qualquer manifestação dos hábitos de vida dos povos originários como inferior, sem fundamento e exótico.

No tocante às pesquisas científicas acerca dos povos indígenas, Farias (2005) e Lavina (1994) apontam para uma grande quantidade de sítios arqueológicos, demonstrando que em períodos pretéritos Urussanga e região eram densamente ocupadas, sendo que a maioria dos sítios são dos Laklãnõ-Xokleng e, em menor quantidade, dos Kaingang¹⁰ e dos Guaranis. No trabalho de Selau (2005) aparece fortemente o conflito dos Laklãnõ-Xokleng com os imigrantes italianos nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. Silva e Farias (2013) trazem entrevistas para identificar os primeiros contatos entre os Laklãnõ-Xokleng e o imigrante italiano em Urussanga demonstrando de que maneira os conflitos foram gerados pelas diferenças culturais, tendo como consequências a extinção dos Laklãnõ-Xokleng na região.

Cabe esclarecer que, apesar de não ser o elemento principal especificar quais povos habitavam a área pesquisada no momento exato do início na colonização de Urussanga, em 1878, as referências levam a crer que se os Laklãnõ-Xokleng não eram os únicos, ao menos eram o grupo que está mais destacado tanto pelas pesquisas científicas quanto pela historiografia tradicional. Dessa forma, o sentido de definir que os Laklãnõ-Xokleng estavam nesse espaço vem da necessidade de identificar o modo como culturalmente esse povo ocupou e utilizou o ambiente e seus recursos naturais antes da ruptura efetuada pelo modelo de desenvolvimento imposto pela colonização italiana que impactou também na paisagem.

Sobre a denominação encontrada comumente na literatura de utilizar somente Xokleng, Farias (2005), Gakran (2005) e Brighenti (2012) esclarecem que, além de Botocudos, foram chamados de diversas formas como de Aweikoma, Xokrén, Kaingang, Tapuia e Bugres, sendo que cada definição tem um significado específico. Dessas denominações expõe-se a palavra “bugre”, termo comum de ser empregado a todos os grupos indígenas, possuindo caráter depreciativo, relacionando a selvagem, incivilizados e inimigos. (FARIAS, 2005; PERES, 2009). De acordo com Mabilde (1983) apud Peres (2009), a denominação bugre deve se originar de “pucrí”, um grito de espanto ou alerta pronunciado pelos índios ao avistarem os brancos, porém, entre os Laklãnõ-Xokleng um termo muito próximo é “puxi” que tem significado de coisa má ou homem mau.

¹⁰ “Entre os Kaingang e Laklãnõ-Xokleng ainda não foi reconhecida distinção nos registros arqueológicos, que são semelhantes, mas existem claras diferenças linguísticas, sociológicas, biológicas e materiais etnográficas entre esses dois povos Jê” (NOELLI, 2000, p. 229). Os Kaingang foram mais bem estudados e definidos em pesquisas, já dos Xokleng as informações são incompletas, restritas mais às pesquisas arqueológicas. (NOELLI).

Para efeito de curiosidade, no município de Urussanga, no limite da bacia hidrográfica do rio Maior, existe uma localidade chamada de Rancho dos Bugres. Essa localidade é citada por Marzano (1985), Dall'Alba (1983) e Marques (1978) e seria onde se concentrava uma quantidade considerável da população indígena no início do processo de colonização.

Ao referir-se a esse povo como Laklãnõ-Xokleng, cabe aqui esclarecer e trazer algumas explicações sobre o nome, uma vez que se adotou, ao longo deste estudo, a nomenclatura que não é a mais comum encontrada na literatura.

Gakran (2005), membro desse povo, em sua pesquisa elucida a etimologia do nome Xokleng, a mais utilizada pelos estudos sobre esse povo. O autor explica que *Xo* ou *Txo* significa paredão de pedra, rocha, gruta de pedra e *Kleng* ou *Klé* significa montanha. Contudo, nessa mesma pesquisa realizada com a última comunidade remanescente deste povo em Santa Catarina, no Vale do Itajaí, na Terra Indígena Laklãnõ, eles se autodenominam com o termo Laklãnõ. A questão é esclarecida pelo autor:

Segundo o povo, o nome Xokleng é demarcador do olhar do colonizador sobre a comunidade e não desta como povo. Como membro desta sociedade afirmo que o povo nunca se sentiu confortável com essa denominação [...]. Na pesquisa mencionada anteriormente, feita pelo próprio povo, a comunidade chegou a um consenso de autodenominar-se "Laklãnõ" = "povo que vive onde nasce o sol, ou gente do sol (ou, ainda, povo ligeiro)". Do ponto de vista linguístico, sugere-se que a tradução literal mais apropriada seja próxima de "os que são descendentes do Sol" (ou, mais tecnicamente, do ponto de vista antropológico, e numa forma fonética similar ao idioma indígena: "os do clã do Sol"). (GAKRAN, 2005, p. 13-14).

Por entender ser uma forma de fortalecer essa autodenominação e contribuir para seu reconhecimento, e ao mesmo tempo facilitar o entendimento do leitor, foi utilizada a expressão Laklãnõ-Xokleng, termo encontrado também nos trabalhos de Guerola (2018); Almeida (2015); Patté (2015), estes dois últimos autores membros da Terra Indígena Laklãnõ.

Os Laklãnõ-Xokleng são do grupo Jê Meridional, seu território compreendia o litoral, a Serra Geral e o Planalto Meridional dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (LAVINA, 1994; NOELLI, 2000; FARIAS, 2005; BRIGHENTI, 2012).

Com definições e características geográficas bem definidas, Lavina (1994) estudou os sítios arqueológicos na região específica do território de ocupação dos Laklãnõ-Xokleng.

O território tradicional dos Xokleng é a região de Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa), localizada desde o litoral até os contrafortes do planalto sul-brasileiro, incluindo também áreas do Planalto caracterizadas pela presença de Araucária (Floresta Ombrófila Mista). Segundo as informações mais antigas, o limite sul do seu território parece coincidir com a transição da vegetação de Mata Atlântica para formações estacionais semidecíduais, na região das cidades rio-grandenses de Torres e Osório. (LAVINA, 1994, p. 48).

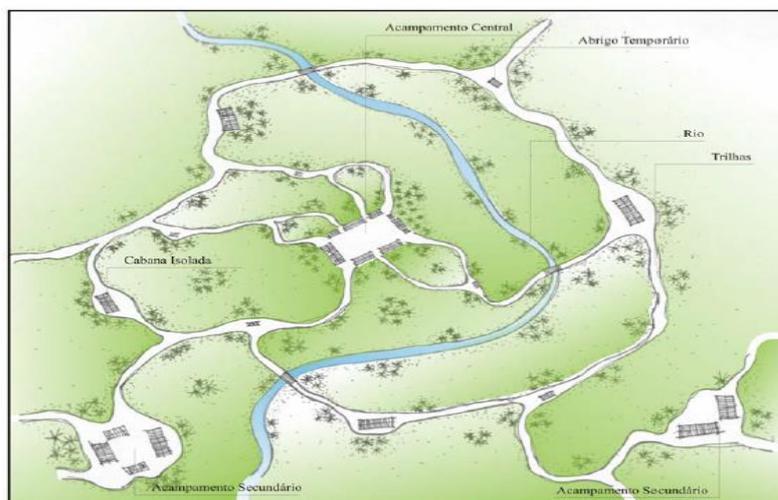
A citação corrobora para a compreensão de que dentro desse território os Laklãnõ-Xokleng tinham a prática de se deslocarem das áreas do litoral para o planalto e vice-versa continuamente com objetivo de manter sua subsistência por meio da caça e coleta. Esse nomadismo é chamado de estacional, pois estava ligado às estações do ano. (LAVINA, 1994; FARIAS, 2005; SELAU, 2006).

Entretanto, quanto ao nomadismo, Noelli (2000), ao pesquisar a ocupação humana na região Sul do Brasil, observa que os Laklãnõ-Xokleng nem sempre teriam sido nômades. Eles foram obrigados a mudar seus hábitos¹¹, tiveram que abandonar a agricultura e seu padrão de assentamento devido à pressão dos Guarani, dos Kaingang e, depois, fortemente com a colonização até o seu quase desaparecimento. Para o autor, os Laklãnõ-Xokleng não foram simples caçadores e coletores nômades, tinham hábitos de manejo agroflorestal dispersando sementes e sabiam da sazonalidade de várias espécies. Esse conhecimento garantia a noção de onde e quando se fixarem, aliada às práticas de obtenção de proteína animal que garantia que tirassem proveito da natureza para sobreviver da caça, pesca e da coleta. (NOELLI, 2000).

O que se faz pertinente destacar nos estudos pesquisados é que o padrão de assentamentos e de subsistência dos Laklãnõ-Xokleng sempre eram estabelecidos próximos aos rios. Essa característica é descrita por Noelli (2000) e confirmada pelos sítios arqueológicos encontrados e estudados por Lavina (1994) e Farias (2005). Na figura 5, é possível verificar a organização do Assentamento Laklãnõ-Xokleng no entorno do rio, elaborada a partir de dados etnográficos e etnohistóricos. (FARIAS, 2005).

¹¹ “Em nível geral, as fontes históricas e etnográficas mostram uma adaptação muito bem integrada aos variados ecótonos do Sul do Brasil, tanto no manejo agroflorestal quanto nas atividades de caça e pesca. A botânica revela que no Sul do Brasil havia alta frequência de comunidades vegetais onde predominava uma espécie, alcançando áreas de considerável extensão, como os pinheirais de araucária, os butiazais, os palmitais, os jabuticabais, os ervais e outras plantas menos consideradas/conhecidas pelos não-indígenas. Diversas comunidades vegetais situadas nos territórios dos Jê do Sul constituíam florestas antropogênicas, manejadas por eles ao longo de 2.000 anos”. (NOELLI, 2000, p. 245-246).

Figura 5: Organização do Assentamento Laklãnõ-Xokleng no entorno do rio.



Fonte: Farias (2005).

Os sítios arqueológicos encontrados no município de Urussanga são, na maioria, dos Laklãnõ-Xokleng. Lavina (1994) e Farias (2005) trazem como referência os registros de 15 sítios catalogados por Rohr (1982), sítios estes que se encontravam em ambiente capaz de sustentar uma população de média densidade, assentados em áreas onde existiam matéria-prima, água próxima e variedades de alimentos propiciando condições favoráveis à sobrevivência. (FARIAS, 2005).

Pelas pesquisas nos sítios arqueológicos é que se consegue alcançar um entendimento sobre a vida dos povos que já não existem mais na área pesquisada, essa possibilidade de compreensão sobre os povos indígenas aqui representados pelos Laklãnõ-Xokleng vem do que restou de sua cultura material. Os diferentes objetos como ferramentas, utensílios e ornamentos, desenvolvidos por meio da adaptação e transformação dos recursos naturais para conseguir o essencial para o dia a dia constituem a cultura material desses povos. (VIEIRA, 2004). Alguns desses utensílios podem ser encontrados em museus da região.

As características dos grupos caçadores-coletores, como os Laklãnõ-Xokleng, indicam que estabeleceram uma relação íntima com fauna, flora e os astros. “Podemos dizer que esses povos desenvolveram a sabedoria para através da convivência entre humanos e outros seres para utilizar a natureza a seu serviço”. (SCHMITZ, S/T apud VIEIRA, 2004, p. 15).

É imperioso manifestar que o território ocupado pelos Laklãnõ-Xokleng e a forma como se relacionavam com a natureza não era apenas para a pesca, caça e coleta, eles utilizavam também cerimônias e rituais, como a festa de perfuração dos lábios dos meninos para a

colocação do tembetá ou labrete (só para homens) e se consumia o *Mõg*, uma bebida típica fermentada, figura 6. (ALMEIDA, 2015, VIEIRA, 2004; FARIAS, 2005; LAVINA, 1994).

Figura 6: Última festa tradicional realizada para a perfuração de lábios dos meninos.



Fonte: Foto de Jules Henry, 1933, do Arquivo Público de Rio do Sul. (ALMEIDA, 2015)

Cabe registrar que os povos indígenas trazem uma concepção de natureza própria e diferente da visão das sociedades tidas como civilizadas e desenvolvidas. Silva e Grupioni (1996) nos trazem a seguinte reflexão:

O conceito de natureza, para uma dada sociedade, se exprime, essencialmente, por uma construção cultural. Cada sociedade possui algo que poderíamos denominar de “criatividade cultural” explicitada na forma como esta socializa a natureza. Existem sistemas complexos no trato destas relações e que ficam evidentes em campos diversos da vida social, como os rituais, os mitos, os cantos, os ornamentos, a medicina indígena, as crenças, o xamanismo, a noção de pessoa, as doenças, os tabus alimentares e em certas práticas cotidianas. (SILVA; GRUPIONI, 1995. p. 206)

Dessa forma, ao analisar e descrever o uso e ocupação dos espaços geográficos da área pesquisada até o final do século XIX, identifica-se que foi realizada por diversos povos indígenas, tendo os Laklãnõ-Xokleng como os últimos a conseguirem ocupar esse território até a chegada dos imigrantes italianos. Estes, com a ajuda do Estado, conseguiram sobrepor a cultura existente até então com aniquilação dos modos de viver e da população Laklãnõ-Xokleng culminando numa mudança nas relações com a natureza e na transformação da paisagem.

Na região, o último registro do encontro dos Laklãnõ-Xokleng foi no município de Orleans, na localidade de Três Barras, em 1949, onde foram encontrados um casal de idosos e

um jovem, que infelizmente vieram a falecer tempos depois. (SELAU, 2006). Este último registro pode ser considerado o fim literal desse povo na região, que apesar de ter vivido aqui por muito tempo, hoje está esquecido na historiografia local. Isso pode ser constatado nos livros e referências que narram a história dos municípios da região. Essa perspectiva está fundada na maneira que o Estado brasileiro optou por “povoar” a região Sul de Santa Catarina, colocando aqui mais pessoas em um espaço já ocupado por outros povos sem qualquer preocupação de como seria esse contato.

O que restou dos descendentes dos Laklãnõ-Xokleng em Santa Catarina vive hoje no Vale do Itajaí, na Terra Indígena Laklãnõ, no entorno dos municípios de José Boiteux, Doutor Pedrinho, Vitor Meirelles e Itaiópolis (ALMEIDA, 2015; PATTÉ, 2015). No ano de 2012 formavam uma população de 2.169 pessoas. (BRIGHENTI, 2012).

Em suma, mesmo que pareça normal encontrar nos trabalhos pesquisados que versem sobre a ocupação pré-colonial, faz-se necessário evidenciar e refletir como os povos originários utilizavam e transformaram de maneira harmônica os recursos naturais para a sua sobrevivência, tendo uma percepção diferente dos rios, das plantas, dos animais, enfim, da natureza como um todo. Essa forma de viver encontrou ruptura e foi silenciada com o início da colonização desenvolvida em toda a área de ocupação dos Laklãnõ-Xokleng. As marcas produzidas por esses habitantes são quase imperceptíveis nas memórias e nas paisagens de toda a região. Mesmo que se resista ou se tenha poucos registros dos povos originários, sua memória se faz presente em um elemento marcante da natureza, ao qual é dito como fonte de vida, a água, pois os três rios que formam as bacias hidrográficas da região têm no nome principal de seus rios a marca desses povos (Araranguá, Tubarão e Urussanga).

4.2 A PARTIR DA OCUPAÇÃO COLONIAL

A partir daqui se almeja apresentar a ocupação e uso histórico e sociocultural da área pesquisada a contar da colonização ocorrida no município de Urussanga, em 1878. Entretanto, partir-se-á de uma breve contextualização histórica anterior a essa data, o recorte temporal se dará a partir do século XIX fazendo referências à Europa, evidenciando a Itália, país de origem dos imigrantes que vieram para a região e ao Brasil. O que interessa aqui é trazer um pouco da conjuntura desse período histórico que influenciou a imigração dessas pessoas para o Brasil e, conseqüentemente, a ocuparem o território onde hoje se encontra o município de Urussanga. Em seguida, enfatiza-se a história e fala-se dos caminhos que as duas bacias e suas paisagens tomaram ao longo do século XX.

4.2.1 Contexto histórico para a colonização

Para representar a importância do século XIX para o mundo atual pode-se referenciar o grande historiador britânico Eric Hobsbawm ao considerar que as mudanças ocorridas neste século moldaram tanto o mundo contemporâneo como o que se conhece hoje, marcando sobremaneira a história da humanidade a que ele se refere como o “longo século XIX”. O historiador fez o recorte temporal maior que o convencional, partiu do período que vai do ano 1789 (consolidação e ampliação da Revolução Industrial e início da Revolução Francesa) até o ano 1914 (advento da Primeira Guerra Mundial).

Dessa maneira, sob certa perspectiva histórica, pode-se interpretar que o período que compreende um marco mundial na visão de Hobsbawm é o momento em que concomitantemente ocorre uma mudança de paradigma histórico-cultural do território da área de estudo (final do século XIX e início do XX), de ocupação e uso dos espaços geográficos pelos Laklãñ-Xokleng e posterior pelos imigrantes italianos. O que demonstra que os arranjos das questões históricas, econômicas, sociais e políticas vivenciados naquele momento no mundo não estavam desconexos, pois impactaram nos territórios nacionais, regionais e locais.

No que tange ao momento vivido pela Europa durante o século XIX, diz Hobsbawm (1988, p.23) que “nunca houve na história um século mais europeu, nem tornará a haver”, pois a política, a economia e a cultura eram dominadas pelos europeus. Para o autor, a visão de mundo dos europeus foi imposta nos cinco continentes, onde era a ocidentalização ou desaparecimento dos povos originários, pois para o imperialismo europeu, as populações nativas eram tratadas:

Como inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis. Eles eram objetos perfeitos de conquista, ou ao menos de conversão aos valores da única verdadeira civilização, aquela representada por comerciantes, missionários e grupos de homens equipados com armas de fogo e aguardente. E, em certo sentido, os valores das sociedades tradicionais não ocidentais tornaram-se cada vez mais irrelevantes para sua sobrevivência. (HOBSBAWM, 1988, p. 118)

Em termos populacionais, os países europeus vivenciaram diferentes processos de transição demográfica culminando na aceleração do crescimento da população. Aliada a esse fator as transformações do capitalismo advindas da Segunda Revolução Industrial impactaram no aumento das emigrações europeias, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. (KLEIN, 1999; FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017). Para Klein (1999), soma-se a esse contexto a atração exercida, principalmente pelo continente americano, com a grande

disponibilidade de terra e oferta de trabalho que trazia a possibilidade de conseguir serem donos de suas próprias terras com um valor mais em conta e mais rápido que na Europa.

Contudo, não se pode deixar de mencionar as dificuldades pelas quais atravessavam a maioria da população dos países europeus, levando-os a emigrar. Figueiredo e Zanelatto (2017) evidenciam que na Itália do século XIX as pessoas estavam vivendo em precárias condições com uma séria crise originada pelo processo de produção capitalista. Essas condições motivaram milhões de italianos a emigrarem em busca da possibilidade de recomeçar uma vida melhor. Nesse sentido, Iotti (2003) corrobora:

No caso da Itália, a emigração vinculou-se, inicialmente, ao descarte da população pobre, expulsa do processo produtivo, em função do desenvolvimento de relações capitalistas de produção, efetivado pelo recém instaurado Estado unitário. No século XIX, a unificação italiana e a incorporação da península ao sistema capitalista não incluíram as camadas populares. Os camponeses foram expulsos da terra. O pequeno artesanato foi parcialmente destruído. A indústria mostrou-se incapaz de absorver a mão-de-obra disponível. Assim, os italianos pobres foram obrigados a buscar, em outros países, as condições de vida que sua pátria lhes negava. No total, 24 milhões de peninsulares partiram da Itália, entre 1869 e 1962, para diferentes regiões do mundo. (IOTTI, 2003, p. 11-12).

Do outro lado do oceano, no Atlântico Sul, nessa conjuntura mundial, o Brasil após a metade do século XIX, aparecia inserido na expansão do capitalismo industrial, além de se apresentar como receptor da população emigrada acolhendo grandes número de imigrantes internacionais. (FAZITO, 2005). O autor considera importante destacar que essa função de país receptor vai encontrar interesses e demandas fundamentais do Estado brasileiro da época, dentre eles, a ocupação de áreas vazias, mão de obra e desejo de embranquecimento da população.

Meléndez (2014) ressalta questões fundamentais para compreender a política imperial no que tange ao processo de colonização ocorrido no país. Em seu trabalho, *Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo*, ele enfatiza os interesses e a importância para o governo imperial:

A colonização era um elemento sempre presente na vida política do Brasil Imperial (1822-1889). Com força especial nas décadas imediatamente posteriores à independência, migrações planejadas desempenharam papel importante no sentido de permitir que as elites políticas definissem uma série de áreas de políticas consideradas essenciais para a consolidação da soberania nacional, a preservação da integridade territorial e a organização dos mercados interno e de exportação. A colonização, como geralmente se designava o planejamento e a execução de migrações “livres”, era um processo versátil, envolvendo o transporte e o assentamento de uma série de diferentes populações, desde grupos indígenas ou degredados até militares de baixa patente e migrantes estrangeiros. (MELÉNDEZ, 2014, p. 36).

No entanto, o autor salienta outro aspecto que muitas vezes aparece com menor relevância histórica quanto ao direcionamento que é a criação de leis, regulamentações e contratos ligados ao processo de ocupação e colonização do território brasileiro. Para ele, o interesse das elites políticas locais naquele momento histórico seria “suas respostas a situações internas que surgiram em razão de fenômenos internacionais que estavam além do controle dessas elites”. (MELÉNDEZ, 2014, p. 39).

Destarte Gomes (2007), Iotti (2003), Figueredo e Zanelatto (2017) afirmam que o Brasil tem sua política imigratória originada nas primeiras décadas do século XIX com algumas experiências de colonização, sendo retomada fortemente após a proibição do tráfico de escravizados em 1850 e pela Lei de Terras de 1850¹².

Nesse sentido, Gomes (2007) define que a imigração no Brasil:

Desde então e até a década de 1930, tal política orientou-se por uma diretriz de franca atração de imigrantes, voltada para dois objetivos fundamentais: a ocupação de áreas “vazias” do território, geralmente situadas em regiões de fronteira ao sul do País, e o fornecimento de mão-de-obra abundante e barata para a substituição do braço escravo nas lavouras de café, especialmente no Estado de São Paulo e circunvizinhanças. Fazendeiros e políticos, muitas vezes reunidos na mesma pessoa, logo visualizaram a impossibilidade da expansão do cultivo do café com recurso apenas ao trabalhador nacional, sendo a vinda de imigrantes pobres uma condição primordial para o desenvolvimento de uma atividade que, nas décadas finais do século XIX, emergiu como altamente lucrativa para os interesses privados e públicos do País. (GOMES, 2007, p. 161-162).

Como se delineou, a vinda de imigrantes para o território brasileiro refletia tanto o momento atravessado pela Europa, sobretudo aqui destacado pela Itália, com origem na situação e nos interesses italianos tanto quanto por desdobramentos de questões mundiais que também afetavam internamente o Brasil. Iotti (2003) coloca que no Brasil de 1874 e 1889 foi o período que ocorreu o fortalecimento da imigração, esse fluxo, principalmente de italianos, intensifica-se a partir de 1875, sendo uma questão que envolvia diretamente os governos brasileiro e o italiano. Gomes (2009, p.162) destaca os “esforços de propaganda empreendidos por nossas autoridades governamentais e empresários, tão mais eficientes quanto aliados a uma política de subsídios à imigração”.

A imigração italiana no Brasil é marcada por ser considerada a que reunia as condições mais desejáveis por aqueles que conduziam a política de imigração, como por exemplo ter a

¹² A Lei nº 6.012, de 18 de setembro de 1850, buscou normas para definir o que eram terras devolutas e visava que a aquisição de terras fosse somente pela compra, assim o governo poderia vender lotes aos imigrantes diretamente, ou a particulares e a companhias colonizadoras. (DALL'ALBA, 1983).

proximidade de língua, religião, sabiam trabalhar na terra e outros costumes, além de corresponder aos ideais de branqueamento da população. (GOMES, 2007). Outro aspecto é a quantidade, o período conhecido como “grande imigração” (1870-1930), os italianos corresponderam a 42% do total dos imigrantes entrados no Brasil, ou seja, os italianos eram cerca de 1,4 milhões. Destes, os primeiros e em maior número foram os vênnetos, região ao norte da Itália, cerca de 30%. (IBGE, 2020). Este grupo também se estabeleceu no município de Urussanga a partir de 1878 e em toda a região sul de Santa Catarina.

No estado catarinense, a imigração italiana, apesar de começar antes de 1875, foi a partir dessa data que se efetivou. (KLUG; SANTOS; LIMA, 2018). Os autores trazem que inicialmente os italianos foram encaminhados para as colônias da região norte do estado, depois o governo imperial optou por direcionar novas frentes de expansão para o sul onde havia áreas a serem exploradas. É em 1876, em visita à região do vale do rio Tubarão, que o então presidente da província dá início ao movimento de colonização italiana com a formação dos primeiros núcleos coloniais no sul catarinense. (KLUG; SANTOS; LIMA, 2018).

Assim, no ano de 1877 funda-se o primeiro núcleo colonial com o nome de Azambuja, no vale do rio Tubarão e, posteriormente, no ano de 1878, no vale do rio Urussanga, a colônia de mesmo nome. (KLUG; SANTOS; LIMA, 2018). Isso posto, cabe ressaltar que é a partir do momento em que oficialmente se inicia a ocupação pelos imigrantes italianos nas colônias de Azambuja e Urussanga que conseqüentemente ocorre o início da sobreposição no território e na cultura dos Laklãnõ-Xokleng, que a historiografia chama de colonização e ocupação desta área e que se tem a primeira ruptura na paisagem.

Portanto, ao analisar de forma geral a história do processo migratório e posterior ocupação das terras até chegar onde hoje se encontra o território do município de Urussanga, permite-se constatar que a conjuntura mundial e a situação aqui mencionada da Itália, proporcionaram as condições para a saída de milhões de pessoas do continente europeu. Isso somado aos interesses do Estado brasileiro fizeram com que esse fluxo migratório atendesse tanto os interesses do país de origem, no caso a Itália, como as demandas do país de destino, o Brasil. Dessa maneira, entende-se que os interesses dos Estados nacionais sobreponham seus territórios por estarem subjugados às questões mundiais, nacionais e locais, impactando nas populações, nos seus modos de vida e nas paisagens.

4.2.2 A ocupação a partir da colonização

É imperioso salientar que o processo de ocupação colonial por certo período foi o mesmo nas comunidades inseridas nas bacias dos rios Carvão e Maior. Ambos possuem o mesmo processo histórico, com características semelhantes da colonização italiana, o que vai diferenciá-los será o momento que começa a atividade carbonífera na bacia do rio Carvão. Portanto, de modo geral, discorrer-se-á sobre o processo histórico da colonização em Urussanga fazendo menções a essas áreas quando pertinente.

A colonização que se efetivou com a chegada dos imigrantes italianos a partir de 1878 na então colônia Urussanga permeada por questões históricas é o fundamento para compreender a apropriação dos espaços geográficos na área pesquisada. Nesse ínterim, os rios exerceram papel fundamental no desenvolvimento da colonização, sendo referência para determinação da demarcação das terras pelo governo, servindo de base para a instalação das colônias bem como para a definição dos lotes coloniais, ainda auxiliaram para os deslocamentos entre os povoados e na utilização de diversas necessidades essenciais para a sobrevivência humana.

Diante desse contexto, os primeiros colonizadores estabeleceram uma relação com a natureza diferente dos povos originários que aqui viviam. Aos poucos eles foram modificando o ambiente encontrado, ao mesmo tempo em que iam impregnando suas marcas nas paisagens. Algumas marcas aparecem hoje suaves, quase imperceptíveis, como o uso da força motriz dos rios, enquanto outras ainda estão guardadas na memória de quem testemunhou ou ouviu falar dessas relações no passado, como os conflitos com os Laklãnõ-Xokleng.

Cabe pôr em evidência que parte da região sul do estado de Santa Catarina, especificamente o município de Urussanga, possui uma base de referência historiográfica registrada por quem viveu nesse lugar no princípio do período colonial. O primeiro e mais antigo livro que alimentou e alimenta as fontes de pesquisa é a obra do padre Luigi Marzano, *Colonos e Missionários Italianos nas Florestas do Brasil*, publicada na Itália em 1904 e traduzida no Brasil por João Leonir Dall'Alba em 1985. Outra obra basilar foi lançada em 1939, com o título *Azambuja e Urussanga: memória sobre a fundação*, de Fernando Luís Vieira Ferreira, filho do engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, o fundador de Azambuja e Urussanga. Essas não são as únicas, porém, são as mais antigas fontes bibliográficas que versam precisamente sobre a área da pesquisa.

No linear da história, Ferreira (1939) traz que no ano 1876, Joaquim Vieira Ferreira foi nomeado pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, chefe da comissão designada para demarcar e assentar os imigrantes nas terras devolutas dos vales do rio Tubarão e Urussanga. Neste livro, Ferreira (1939) narra todo o percurso pelo rio Tubarão até a chegada à foz do rio Pedrinhas no início do ano de 1877, na localidade de mesmo nome, onde ficariam

para a demarcação das terras e assentamentos dos colonos na colônia Azambuja (vale do rio Tubarão) e depois na colônia Urussanga (vale do rio de mesmo nome). O que chama a atenção é a quantidade de vezes que se refere a paisagem e aos rios, iniciando pelo transporte de Tubarão até Pedrinhas, bem como as referências à localização e o assentamento das famílias.

Nesse sentido, enfatiza-se um registro por parte de Ferreira (1939), que é o relato de como a Comissão Colonizadora fez para reconhecer as áreas onde instalaria as futuras colônias. Para executar essa tarefa era realizado um estudo do relevo e dos rios, fato que fica evidente em muitas passagens do livro, mas que se ressalta aqui ao transcrever que:

O alto monte à esquerda de quem chega pela estrada marginal ao rio Pedras Grandes foi o ponto de partida na construção do povoado. Abriram-se duas ruas, a principal à margem direita do rio Pedras Grandes e a outra pela do Cintra, a começar de sua confluência. No ângulo formado a montante pelos dois rios aplanou-se uma praça triangular, além da qual se elevava a última projeção do morro divisor de suas águas. (FERREIRA, 1939, p. 53).

Essa exposição é para a então colônia de Azambuja, que foi o primeiro núcleo fundado em 1877 e que serviu de base e passagem para os imigrantes que viriam a ocupar os vales do rio Urussanga e, depois, partes do vale do rio Araranguá, estabelecendo outras colônias até o final do século XIX. (FERREIRA, 1939). Na figura 7, extraída do livro de Ferreira (1939), está um registro que ilustra a referência citada.

Figura 7: Vista parcial da colônia Azambuja em 1877.

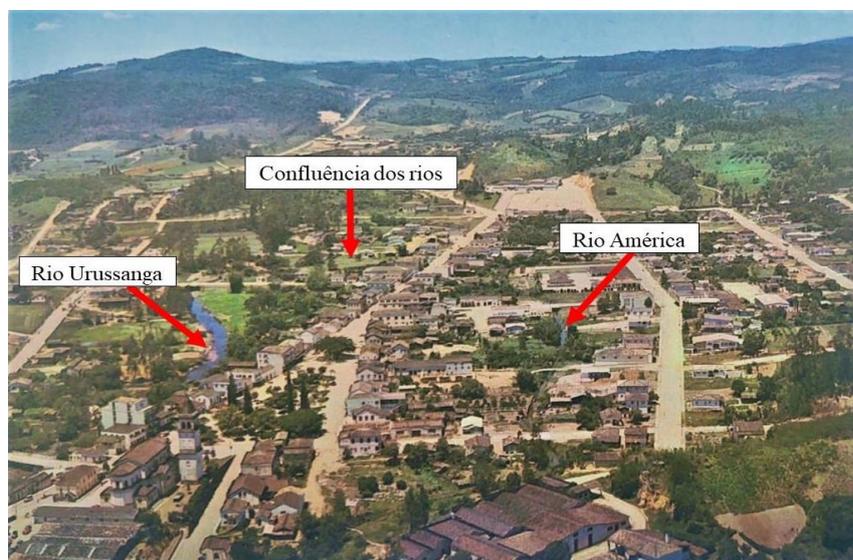


Fonte: Ferreira (1939).

Considerando que os povos indígenas que ali viviam não usavam esse tipo de organização social e a relação com a natureza era diferente, afirma-se que é a partir desse momento que se inicia uma mudança na paisagem, uma sobreposição na cultura. Como afirma Santos (2006), a paisagem vai demonstrar o resultado das relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza num determinado momento.

Após a demarcação das terras e fixação dos primeiros imigrantes italianos em Azambuja, a Comissão Colonizadora partiu em direção ao vale do rio Urussanga, fundando em 26 de maio de 1878 outra colônia. Sua sede foi demarcada e localizada em forma triangular, a partir da confluência de rios, no caso os rios América e Urussanga para aproveitar a configuração natural do terreno delimitado. (MARZANO, 1985; ESCARAVACO, 1986; FERREIRA, 1939). Na figura 8, da década de 1970, é possível visualizar a sede e a parte central contornados pelos rios até a confluência. Atualmente, o encontro dos dois rios não é mais no mesmo ponto: após uma grande enchente em 1974, decidiu-se fazer uma intervenção no rio Urussanga alterando seu curso para um pouco mais distante da área central do município.

Figura 8: Os rios Urussanga e América com a confluência e área central do município de Urussanga no meio, 1978.



Fonte: Marques (1978).

Como já mencionado, o rio recebe esse nome a partir da união das águas dos rios Carvão e Maior, possui forte ligação histórica também com outros municípios e comunidades que estão inseridos na Bacia Hidrográfica do rio Urussanga. Atualmente, pode-se ainda verificar essa presença histórica mais fortemente no nome de comunidades cortadas pelo rio Urussanga, como por exemplo, no médio vale à comunidade de São João da Urussanga Baixa,

no município de Treze de Maio ou no baixo vale a comunidade de Urussanga Velha, no município de Içara. Seus afluentes também denominam muitas comunidades no município de Urussanga, como Rio América, Rio Caeté, Rio Deserto e Rio Salto ou ainda o próprio rio Carvão, o qual dá nome à comunidade de Rio Carvão, Rio Carvão Baixo e Rio Carvão Alto, e rio Maior, que também dá nome às comunidades de Rio Maior, Linha Rio Maior e São João do Rio Maior. Sobre denominar lugares, observa Claval (2014, p. 197), que “o batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns e outros a se localizar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço”.

Voltando à colonização, considera-se importante registrar a cronologia da ocupação das outras colônias da região que tiveram ligação diretamente à colônia de Urussanga. No final do século XIX, diversos núcleos coloniais se formaram na região sul de Santa Catarina recebendo imigrantes, na maioria italianos, que seguiam até os locais destinados à ocupação, passando e tendo como referência Urussanga, foram: São José de Cresciúma (1880), atual Criciúma; Accioly de Vasconcelos e depois Rio Cocal (1885), atual Cocal do Sul; Nova Veneza (1890) que não alterou nome; Nova Belluno (1891), atual Siderópolis e Nova Treviso (1891), atual Treviso. (MARZANO, 1985; ESCARAVACO, 1986; FERREIRA, 1939). Devido ao seu desenvolvimento econômico, Urussanga foi a colônia que obteve a emancipação mais rápida, em 06 de outubro de 1900, sendo elevada a município, sua instalação ocorreu em 22 de janeiro de 1901 (ESCARAVACO, 1986; IBGE, 2020), sendo o primeiro município do século XX em Santa Catarina. (KLUG; SANTOS; LIMA, 2018). Das colônias citadas anteriormente, somente Criciúma e Nova Veneza não seguiram com seus territórios pertencentes ao município de Urussanga após a emancipação.

Todas essas colônias que vieram a se tornar mais tarde município possuem rios cortando suas sedes e suas primeiras comunidades, fato que está relacionado à origem dos primeiros lotes coloniais. Essa premissa da colonização foi identificada nos livros da história dos demais municípios da região como de Criciúma, Cocal do Sul e Forquilha. (ARNS, 1985; DE FAVERI; SOUZA, 2006).

O rio como referência é um elemento muito utilizado na história da ocupação e delimitação de terras: Sorato (2019), sugere uma definição dos limites dos bairros no município de Urussanga tendo como referência os rios e questões históricas para fundamentar sua proposta. Ele cita os mapas originais com a demarcação das terras da colônia Urussanga de 1878 em que é possível visualizar o centro do núcleo colonial e o padrão de assentamento confeccionado por Joaquim Vieira Ferreira, demonstrando sua preocupação em fazer a

distribuição das famílias em lotes com acesso à água. Fato também identificado na pesquisa de Adami (2015), na colonização desenvolvida em Criciúma.

O processo de colonização efetuado na região comprova que o governo brasileiro tinha a preocupação em utilizar os rios para auxiliar na demarcação, na ocupação e desenvolvimento das colônias. Arruda (2008) faz uma reflexão baseado em Febvre (2000) referente a tornar os rios como demarcadores de espaços delimitando territórios e diferenciando áreas, “os rios não são fronteiras naturais, foram os homens que atribuíram a eles esse papel”. (ARRUDA, 2008, p. 10).

Não obstante Marzano (1985), que viveu no final do século XIX e início do XX, presenciou essa forma de ocupação e o quanto estar próximo a lugares que tinham qualquer curso de água era fundamental para o estabelecimento dos colonos e nomeação das comunidades. Ele descreveu precisamente essa forma de ocupação.

O centro ramificam-se estreitas estradas por todos os lados, conduzindo as diversos núcleos coloniais. Como o terreno é todo de colinas, a estrada está sempre no fundo do vale, **ao longo de um rio que dá o nome ao povoado**. Cada colono é proprietário de vinte ou trinta hectares de terra, com cerca de um quilômetro de comprimento por 250 metros de largura. Sua casa está situada sempre próxima à estrada e está sempre ao longo **de um curso de água**. O colono, ao receber seu lote de terra, em primeiro lugar faz uma visita ao terreno e ao encontrar **uma nascente ou um regato**, ali determina construir sua casa. (MARZANO, 1985, p. 113, grifo do autor).

Em outra passagem, Marzano (1985) apresenta a narrativa de quanto os cursos d’água foram significativos para o desenvolvimento das atividades. Ao mencionar as dificuldades de se deslocar até Azambuja e com a necessidade de transformar o milho em farinha, os imigrantes italianos que viviam em Urussanga “procuraram uma queda d’água, prepararam o necessário. Abateram árvores, rolaram matacões, de modo que, no mês de abril de 1879, inaugura-se o primeiro moinho (atafona)”. (MARZANO, 1985, p. 60). Esse moinho foi instalado na comunidade de Rancho dos Bugres por Ferdinando Búrigo, Celeste Savi Mondo e Giovani Savi Mondo. (MARZANO, 1985; ESCARAVACO, 1984). Após essa primeira construção, muitas outras do mesmo tipo vieram a ser construídas nas diversas localidades e rios com os mais variados usos, como em 1880 na comunidade de Rio Maior por Inácio, Antônio, Eugênio, Vicente e Beniamino Mazzucco. (MARZANO, 1985; ESCARAVACO, 1984).

Essas construções parecem ser de notória relevância que Marzano exalta sobremaneira o uso da força d’água para fazer moinhos. Ele descreve que, em Santa Catarina, antes da chegada dos italianos, o número de moinhos era muito pequeno, vinham do Rio de Janeiro as mós e eram movidos por força animal. Para o autor:

Nossos infatigáveis colonos italianos, visto que abundava pedra de boa qualidade, fabricaram logo moendas e mós. Aproveitando da cascata d'água puseram em movimento o moinho, com grande maravilha dos brasileiros, os quais até então nunca tinham visto aplicações com a força d'água. Eis a primeira demonstração de civilização italiana trazida às florestas do Brasil. (MARZANO, 1985, p. 60).

Nesse sentido, constata-se que as apropriações dos recursos naturais, com destaque para os usos dos rios, desempenharam papel fundamental no processo de ocupação e desenvolvimento de muitas atividades não só em Urussanga, mas em toda a região, e assim transformando as paisagens. Adami e Cunha (2014) reforçam esses usos detalhando-os:

Os colonos, no primeiro período da agricultura, aproveitavam a força motriz das pequenas quedas d'água de seus núcleos coloniais, como fonte de beneficiamento dos produtos agrícolas nos engenhos. A água também era utilizada na geração de energia para indústrias artesanais e fabricação de instrumentos agrícolas e utensílios domésticos, nas serrarias, ferrarias, curtumes, fábricas de móveis, indústrias têxteis, entre outras. Próximo às margens dos rios eram encontradas matéria-prima para suprir as primeiras necessidades, como lenha, madeira e barro para a fabricação de utensílios domésticos e de moradias. Além de serem áreas muito férteis e produtivas para o cultivo de alimentos. (ADAMI; CUNHA, 2014, p. 64).

Essas informações descrevem a importância e influência que os rios exerceram para as mais diversas atividades empregadas com o modo de vida estabelecido a partir da colonização, mas também demonstram que talvez seria impossível sobreviver se não fosse a *riodiversidade* (FILHO, 2016) de usos que os rios proporcionam ao longo de suas margens e de seus caminhos. Passados mais de 140 anos, desde o início desse processo de colonização diminuiu-se o uso desse recurso, não se percebe mais o quanto ele é importante e resiliente por continuar a marcar as paisagens.

Para Arruda (2008), no passado os rios apresentavam uma importância muito maior do que hoje, “em muitas ocasiões os rios foram muito mais importantes que quaisquer outros ambientes naturais, mas ainda assim eles parecem ter sido esquecidos”. (ARRUDA, 2008, p.11). No entanto, o mesmo autor entende que atualmente passa-se por uma mudança em curso, devido a diversas pressões vindas dos movimentos ecológicos, da preocupação com a carência de água potável e necessidade de produção de energia.

Diante do processo histórico e das evidências apontadas, identifica-se que esta relação/dependência estabelecida em Urussanga com os recursos naturais, destacada pelo uso dos rios, possui importância tanto local quanto regional, que se mistura e se completa. Obviamente uma série de fatores contribuíram para que Urussanga viesse a se tornar município antes das outras colônias da região, entretanto, sob um certo ponto de vista, o formato de sua rede hidrográfica, com o sagaz aproveitamento dos rios, pode ter exercido efeito que fortaleceu

essa colônia vindo a se tornar município antes mesmo de localidades com ocupação colonial mais antiga. Dall'Alba (1983) observa que Urussanga, a partir de 1895, se destacava na região em relação às demais áreas colonizadas pelos italianos, pois possuía o centro comercial mais importante e havia superado economicamente todas as demais colônias, inclusive Azambuja e Pedras Grandes, fundadas anteriormente.

Quanto aos produtos e à organização das colônias, Dall'Alba (1983) traz o relatório de viagem de Alberto Roti (Cônsul Real da Itália) pelo Sul de Santa Catarina que registrou no ano 1895 a produção de todas as colônias. Abaixo algumas informações de Urussanga:

Tem 50 ou 60 engenhos de cana e alambiques, 16 moinhos, 6 ferrarias, uma das quais movida à água. Há 25 negociantes com variado comércio. Também em Urussanga quase todo colono cultiva parreiras. A produção ainda não é por demais grande, mas já exporta algum vinho, especialmente para as colônias vizinhas. [...] O povoado de Urussanga tem muitas casas construídas de tijolos. Os lotes urbanos estão todos ocupados. [...] Esta colônia alcançou notável desenvolvimento (DALL'ALBA, 1983, p. 27-28).

Ao fazer um comparativo das informações de outras colônias no mesmo relatório, verifica-se que a colônia se sobressaía na produção agrícola, conseguindo comercializar seu excedente. (DALL'ALBA, 1983).

O modo de explorar e de se apropriar dos recursos naturais com transformação da paisagem parecerem estar marcados e encontraram nos rios de Urussanga testemunha que perdurou por muito tempo depois do início de seu uso. Marques (1978), quase cem anos após o primeiro moinho, percebeu da seguinte maneira as marcas nas paisagens e os resquícios do aproveitamento dos rios:

Rio Maior, Rio Salto, Rio Americano, Rio Caeté, **Rio Carvão**, Rio Barro Vermelho e outros ainda hoje são um rosário de arcaicos paredões, aquedutos e represas, e de inúmeras rodas d'água, algumas já apodrecidas, outras em plena e perene atividade, testemunhas de um passado que não quer morrer. (MARQUES, 1978, p.75, grifo do autor).

O que Marques (1978) apresenta pode ser relacionado ao que Arruda (2008) coloca sobre o que os rios trazem através de suas imagens, de seus relatos e de suas histórias. Para o autor, os rios, antes de qualquer coisa, são uma construção social, que ao se referenciar pelo rio surgem de seu âmago imagens, memórias e histórias que carregam parte das relações entre os seres humanos e o mundo natural ao longo da história. O que foi constatado nas paisagens, Berque (1998) concebe como marca e como matriz.

Atualmente, no município de Urussanga, e precisamente nas áreas das bacias dos rios Carvão e Maior, muito pouco se consegue observar das construções que aproveitavam os rios

e poderiam carregar o registro/memória/patrimônio conectando o presente ao passado. Na figura 9, visualiza-se uma roda movida pela força da água que pertence à família Bez Fontana, na comunidade rural de Rio América Baixo, mas está fora da área de estudo. Conforme figura 9, a roda d'água que funcionou até pouco tempo atrás faz parte de um conjunto de bens tombados que conta ainda com atafona, marcenaria, a casa da família e outra roda d'água desativada, construídos em madeira. (LIMA; BASTOS, 2019). Todo o complexo foi tombado pela FCC em 1998 (SANTA CATARINA, 2018), está no livro do Tombo Histórico, Belas Artes, Etnográfico, Paisagístico e Arqueológico, de 2015, ainda a propriedade integra os Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina do IPHAN. (LIMA; BASTOS, 2019).

Figura 9: Roda d'água da atafona e vista parcial da serraria, da marcenaria e da atafona



Fonte: Lima e Bastos (2019) e IPHAN (2005).

Essa composição da paisagem poderia ser uma constante nas comunidades do interior de Urussanga e talvez da região, mas com o passar do tempo os usos dos recursos naturais e as atividades desenvolvidas foram se modificando, alterando também as paisagens devido às transformações das atividades econômicas. Primeiro, a agricultura aos poucos perde importância e vai dando lugar às atividades comerciais, surgindo os núcleos urbanos, depois a exploração do carvão a partir das décadas de 1910 e 1920 de forma industrial, espalhando-se por diversos municípios da Bacia Carbonífera Catarinense tornando as atividades atreladas ao carvão o principal produto da economia regional, tendo inicialmente os municípios de Urussanga e Criciúma como os principais produtores. (ADAMI; CUNHA, 2014; CAROLA, 2004; NASCIMENTO, 2004).

Antes de falar das alterações na paisagem provocadas pelas atividades do carvão é importante refletir que o processo de colonização também o fez. Os imigrantes aqui chegados

não encontraram um ambiente adaptado a eles, era diferente daquele que estavam acostumados na Itália. Ao efetuar a apropriação desse espaço com a imposição de sua ocupação e cultura tiveram que se adaptar a esse novo ambiente e estabeleceram uma relação com a natureza diferente do seu país de origem e diferente da efetuada pelos povos originários. A relação estabelecida aos poucos modificou a natureza, ao mesmo tempo as marcas que constituem identidades culturais desse processo histórico foram sendo impregnadas nas paisagens, deixando registrada toda a herança da forma de viver destes novos habitantes, sobrepondo a que existia. Então, ao mesmo tempo que deixaram seu legado na construção de uma nova sociedade, uma nova paisagem surgia, criando uma cisão na paisagem que antes existia, como diz Sauer (1998, p. 59): “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado”.

Assim, todo o conjunto de técnicas empregadas e realizadas com a colonização nesse Novo Mundo acabaram por impactar nas populações aqui existentes e em todo o bioma da Mata Atlântica. Como traz Marzano (1985, p. 120), “ele abate as árvores, depois lança-lhe fogo, destrói uma quantia imensa de ricos materiais, e em pouco tempo, daquela luxuriante vegetação não resta quase nada além de cinza”, essa passagem mostra como os colonos faziam para preparar uma área para agricultura. Em uma análise crítica, Carola (2010)¹³ problematiza a relação cultura–natureza trazida com a colonização a partir da metade do século XIX em Santa Catarina. Para ele, “o modo de ver e explicar a “evolução histórica” da colonização estimula e legitima a destruição e a domesticação do mundo natural tanto quanto dos povos indígenas”. (CAROLA, 2010, p. 548).

As comunidades inseridas nas bacias dos rios Carvão e Maior estão contempladas nas passagens até aqui expostas, pois tiveram o mesmo processo de colonização, assentado no modelo de uso e exploração dos recursos naturais. Entretanto, existem áreas da bacia do rio Carvão que foram utilizadas para as atividades carboníferas, diferenciando seu caminho na convivência com o ambiente. Essa nova cultura imposta à natureza e à comunidade estabelece mais uma ruptura na paisagem e nas relações construídas a partir da colonização, pois começa a exploração do carvão.

¹³ Na obra *Natureza admirada, natureza devastada História e Historiografia da colonização de Santa Catarina*, o autor traz passagens de diversos autores sobre a história da colonização de Santa Catarina, inclusive analisa trechos da obra de Marzano (1904).

4.2.3 Histórias em comum, caminhos e paisagens diferentes

Quando apareceu a mina de carvão, mudou tudo, acabou tudo. [...]. E aqui já no Rio Maior, o rio sempre foi bom, a água, boa pra tudo. [...]. Meu marido chegava da roça ia pescar, igual no Rio Carvão, era uma água limpinha, mas de um dia para outro a água descia preta. Os homens na época diziam: deixa, nós vamos trabalhar na mina, nós vamos ganhar dinheiro. Os homens iam trabalhar na mina e as mulheres ficavam em casa e trabalhavam na roça. Mas as consequências depois vieram. (informação verbal)¹⁴.

A história da colonização no município de Urussanga, no caso aqui o recorte das comunidades inseridas nas bacias do rio Carvão e Maior, está calcada em uma mesma base histórica, porém, a origem específica dos imigrantes italianos em seu país é diferente. No Rio Maior está bem definido que as primeiras famílias de imigrantes destinadas a ocupar eram, predominantemente, da localidade de Casso, no município de Erto, na província de Údine, na região do Friuli-Venezia Giulia, Itália. (ESCARAVACO, 1984; MAZZURANA, CANCELLIER, 1989; BALDESSAR, 2007). Já no Rio Carvão não se identificou nada tão específico, porém Maccari (2011)¹⁵ cita que várias comunidades do interior, dentre elas o Rio Carvão, que foram onde os imigrantes vindos da província de Treviso, na região do Vêneto, se estabeleceram inicialmente. Entende-se que essa peculiaridade talvez possa ser pesquisada em outro momento com a devida profundidade, por hora, volta-se aos caminhos da conjuntura em que as narrativas começam a ter caminhos diferentes, refletindo nas atuais paisagens.

Destarte, a nova configuração da paisagem com as atividades ligadas ao carvão não resultou de uma mudança repentina de modelo econômico e social, ela está atrelada a um processo histórico que se estabeleceu e foi se desenvolvendo aos poucos afetando toda a região. Dessa maneira, desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos na região em 1877, os usos dos recursos naturais foram se modificando, alterando também as paisagens devido às transformações das atividades econômicas. A agricultura gradativamente perde importância sendo substituída pelas atividades comerciais com os núcleos urbanos; depois a exploração do carvão, a partir da década de 1920, de forma industrial, se espalha por diversos municípios da região tornando-se posteriormente o principal produto da economia regional, tendo no começo os municípios de Urussanga e Criciúma os principais produtores. (ADAMI; CUNHA, 2014; CAROLA, 2004; NASCIMENTO, 2004).

¹⁴ Entrevista concedida por Mazzucco, P. C. Mulher, 83 anos. Entrevista I. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021. Foi moradora da comunidade do Rio Carvão até se casar e ir morar em Rio Maior.

¹⁵ Depoimento de Sérgio Maccari para Pereira *et al.* (2011) no livro “Um vapor para a Benedetta”.

Nascimento (2004) discute a ideia de progresso vinculada à produção histórica e cultural pautada nas atividades ligadas ao carvão. Essa construção reverbera em muitas questões que afetam a identidade construída pela colonização até, então, segundo o autor “todas as atividades foram sendo alijadas a um segundo plano em vista da atividade carbonífera, considerada como sendo aquela indústria que propiciava o progresso da região” (NASCIMENTO, 2004, p. 57).

No sentido da mudança de paradigma econômico que resulta em paisagens diferentes das que se tinha com as atividades ligadas à terra, Carola (2004) reflete que o que acontece na região não difere do resto do país, em que as atividades agrícolas passam a atender às necessidades oriundas da indústria e dos centros urbanos. O caso particular é que na região sul de Santa Catarina a indústria é especificamente a do carvão. No que diz respeito à sobreposição da cultura e da paisagem, o autor faz afirma que concomitantemente iam se formando núcleos coloniais ligadas ao modo de vida dos imigrantes com a típica paisagem rural e se desenvolvia a economia do carvão. (CAROLA, 2004).

Esses dois "lados" da ocupação e uso da terra têm reflexos e resultaram no que pode ser visto na atualidade nas águas e paisagens das bacias dos rios Carvão e Maior. Na bacia do rio Carvão encontram-se grandes áreas degradadas pela atividade do carvão (figura 10 B), a qualidade da água está comprometida pela DAM, pelo transporte de sedimentos e de resíduos da atividade carbonífera, já na bacia do Rio Maior (figura 10 A) a água apresenta boa qualidade, sendo inclusive utilizada para abastecimento humano. (BACK *et al.*, 2019).

Figura 10: Cachoeira no rio Maior, na comunidade de Rio Maior e pequena queda d'água no rio Carvão, na comunidade de Rio Carvão.



Fonte: O autor (2020).

Ao olhar essas duas paisagens e refletir o que elas representam pode-se recorrer a Santos (2006, p. 103) que afirma que “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. É nesse sentido que a diferença das paisagens vista nas águas, nos leitos e nas margens dos rios Carvão e Maior também representam “diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente”. (SANTOS, 2012, p. 54). Nessa perspectiva, a paisagem apresenta suas marcas por meio da alteração contínua e histórica, resultando da acumulação das atividades de muitas gerações, sendo possível então acompanhar as transformações sociais e ambientais, tendo o rio como um fio condutor e testemunha que impregnou em suas águas o que se passou nesses espaços. De certa maneira, esse panorama que é visto nessas paisagens representa significativamente a história, a herança, a memória e a identidade de toda a Bacia Carbonífera Catarinense.

Ao pensar na perspectiva que Worster (2008) traz sobre “rio circular”, vem o alerta sobre o relacionamento com os rios:

O primeiro mandamento para viver bem-sucedido na natureza - viver por longo tempo e na mais alta possibilidade de desenvolvimento moral - é entender como aquele "rio circular" e sua bacia hidrográfica trabalham em conjunto e adaptar nosso comportamento de acordo com isso. Ao contrário, assumir uma atitude puramente econômica em relação à água é a forma mais acertada para fracassar na compreensão do "rio circular". (WORSTER, 2008, p. 29).

Para compreender a história do carvão em solo catarinense e seus reflexos, tanto na área de estudo como em toda a região, é essencial voltar um pouco na linha do tempo. O conhecimento da existência do carvão na região sul de Santa Catarina remete ao século XIX, nos relatos dos tropeiros que cruzavam do planalto serrano catarinense até Laguna, ao registrarem uma pedra preta que queimava encontrada na bifurcação do rio Tubarão com os rios Passa Dois e Bonito, na localidade de Barro Branco, no atual município de Lauro Müller. (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002). A primeira tentativa industrial começou no ano de 1861, quando o Visconde de Barbacena adquiriu terras devolutas e obteve concessão para exploração do carvão, tendo também viabilizado o transporte com a construção da Estrada de Ferro, iniciada em 1880 e terminada em 1884, ligando o porto de Imbituba a Lauro Müller, por não ser rentável naquela oportunidade as atividades pararam em 1886. (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002).

No entendimento deste estudo, é nesse momento que começa a ligação dos moradores e do município de Urussanga com o carvão. Num precioso registro encontrado em Marzano (1985) é observado que para a construção dessa ferrovia preferiam-se trabalhadores imigrantes italianos, pois estes já tinham experiência em minas antes de virem para o Brasil. O autor descreve que, de modo geral, essa atividade impulsionou a economia da colônia, fazendo-a alcançar certo desenvolvimento. Esses trabalhadores conseguiram melhorar suas condições de vida, proporcionando maior movimentação no comércio e, entre outras coisas, a aquisição de animais domésticos como vacas e bois, ovelhas, cabras e cavalos que até então era impossível. (MARZANO, 1985).

Ainda sobre essa ligação, Escaravaco (1984) menciona que os imigrantes italianos de Urussanga enviaram cartas avisando aos parentes na Itália sobre a exploração do carvão, esta notícia serviria para os jovens de Longarone e Zoldo e, principalmente, para os de Belluno que tinham experiência por terem trabalhado nas regiões do império austro-húngaro como mineiros. No Rio Maior essa questão também teve impacto, pois os imigrantes foram empregados facilmente na construção da Estrada de Ferro Thereza Christina, esse trabalho lhes rendeu dinheiro para poder pagar a dívida de seus terrenos e serviu para que comprassem mais terras para seus filhos nas comunidades de Rio Molha, Palmeira Alta, Palmeira Baixa e do Meio. (MAZZURANA; CANCELLIER, 1989).

Do final desse primeiro período da exploração do carvão, que foi do ano de 1886 até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o carvão foi utilizado de forma mais artesanal, sem uma produção industrial na região. É durante a Primeira Guerra Mundial que o país diminui a importação, somado a uma série de estudos mais específicos sobre a qualidade que o produto veio a ser explorado industrialmente, começando a ter significativa importância econômica, política e social para todo o sul de Santa Catarina e para o país. (GOULARTI FILHO, 2001; BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002).

A partir dessa conjuntura, do período de 1917 a 1922, foram fundadas algumas companhias carboníferas com considerável poder econômico, marcando o início industrial da atividade mineradora do carvão na região e dentre as empresas pode-se destacar a Companhia Carbonífera Urussanga S.A (CCU) que vai atuar no município de Urussanga. (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002; GOULARTI FILHO, 2001; ESCARAVACO, 1984; HEIDMANN, 1980).

Para Escaravaco (1984), a Companhia Carbonífera de Urussanga (CCU) foi a primeira a atuar em escala industrial¹⁶ em Santa Catarina. No ano de 1917, a empresa adquire lotes colônias de particulares e solicita a concessão para exploração do subsolo no município, começando a atuar no ano seguinte. As áreas estavam nas comunidades e delimitadas da seguinte maneira:

Rio Carvão, Rio América, Rio Deserto, Linha Ferreira Ponte, Primeira Linha Cocal e Cabeceiras da Primeira Linha Cocal limitados ao norte pelos terrenos de Lage, o sul pela Segunda Linha Cocal, a leste pelo meridiano formado pela Vila Urussanga (Linhas norte-sul) e a oeste pelos terrenos da Companhia Metropolitana (colônia Nova Veneza). (ESCARAVACO, 1984, p. 164, grifo do autor).

Verifica-se, na citação acima, que dentre as áreas requeridas para a exploração do carvão aparece a comunidade de Rio Carvão e não a de Rio Maior. Para fins de registro, pode-se fazer o recorte temporal de que é a partir desse instante que os caminhos das duas bacias hidrográficas e das comunidades inseridas em seu território começam a se distanciar, com reflexo que vai resultar nas paisagens e nos rios. Carola (2004) observa que por meio das concessões, a indústria carbonífera aos poucos expandia sua ocupação territorial.

Entre os pequenos proprietários rurais que tinham suas terras sobre reservas de carvão e que, por imperativos legais, ficavam praticamente obrigados a vendê-las às companhias mineradoras, houve casos em que o dono tentou resistir à venda, casos em que o próprio colono decidiu se tornar um minerador, e os que comercializaram a terra e foram trabalhar nas minas. Além das áreas ocupadas para o processo de extração e beneficiamento do carvão, a indústria carbonífera também expandiu seu campo geográfico por meio de grandes plantações de eucaliptos e construções de vilas operárias. Além disso, ocupou solos e rios com depósitos de rejeitos e resíduos descartados do processo de beneficiamento, gerando uma permanente degradação ambiental e uma paisagem peculiar que também identifica a região carbonífera. (CAROLA, 2004, p. 12).

O processo desencadeado por todas as atividades ligadas ao carvão aos poucos foi caracterizando toda a região. No caso, as comunidades e as paisagens na bacia do rio Carvão foram atingidas diretamente, já na bacia do rio Maior, por não terem em sua área carvão, não sentiram diretamente todos os impactos provocados pela atividade, como por exemplo a alteração da paisagem com a degradação dos rios e solos. Contudo, de certa maneira, a economia do carvão alterou o modo de viver de todos os habitantes da região, acarretando também implicações nas comunidades e paisagens da bacia do rio Maior. Em razão de melhor

¹⁶A primeira indústria carbonífera em Belolli; Quadros; Guidi (2002) seria a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA). Mas se não foi a primeira, a CCU foi uma das primeiras.

remuneração e tempo de trabalho de 15 anos para se aposentar, muitos agricultores abandonaram gradativamente o trabalho rural para trabalhar nas minas de carvão. (SUTIL, 2018; REBOLLAR, 2007). Depoimentos ressaltam que a economia do carvão impactou diretamente nas atividades agrícolas, em especial a diminuição da atividade das vitivinícolas, além da degradação dos rios e solos do município. (REBOLLAR, 2007). A autora destaca as vitivinícolas, pois no relatório de Fruticultura do Ministério da Agricultura de 1932, Urussanga era o município de Santa Catarina em que a produção do vinho tinha maior destaque.

No tocante a essa construção da imagem de região carbonífera parece ser consenso, entre os autores que pesquisam a história do carvão em Santa Catarina, que é a partir de 1930 e 1940 que a atividade assume papel de referência e vai sobrepor às outras atividades alcançando soberania econômica e política frente aos demais setores, mas que também impactam nas paisagens e nas relações humanas com a natureza. (COSTA; OSÓRIO, 2017; CAROLA, 2004; NASCIMENTO, 2004; ADAMI, 2010; GOULARTI FILHO, 2001; BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002). No entanto, o interesse aqui não são as datas em si, mas a história dos fatos gerais que elas determinaram.

Concomitantemente ao aumento das atividades ligadas à indústria do carvão vieram as transformações deixadas na paisagem de todos os lugares que estavam ligados, direta ou indiretamente, com esta economia. Para Nascimento (2004), essa transformação impactava inicialmente nas comunidades que possuíam a exploração do carvão, sobretudo as empresas maiores montaram um complexo industrial para atender as demandas das atividades carboníferas. Entretanto, o autor observa que todos os municípios e comunidades que estivessem próximos ou tinham estruturas que funcionassem em razão da produção do carvão acabavam por ter na sua paisagem as marcas do carvão. Para evidenciar o quanto perpassava o local de extração do carvão, Nascimento (2004) refere-se à organização territorial e social da região da seguinte maneira:

As minas e os lavadores; os depósitos de carvão, as caixas de embarque, o escritório da Companhia, as oficinas; a estrada de ferro, que neste período cobria boa parte do sul do Estado, de Imbituba, Laguna, a Lauro Müller e a Tubarão, Urussanga, Criciúma e Araranguá; as vilas operárias e seus mercados, os campos de futebol, a igreja, a escola; os depósitos nas cidades litorâneas e os portos, as pilhas de rejeito de carvão; as imensas áreas plantadas de eucaliptos que seriam utilizados como madeira nas minas onde a mata nativa já havia sido devastada, todo esse espaço territorial foi se tornando a região carbonífera, que tem suas fronteiras definidas a partir de localidades que eram ou não de interesse para as empresas e o poder político, que as alcançavam e as regionalizavam, ou as deixavam de fora da região, conforme o interesse. (NASCIMENTO, 2004, p. 58)

Dessa maneira, as atividades desenvolvidas identificam toda a região, as águas dos rios são o resultado de como os recursos naturais foram utilizados. Para Worster (2008, p. 29), “na água podemos ver toda a natureza refletida. E, no uso da água natural, vemos muito do nosso passado e do futuro refletido”. Essa citação vem ao encontro do que persiste na região nas bacias do Araranguá, Tubarão e Urussanga desde o Decreto Federal nº85.206 de 1980 como a 14ª área crítica nacional para efeito de controle da poluição e conservação da qualidade ambiental. (BRASIL, 1980).

Portanto, as comunidades que estão inseridas nas bacias dos rios Carvão e Maior possuem fortes ligações entre si, assemelham-se nos seus aspectos geográficos, na origem de sua gente e no destino de seus rios que se unem para formar o rio Urussanga. Contudo, mesmo tendo andado juntas e paralelamente pelos meandros da história, o resultado que atualmente se vê no solo, no ar e nas águas dos seus rios, diferencia-se e se distancia compondo paisagens distintas.

No que tange à bacia do rio Maior e suas comunidades, está totalmente dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental do Rio Maior (APA), instituída pela Lei nº 1665, de 1998. Criada com objetivo de garantir a conservação da vegetação e dos recursos hídricos, bem como preservar o patrimônio cultural da arquitetura do meio rural, proteger espécies ameaçadas de extinção, fomentar as atividades econômicas locais como o turismo ecológico, a educação ambiental, a pesquisa científica e melhorar a qualidade de vida da população residente. (URUSSANGA, 1998).

Do outro lado, as comunidades e a bacia do rio Carvão convivem com os passivos ambientais deixados pela exploração do carvão que, embora possam ser imperceptíveis para alguém que olhe um recorte na paisagem, fazem-se presentes ao perceber as águas do rio Carvão. Essa bacia apresenta registros das atividades carboníferas desde o requerimento de terras para mineração em 1917 (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002, HEIDEMANN, 1981, ESCARAVACO, 1984). A área testemunhou todas as fases da economia e tipos de atividades de extração do carvão. A mineração a céu aberto ou subterrânea impactou consideravelmente todos os recursos naturais, assim como nas comunidades.

É diante dessas paisagens ilustradas nas figuras anteriores e descritas ao longo desta seção que marcam as comunidades das bacias dos rios Carvão e Maior. De um lado, encontram-se paisagens que se caracterizam mais por ainda apresentar características marcantes do período da colonização; de outro, um cenário que mostra a ruptura sofrida e os impactos deixados pelo modelo econômico estabelecido com a exploração do carvão, modelo esse que se sobrepôs à cultura imposta a partir da colonização. Na próxima seção é trazido um estudo de campo com

uma visita exploratória nessas comunidades seguindo o curso do rio principal para detalhar melhor alguns referenciais da paisagem.

4.3 PERCORRENDO OS CAMINHOS, OLHANDO O RIO, DECIFRANDO AS PAISAGENS

Basta sentir o lugar ou simplesmente buscar explicação para o que a percepção enxergue num dado momento, logo o percurso revela elementos simples, mas que podem carregar consigo grande valor. (AUTOR, 2020).

Acredita-se ter elencado aqui subsídios para evidenciar o que existe de marcante nas paisagens onde se encontram as bacias dos rios Carvão e Maior. No entanto, a proposta aqui é trazer um percurso exploratório pelas duas bacias com objetivo de destacar elementos na paisagem que identifiquem/caracterizem, por meio de registros/símbolos/memórias, essas comunidades. Essa imersão aconteceu em diferentes momentos, sendo classificados em duas ações: primeiro, percorreram-se as estradas com base no material levantado na pesquisa bibliográfica e no olhar que o pesquisador lançou sobre esses lugares; o segundo aconteceu com as entrevistas realizadas junto aos moradores das comunidades cortadas pelos rios.

O que se trará aqui está relacionado a esses diferentes olhares na busca por enxergar as paisagens pelo espectro da significação sociocultural e subjetiva de um jeito que se percorreu as estradas das comunidades tendo o rio como fio condutor, pois “é a água que vai arrastar toda a paisagem para seu próprio destino”. (BACHELARD, 1998, p. 65).

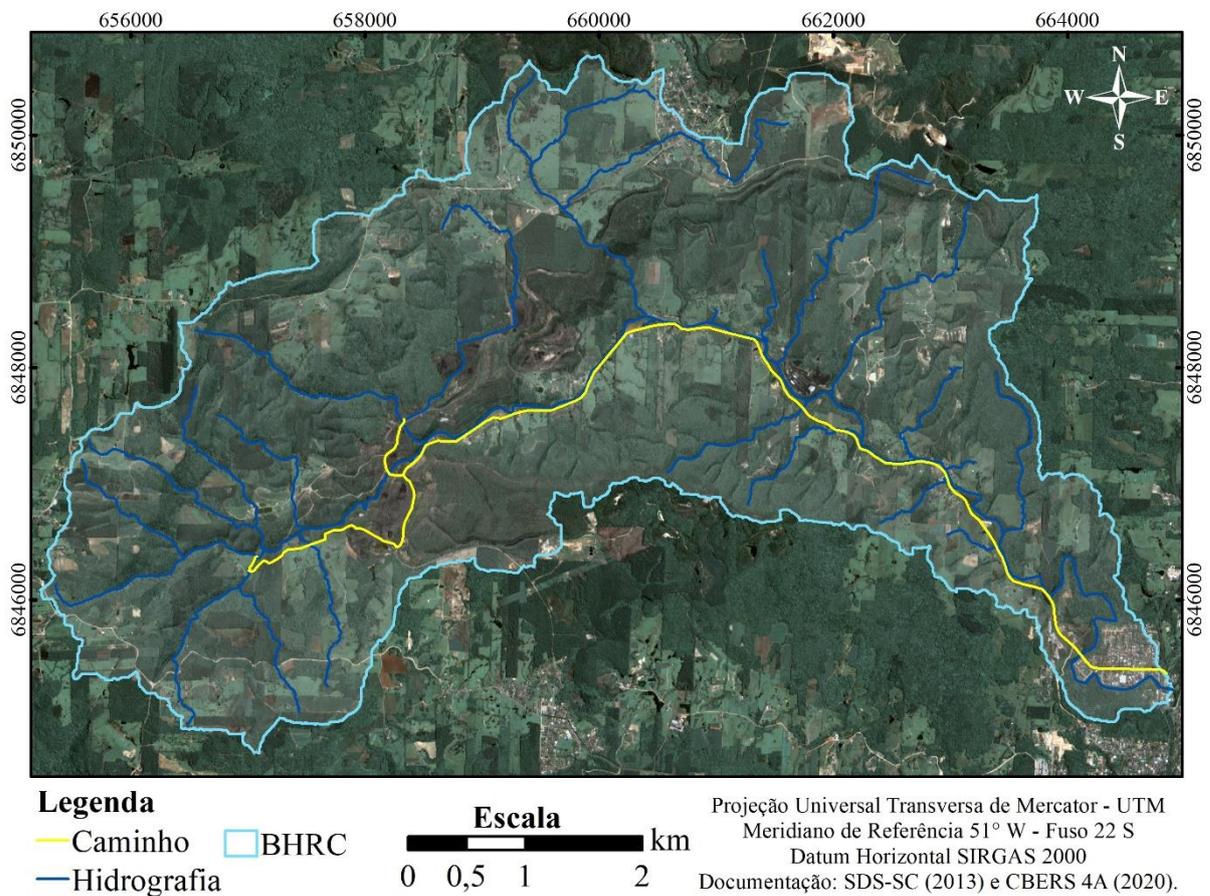
Entende-se que a caminhada nos oportuniza ampliar a percepção para a paisagem, “caminhar é uma experimentação do mundo e dos seus valores. A caminhada, de fato, requalifica o espaço, no sentido próprio do termo: dando-lhe novas qualidades, novas intensidades” (BESSE, (2014, p.55), ou como diz Schama (1996, p.35), “vivenciar um local, usar o ‘arquivo dos pés’”.

Com essa construção, a seguir será exibida a composição das paisagens contendo ruínas de estruturas abandonadas pela atividade carbonífera, casas centenárias, estrutura abandonada de uma roda d’água, igrejas, rios, cachoeiras e outros elementos que compõem a paisagem dos lugares pesquisados. Para fins de transmitir o que se destacou no percurso, buscou-se construir uma narrativa textual e uma narrativa visual com registros fotográficos e imagens para melhor transpor o que existe nas paisagens.

4.3.1 Caminho do rio Carvão

Definiu-se começar o trajeto pela comunidade do bairro Nova Itália que está circundada pelos rios Carvão e Maior (figura 11), próximo à confluência desses rios. O caminhamento em campo seguirá pela estrada principal acompanhando o curso do rio Carvão a montante e as comunidades até o ponto em que é possível seguir a estrada e visualizar o canal principal do rio Carvão (figura 11).

Figura 11: Bacia hidrográfica do rio Carvão com o caminho percorrido.



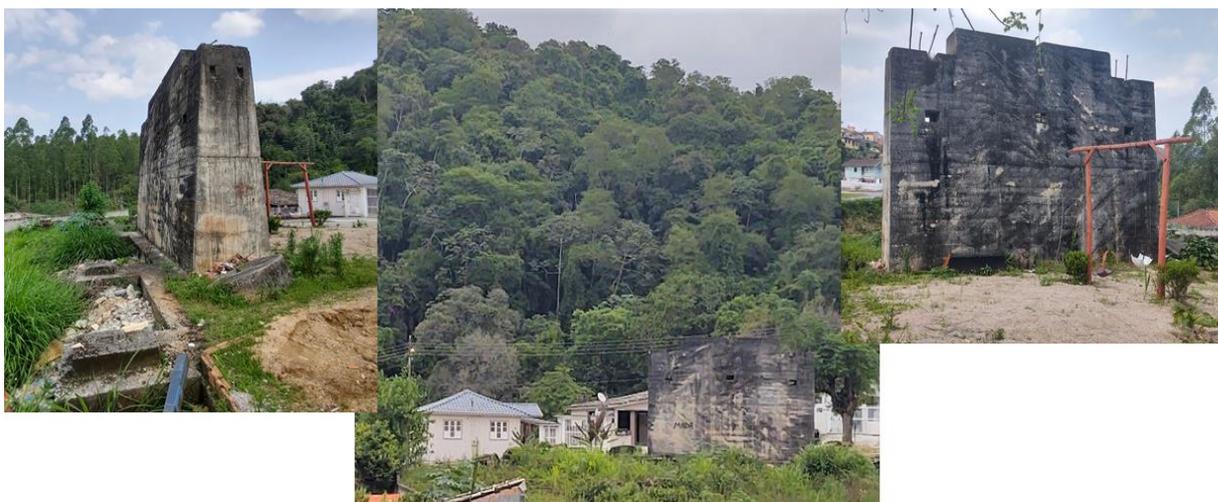
Fonte: LabPGT (2021).

A comunidade do bairro Nova Itália está inserida, em sua maior parte, na bacia hidrográfica do rio Carvão. O bairro começou a ser formado a partir do início da década de 1980 com a vinda dos primeiros moradores, período em que a atual avenida Polidoro Bez Batti foi aberta para ligar à comunidade de Rio Carvão. A composição da paisagem é típica de um bairro com predomínio de residências unifamiliares. Conta com pequeno comércio, unidade de saúde e possui o “Centro Educacional e Profissional Lydio de Brida”, uma escola municipal

com ensino fundamental até o nono ano. O bairro é o único da área de estudo que está localizado no perímetro urbano e conta com 1435 habitantes. (URUSSANGA, 2020).

No tocante às questões históricas que remetem a memória das paisagens e refletem o uso da área, Teixeira (2021) lembra que na década de 1970 na área existiam apenas árvores e pastagem com algumas áreas alagadas, mas hoje resta apenas uma pequena área verde chamada de Caça e Pesca, reserva legal estabelecida por lei (informação verbal)¹⁷. Dos elementos que chamam a atenção pelo caminho, encontra-se uma edificação abandonada entre as residências, figura 12. A construção chama atenção por ser de concreto, tem em torno de 5 metros de altura no ponto mais alto e em torno de 12 metros de comprimento. A edificação é o que restou da estrutura de uma torre que servia de base para o cabo aéreo que transportava carvão. Como referência, ela está a cerca de 70 metros do leito do rio Carvão e uns 60 metros da estrada principal que segue para as demais comunidades da bacia hidrográfica.

Figura 12: Estrutura abandonada do cabo aéreo na comunidade do bairro Nova Itália.



Fonte: O autor (2020).

Segundo Maestrelli (2012), esse cabo aéreo¹⁸ fazia o transporte do carvão da comunidade de Santana - Rio Carvão - Estação, neste último ponto era descarregado na caixa de embarque para o trem. O autor expõe que o meio de condução de carga, exclusivo para o carvão, começou a funcionar em 1956, construído pela empresa Mineração Geral do Brasil S.A

¹⁷ Entrevista concedida por Teixeira, J.A. Homem, 63 anos. Entrevista II. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

¹⁸ No município de Urussanga também existia outro complexo de cabo aéreo para transporte do carvão que funcionava entre as comunidades de Rio América e Rio Deserto, sendo os únicos no Brasil para esse fim. (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002).

(MINERASIL) com equipamentos e tecnologia alemã. O moderno transporte para época contava com 8 km de extensão, 50 torres e 140 caçambas, chegando à capacidade de 1000 kg de carvão por caçamba, funcionou por 20 anos, transportando aproximadamente 1 milhão de toneladas de carvão. (MAESTRELLI, 2012).

Segundo o autor, enquanto funcionou, o cabo aéreo se tornou um dos símbolos mais tradicionais do município, juntamente com o vinho e a polenta, todavia, logo após ser desativado, em 1977, ficou abandonado e desmontou-se todo o complexo. Hoje restam apenas as ruínas das estruturas dessa construção, reflexos de um tempo que só está na memória dos que vivenciaram este momento. Na opinião de todos os entrevistados essas estruturas poderiam ter se tornado um atrativo turístico, mas hoje restam apenas ruínas. Segundo Maestrelli (2012, p. 10), “no início dos anos 80 tombou, não pela ação da ferrugem ou da piritita. Tombou vítima da mais corrosiva das substâncias: a ignorância”.

O cabo aéreo era uma estrutura representativa para o município de Urussanga, pois aparecia no cartão postal (figura 13). No mesmo cartão postal estava outro atrativo turístico também ligado à exploração do carvão, a escavadeira Marion¹⁹, conforme informação no verso do cartão postal, mais adiante falar-se-á sobre ela.

Faz-se uma reflexão sobre como um elemento construído no território representa a história e a cultura marcando a paisagem e as pessoas. Pode-se afirmar que esta estrutura, embora abandonada, representa a memória do patrimônio cultural de Urussanga e das atividades carboníferas da região. A maioria das construções que serviram para as atividades carboníferas hoje estão abandonadas, Zanelatto e Coelho (2017) afirmam que:

Essas edificações constituem-se patrimônio cultural que remetem às memórias de determinado tipo de trabalho que interferiu na paisagem dos lugares e construiu identidades. No entanto, a partir do momento que essa atividade econômica deixou de ser muito rentável foi abandonada ou diminuída consideravelmente. Restam as marcas no espaço e nas lembranças de quem conviveu com tais experiências. (ZANELATTO; COELHO, 2017, p. 14).

Na concepção de Tuan (1980), os sentimentos podem variar muito, pois cada indivíduo percebe e sente esse espaço ligado às suas experiências pessoais vinculadas a valores e à maneira de como apreende o seu lugar. Nos dizeres de Pollak (1992, p. 204), “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”.

¹⁹ A Marion foi considerada a maior escavadeira da América Latina nas décadas de 1960 a 1980. (MENEZES; CAROLA, 2011).

Figura 13: Cartão postal de Urussanga, década de 1970.



Fonte: Mariot (2010).

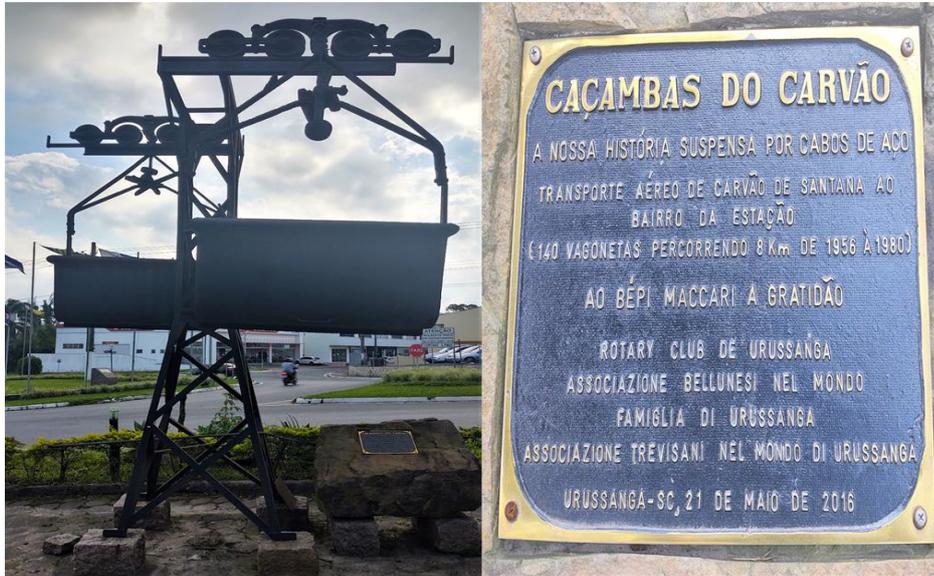
Sob a perspectiva de Pollak (1992) foi registrada nas conversas na bacia do rio Carvão, tanto nessa localidade quanto nas outras, a lembrança do cabo aéreo. Os mais jovens possuem menos lembranças, os mais velhos recordam do trajeto completo, de histórias e o quanto era grandioso e bonito ver o funcionamento. A maioria considerou que seria importante ter preservado alguma dessas estruturas para deixar de herança como marco desse período, na fala da maioria enfatizaram ponderações como de Mazuco (2021): “Acho que aquilo ali seria interessante ser preservado, até como memorial do transporte de carvão que não usava transporte rodoviário [...]. Ali seria interessante preservar, preservar aquilo ali e o entorno” (informação verbal)²⁰, ou como de Marioti (2021), que considera importante preservar e fazer algum tipo de monumento, mas pensa ser difícil porque muitos não se sentem parte dessa história, não teria sentido, nenhum significado e valor, principalmente por aqueles que moram próximo à edificação. (informação verbal)²¹.

Para não sacramentar que tudo se perdeu e a memória se apagou totalmente, no centro do município existe uma espécie de memorial ao cabo aéreo, figura 14. A obra foi instalada no ano de 2018, fez parte das comemorações dos 140 anos de colonização de Urussanga. Teve a iniciativa das famílias Fontanella e Maccari, que aproveitaram duas caçambas reformadas por Bepi Maccari. A estrutura conta com uma miniatura de uma torre e com duas caçambas originais, está localizada ao lado de um posto de combustível, às margens da rodovia SC 108, no centro do município de Urussanga.

²⁰ Entrevista concedida por Mazuco, C. Homem, 50 anos. Entrevista III. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

²¹ Entrevista concedida por Marioti, B. Mulher, 57 anos. Entrevista IV. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

Figura 14: Espécie de Memorial do cabo aéreo, as margens da rodovia SC 108, centro de Urussanga.



Fonte: O autor (2020).

Seguindo o caminho, cruza-se a ponte sobre o rio Carvão rumo à comunidade do Rio Carvão Baixo, pela Rodovia dos Mineiros e logo visualiza-se uma casa centenária, construída em 1911, figura 15. Pelo que foi levantado nesta pesquisa, nas comunidades da bacia do rio Carvão não existe nenhuma construção que tenha tombamento.

Figura 15: Casarão da família Cechinel, comunidade de Rio Carvão Baixo.



Fonte: O autor (2020).

A casa pertence à família de César Cechinel²², neto de imigrantes italianos, que busca preservar a construção erguida pela família. Segundo Cechinel, até 1950, a família tinha serraria, atafona e fecularia, os empreendimentos só não continuaram porque a água do rio Carvão foi contaminada pela extração do carvão mineral, impedindo que a força da água fornecesse energia para o funcionamento das máquinas. Mazzucco (2021), 83 anos, irmão de César Cechinel, hoje moradora do Rio Maior, lembra muito bem desse momento.

Quando apareceu a mina de carvão, mudou tudo, acabou tudo. Tinha vaca, tinha parreira lá no meu avô, a gente plantava milho, veio aquela água de carvão e acabou com tudo, com tudo. Ali dois a três dias que a água preta do carvão começou a descer grandes traíras mortas de barriga para cima, peixe morto, sapo morto. As vacas não tomavam mais água, tivemos que fazer um poço e todo dia puxar para botar no coxo, elas tomavam porque aquela água que descia de lado era preta, mas era preta. (informação verbal)²³.

Todos os entrevistados fizeram referência aos empreendimentos da família Cechinel e todos mencionaram a casa sendo uma das edificações que devem ser preservadas como um dos marcos da comunidade. Alguns citaram que ao avistar a casa os remete que de fato se está adentrando na comunidade de Rio Carvão. A história da família Cechinel é parecida com a de muitas outras trabalhadas na pesquisa. Em síntese, uma família de origem italiana que veio para o Brasil no final do século XIX construir uma nova vida, ao estabelecer-se no local foram aos poucos se adaptando e deixando suas marcas, utilizaram os recursos aqui encontrados e com sua técnica iam impregnando também sua cultura nas paisagens.

Parece que o casarão da família Cechinel é um símbolo, um código material forte da paisagem que carrega consigo memória, desperta sentimentos e representa o resultado, a apropriação e transformação do meio ambiente pelo ser humano (COSGROVE, 1998; DUNCAN, 2004; CAETANO; BEZZI, 2011), além de envolver as relações indivíduo-paisagem mencionados por Saraiva (1999), por conter o aspecto físico e ecológico, o rio; os componentes social, cultural e econômico, a casa, a serraria, atafona e fecularia movidos à força da água; e o perceptivo, a forma como as pessoas sentem, veem e concebem esse elemento na paisagem.

Deixa-se para trás o casarão e em curtos trechos em que não se visualiza o rio é possível esquecer que a área sofre com os passivos ambientais das atividades do carvão. Porém, como a

²² Entrevista concedida a Eliana Maccari, na série “Nostrì Nonni” para o Jornal Vanguarda, em 24 de maio de 2013.

²³ Entrevista concedida por Mazzucco, P. C. Mulher, 83 anos. Entrevista I. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

estrada segue, na maioria das vezes, muito próxima às margens do leito principal do rio, logo essa impressão desaparece, figura 16. Os rejeitos da mineração, oriundos de décadas de mineração do carvão deixam ainda seus sinais nas águas do rio, trazem consigo a memória e a herança dos resultados negativos da exploração do carvão por onde o rio Carvão passa. Na concepção de Berque (1998), podem ser marcas e matrizes deixadas na paisagem, ou como diz Santos (2006, p. 103), “é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”.

Figura 16: Vista parcial da comunidade de Rio Carvão Baixo, em 2017.



Fonte: Pereira (2017).

Na figura acima é possível identificar também a organização territorial onde se concentra o maior número de residências na comunidade do Rio Carvão Baixo. Como é comum nas comunidades colonizadas por imigrantes italianos, o catolicismo assume papel forte no processo de organização social e a capela acaba por ocupar a parte central. Um fato chama atenção no enlace da pesquisa, a capela fora construída após o abandono de uma mina de extração do carvão onde existia uma vila operária chamada Mina Veloso, distante cerca de dois quilômetros da estrada principal da comunidade. (PARÓQUIA DE URUSSANGA, 2020; MAESTRELLI, 2012). Esse fato é comentado também pelos moradores entrevistados.

Na vila operária existia uma capela, comum em toda região carbonífera do sul de Santa Catarina onde se instalava uma mina. Após o fechamento da mina, o centro de oração ficou praticamente abandonado e os moradores levaram as imagens sacras e construíram uma outra

capela, agora no Rio Carvão Baixo, isso no ano de 1976. (PARÓQUIA URUSSANGA, 2020). Hoje existe uma nova capela, próxima à antiga, que continua em pé. Maestrelli (2012) lembra que nas comunidades que hoje compõem o Rio Carvão, já foram cometidos alguns erros quanto à memória do lugar, como a derrubada de uma antiga igreja de madeira, de casas centenárias e a retirada total do cabo aéreo.

Fato curioso é que segundo alguns entrevistados a mina que existia ali recebia o nome de mina Rio Maior e uma vila operária que depois veio a ser conhecida como Mina Veloso. A área está próxima ao divisor de água e o limite das comunidades do Rio Carvão e Rio Maior. Encontrou-se em um vídeo do final da década de 1940 uma imagem que mostra parte da vila que existia, figura 17. A filmagem mostra outra vila operária na comunidade de Rio Carvão e uma grande roda d'água.

Figura 17: Vila operária da mina Rio Maior, década de 1940 na comunidade de Rio Carvão.



Fonte: Adaptado de Mariot (2021).

Apesar de se enfatizar que nessa bacia a exploração do carvão deixou fortes passivos ambientais que impactaram na água, no solo e no ar, pode-se encontrar áreas que não estão totalmente degradadas. Existem terras em que os moradores conseguem praticar pequenas atividades agropecuárias como a criação de animais e plantações, na maioria voltadas ao uso doméstico. Nesse sentido, os entrevistados apontaram algumas atividades que no passado eram praticadas, dentre elas estava o cultivo da uva e a produção de vinhos, que se visualiza em algumas propriedades visitadas.

O cultivo da uva e a produção do vinho são traços fortes na cultura italiana em Urussanga, legado deixado do período da colonização e que perpassa o tempo ainda vivo na

comunidade do Rio Carvão com a produção artesanal de alguns moradores. Como da família Baldin, que cultiva uva desde 1940, faz vinho e suco com o envolvimento da família de forma artesanal e os vinhos Fenilli. (informação verbal)²⁴.

Essa memória é muito forte na atual presidenta da Associação Comunitária do Rio Carvão (ACRIC). Mutini (2021) se identifica totalmente com a comunidade, mesmo tendo morado alguns anos fora, sempre esteve ligada à localidade pelos laços familiares. Conta que desde muito nova se interessou pelas questões históricas do Rio Carvão e traz na sua memória lembranças que viveu e histórias contadas pelos anciãos de sua família, dentre elas está o plantio de uva e a produção do vinho (informação verbal)²⁵. Na sua residência são encontradas algumas parreiras. Conta ela orgulhosa:

Meu bisavô foi o que trouxe a uva Goethe da Itália. Quando ele veio de lá ele trouxe na mala uma mudinha. Era Adamo Ceron, marca bastante porque é Ceron, trouxe a uva Goethe, e existe aquela coisa boa na família e até meus primos que plantam a parreira, então já vem de sangue. (MUTTINI, 2021, informação verbal)²⁶.

O sentimento de pertencimento, as memórias e a identificação com o lugar aparecem em todos os sujeitos entrevistados nas comunidades do Rio Carvão. Mesmo as parreiras de uva, que eram símbolo da paisagem anterior à mudança econômica e social ocorrida com a exploração do carvão, não estão mais tão visíveis, na paisagem existem resquícios que são elos com o passado. “A cultura e a memória são elementos que fazem com que as pessoas se identifiquem umas com as outras, ou seja, reconheçam que têm e partilham vários traços em comum”. (IPHAN, 2012, p. 7-8).

Atento na caminhada e nos elementos da paisagem verificou-se a presença de bambuzais ao longo da estrada e perto do leito do rio Carvão. Qual o motivo de ser um elemento tão marcante na paisagem? Muttini (2021) explica que antigamente plantavam bambus para serem utilizadas na sustentação dos parreirais de uva. A produção do rio Carvão era destinada para as vinícolas do centro do município e alguns faziam vinho em casa para o consumo da família, encontros de amigos e festas de igreja. (informação verbal)²⁷.

²⁴ Entrevista concedida por Casagrande, S. Homem, 51 anos. Entrevista V. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

²⁵ Entrevista concedida por Mutini, C. G. C. Mulher, 68 anos. Entrevista VI. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

Tuan (1980) tem razão ao afirmar que somente o morador que reside há mais tempo no lugar consegue perceber a paisagem para além do que os olhos veem com seus valores, visão de mundo, com seus aspectos subjetivos e culturais das relações humanas com a natureza e os sentimentos sobre o lugar vivido. Aqui também é possível entender a sugestão de Duncan (2004) ao enfatizar a importância de buscar a leitura da paisagem através da percepção dos moradores mediada por entrevistas, como o sujeito não está numa relação de exterioridade, ele está numa experiência inseparável, numa relação mútua em que o objeto está envolvido e imerso com o sujeito no espaço o que faz a paisagem ser vista de dentro. (COLLOT, 2012).

Esse fato histórico da origem da plantação da uva Goethe em Urussanga é reforçado por Maestrelli (2011) em seu livro *Do parreiral à taça: o vinho através da história: uma viagem de 7 mil anos*²⁸. Isso é tão emblemático para o município e região que, na década de 1950, Urussanga foi considerada a “Capital do Vinho”, em 2002 é instituída oficialmente a “Capital Catarinense do Bom Vinho” pela Lei estadual nº 12.398, e desde 2008 pela Lei estadual nº 14.389, juntamente com outros municípios da região, integra a Indicação Geográfica dos “Vales da Uva Goethe”. (MAESTRELLI, 2011). Segundo o autor, as comunidades do Rio Carvão eram grandes fornecedores de uva para as vinícolas do município, a plantação de uva se destacava na paisagem sobremaneira. Para ele a paisagem nessas comunidades como um todo pode-se dividir em dois momentos, até mais ou menos a década de 1940 e após, quando se iniciam as atividades de mineração do carvão.

Seguindo na estrada, sobe-se um morro onde hoje é considerado mais ou menos o limite das comunidades de Rio Carvão Baixo e Rio Carvão (SORATO, 2019) onde está instalada uma empresa de coque²⁹. No ano de 2020 é a única atividade carbonífera desenvolvida na bacia do rio Carvão.

A produção do coque na região carbonífera está ligada à criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1942, no Estado do Rio de Janeiro. (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002). A criação da CSN está atrelada à demanda crescente pelo carvão e uma série de políticas estatais, associado à entrada no Brasil na Segunda Guerra Mundial que determinou o aumento do número de empresas carboníferas em Santa Catarina na década de 1940 (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002). De acordo com os autores, a instalação da CSN deu

²⁸ No livro “Do parreiral à taça: o vinho através da história: uma viagem de 7 mil anos”, o autor discorre detalhes sobre os “Vales da Uva Goethe” e a história do vinho em Urussanga e região.

²⁹ Indústria que transforma o carvão mineral por meio da queima em coque. O coque é utilizado para siderurgia sendo uma substância essencial na elaboração dos produtos ferrosos: gusa (liga de ferro e carbono com um teor de carbono), aço e ferros fundidos.

origem à usina de beneficiamento de carvão em Capivari de Baixo, na região sul de Santa Catarina. O beneficiamento se fazia para obter carvão siderúrgico e carvão energético, resultando posteriormente em uma termelétrica que funciona nos dias de hoje.

Ao relatar esse contexto histórico, verificou-se que o panorama também veio a repercutir no município de Urussanga com a criação de diversas empresas carboníferas, conforme quadro 1. Uma análise comparativa entre os municípios da região mostra que nessa data Urussanga possuía o segundo maior número de empresas carboníferas de toda a Bacia Carbonífera Catarinense.

Quadro 1: Companhias Carboníferas em Urussanga no ano de 1942.

1. Companhia Carbonífera de Urussanga	8. Sociedade Brasileira Carbonífera Cocal
2. Companhia Minas Rio Carvão	9. Sociedade Carbonífera
3. Montanha Carbonífera	10. Sociedade Carbonífera Rio Salto
4. Mineração Geral do Brasil	11. Mina Santana
5. Carbonífera Rio Carvão	12. Mina Gaúcha
6. Sociedade Brasileira Carbonífera Santa Clara	13. Mina Condor
7. Sociedade Carbonífera Caeté	

Fonte: Adaptado de Belolli, Quadros e Guidi (2002).

Especificamente na comunidade do Rio Carvão, em meados 1940, a Mineração Geral do Brasil (MINERASIL) instalou sua primeira indústria de coque, contando com seis fornos, e dobrando esse número ao final dessa mesma década. (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002). Posterior ao período da Segunda Guerra Mundial, devido ao controle estatal e uma pressão exercida pela Comissão Executiva do Plano de Carvão Nacional, a MINERASIL e outras empresas pequenas passam a ser incorporadas por empresas maiores. (HEIDMANN, 1980). Ao que indica a pesquisa o mesmo grupo que compra a empresa MINERASIL, depois de anos vai dar origem à empresa UM Urussanga Minérios Ltda., que hoje é dona da indústria de coque que funciona na comunidade de Rio Carvão. (HEIDMANN, 1980; UM URUSSANGA MINÉRIOS LTDA, 2020).

Além dos passivos ambientais deixados pela exploração do carvão e da luta pela melhoria da rodovia dos Mineiros que está asfaltada somente até o centro da comunidade de Rio Carvão Baixo, todas as comunidades do Rio Carvão por intermédio da ACRIC travam um

conflito socioambiental³⁰ com a UM Urussanga Minérios Ltda. A comunidade demonstra ser fortemente representada pela ACRIC, que participa ativamente das ações da comunidade.

A causa do problema está no aumento da emissão de gases na atmosfera que vem prejudicando os moradores com fuligem, atingindo as casas, hortas e plantas em geral, principalmente os que residem mais próximos da empresa. (VIRTUOSO, 2018; CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, 2019; ACRIC, 2020; MENEGON BRISTOT *et al*, 2020). Tal embate parece demonstrar que, se em tempos passados a comunidade não percebia, aceitava ou não teve força para manifestar sobre as atividades carboníferas, hoje o descontentamento com os danos causados aos moradores e ao meio ambiente demonstram estarem unidos em prol da defesa e do bem viver da comunidade.

Ruma-se para a comunidade do Rio Carvão onde se encontra, próximo à estrada, uma casa que chama atenção (figura 18). Conversou-se com a atual proprietária da casa: Jaqueline Trento, relatou a este autor que a casa foi de seus antepassados e fala de um detalhe que a base da casa é feita por pedras retiradas do rio Carvão. Em um dos informativos da festa, que ocorre todos os anos na comunidade em comemoração à Nossa Senhora da Saúde, está que a propriedade foi de Olindo Trento e Rosina Maestrelli, sendo uma das primeiras residências em alvenaria da comunidade, construída em torno da década de 1940.

Figura 18: Atualmente, pertence a Jaqueline Trento, às margens da rodovia dos minérios na comunidade de Rio Carvão.



Fonte: O autor (2021).

³⁰ Mais informação sobre o conflito socioambiental pode ser encontrada em Menegon Bristot *et al*, 2020.

Um pouco mais à frente encontra-se a Igreja de Nossa Senhora da Saúde, comunidade Rio Carvão. E, no curso da história, se o mundo está enfrentando no ano de 2020 e 2021 uma pandemia com o Covid-19, no final do século XIX, precisamente no ano de 1880, na comunidade do Rio Carvão uma doença que provocava febre muito alta levou ao desespero e tirou a vida de dezenas de pessoas, principalmente crianças. (BALDESSAR, 2007). Segundo o autor, o número de mortes aumentou tanto que o cemitério do município teve que ser ampliado junto à igreja ainda improvisada. Conta Baldessar (2007) que os imigrantes não tinham a quem recorrer, pois não existia médico em Urussanga, nem farmácia e com pouco conhecimento da flora local para fazer algo que amenizasse o sofrimento, recorreram à fé.

A memória do ocorrido é muito forte e foi trazida por todos entrevistados com quem se conversou, sempre ressaltando a tradição da fé católica da comunidade que se fortaleceu no momento de dificuldade em que seus antepassados enfrentaram. Também é possível ver uma referência à placa em estado de deterioração colocada ao lado da capela. Maestrelli (2009) registra que, ao passar por esse momento, a comunidade se reuniu em oração e fez uma promessa a “*Madonna Della Salute*” e, desde 1880, celebra-se na comunidade o que se chamou de “Missa da Peste”, hoje com o nome de “missa da promessa”. (MAESTRELLI, 2009). Mesmo no ano de 2020, com a pandemia e restrições sanitárias, a celebração não deixou de acontecer. Em toda a comunidade a data de 11 de maio é sinônimo de respeito e memória ao ocorrido, é um dia sagrado para a comunidade. Em conversas informais até os mais jovens têm essa data como referência. Um exemplo da forte tradição é o senhor Eugênio Piva, que até o ano de 2009, com 93 anos de idade, nunca havia perdido esta celebração. (MAESTRELLI, 2009).

Além de encontrar forças na fé como refúgio, os moradores encontraram também na água do rio um remédio para amenizar a dor dos enfermos. Residente na comunidade, Souvenir Cechinel³¹ diz que seus avós contavam sobre a tal “peste” que atingiu os moradores do Rio Carvão. Ela relata que foi tentado de tudo para amenizar o sofrimento das pessoas, em uma parte de seu relato chama a atenção por citar o rio: “de Tubarão, padre e médico vieram orientar os imigrantes para enrolar as pessoas em pano úmido ou colocar no rio para cessar a febre”. Esse fato histórico é recorrente entre os entrevistados. Entretanto, a forma como veio à tona com uma das entrevistadas, moradora do Rio Carvão há 42 anos, atualmente agente de saúde, foi diferente. Quando perguntada sobre os usos que a água do rio Carvão já teve, ela descreveu

³¹ Entrevista concedida a Eliana Maccari para a matéria “Há 140 anos, a promessa de Cura da peste em Rio Carvão”, ao Jornal Vanguarda, em 22 de maio de 2020.

alguns como para as rodas d'água das atafonas, lavar roupas e ressaltou de forma mais enfática o uso no combate à “peste” que assolava a comunidade. (informação verbal)³².

Esse aspecto configura-se em um bem imaterial que se expressa através de um símbolo na paisagem, que no ponto de vista de Cosgrove (1998), é o que torna a paisagem simbólica, pois os valores culturais estão sendo celebrados e reproduzidos, são sentidos e vividos pelas pessoas, continuando a ter significado.

Sem tirar o olho do rio, adentra-se mais a montante e o leito do rio Carvão continua a ser presença marcante, acompanhando do lado direito da estrada, muitas vezes a menos de cinco metros. Passa-se onde existe uma grande concentração de casas que no passado foi uma grande área de exploração de carvão de subsolo e existia outra vila operária.

Aos poucos as residências ficam para trás e chega-se aonde hoje se institui o limite das comunidades de Rio Carvão e Rio Carvão Alto (SORATO, 2019), área que concentra os maiores passivos ambientais decorrentes da exploração do carvão na bacia do rio Urussanga.

Nessa área a paisagem traz consigo fortes cicatrizes do passado e mostra os impactos negativos provocados pela extração do carvão mineral. As atividades ligadas à mineração do carvão, a céu aberto e em subsolo, deixaram suas marcas provocando a poluição do ar, solo e água ainda presentes e visíveis nos dias de hoje.

Ao adentrar nessa área, os impactos ambientais, antes vistos fortemente na água, começam também a tomar conta da paisagem. Se antes era vista pouca vegetação nativa, agora é quase inexistente, assim como é praticamente inexistente outra forma de vida, somente algumas espécies de vegetação rasteira e outras do gênero de *Acacia*, *Eucalyptus* e *Pinus* de pequenas áreas de recuperação ambiental. O ar que se respira é outro, que aos poucos vai mudando, fica mais pesado respirar, sente-se o cheiro de enxofre devido aos depósitos de rejeito do carvão reagirem com a exposição à atmosfera e encontram-se estruturas abandonadas utilizadas nas atividades de mineração.

Primeiro, concentra-se o olhar no leito do rio que apresenta fluxo de água menor em relação às outras partes do trajeto, mas que continua firme a fluir, e em suas margens impregnadas de rejeitos de carvão. Nesse local não existe nada entre a estrada e o leito do rio Carvão, assim consegue-se observar todo seu curso. De imediato, uma construção no leito do rio chama a atenção, uma espécie de barragem que represa parte da água, figura 19. Segundo Cittadin (2021), morador há 76 anos na comunidade do Rio Carvão Alto, aposentado como

³² Entrevista concedida por Frassetto, E. F. Mulher, 61 anos. Entrevista VII. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

mineiro, a barragem é parte da estrutura que restou de um lavador de carvão que foi desativado na década de 1990. (informação verbal)³³. Essa forma de beneficiamento do carvão é denominada de sistema hidro mecanizado, instalado próximo às minas com o objetivo de reduzir o teor de cinzas no carvão. (MENEZES; CAROLA, 2011). Segundo os autores, esse método substituiu o método de beneficiamento manual que predominou entre 1930 e 1960. Nesse período, o trabalho de escolha era feito por mulheres em mesas onde se separava o carvão de seus agregados, sendo que o que não fosse aproveitado, os rejeitos, eram jogados fora formando pilhas de material estéril ou indo para os rios. (MENEZES; CAROLA, 2011).

Figura 19: Parte da estrutura de um lavador de carvão no leito do rio Carvão.



Fonte: O autor (2021).

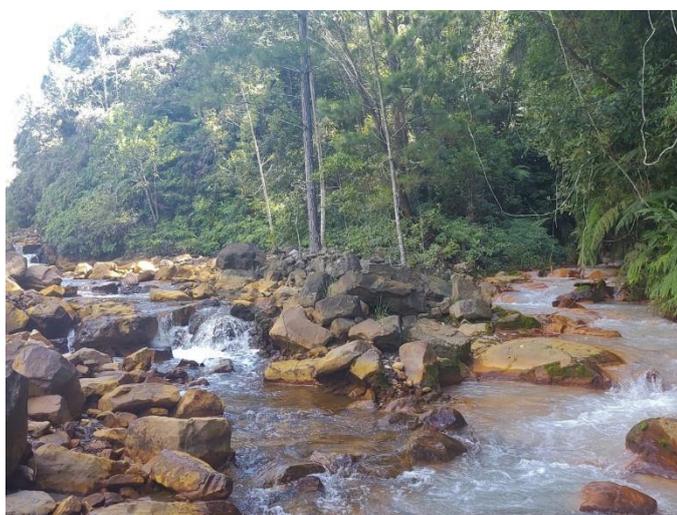
Ceron (2021), residente há 72 anos na comunidade do Rio Carvão, outro mineiro aposentado, confirma que nas minas de carvão da comunidade também havia mulheres trabalhando como escolhedoras. Recorda-se que era comum quase todas as pessoas da comunidade trabalharem nas minas, fala que uma das mudanças de local do lavador associado ao método de lavar e explorar o carvão de maneira industrial impactaram principalmente nos mananciais de água, seja no rio ou nos poços e córregos da comunidade utilizados para o abastecimento humano e outras atividades. Lembra de como as pessoas utilizavam o rio para lavar roupas, tomar banho, pescar, etc. (informação verbal)³⁴.

³³ Entrevista concedida por Cittadin, G. Homem, 76 anos. Entrevista VIII. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

³⁴ Entrevista concedida por Ceron, A. Homem, 72 anos. Entrevista IX. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

Nesse mesmo local, alguns metros abaixo da barragem, outra observação quanto ao leito do rio é destacada. Vê-se o encontro de dois cursos d'água, um segue a estrada com um volume um pouco maior, indicando ser o curso principal, o outro entra pela margem esquerda, configurando-se como um afluente. Se já não bastasse a água do rio Carvão ter cor avermelhada pela forte concentração de metais dissolvidos, a cor desse afluente salta aos olhos, a água tem cor branca, conforme ilustra a imagem abaixo.

Figura 20: Encontro do rio Carvão e um afluente da margem esquerda, comunidade de Rio Carvão.



Fonte: O autor (2021).

A água do afluente vem, em sua maioria, de uma mina subterrânea abandonada que não foi fechada conforme recomendado. A entrada na mina, chamada de boca, está aberta deixando o material do subsolo exposto e assim ocorre o principal impacto da atividade de extração do carvão praticada, denominada de DAM. (CAMPOS *et al*, 2010). Certamente quando Miranda (2016) fez referência às cores das águas dos rios amazônicos e do Brasil classificou-as em brancas, pretas e azuis, não tinha visto o rio Carvão e seus afluentes.

Nas conversas com os sujeitos quando se referiam sobre as águas do rio Carvão e seus usos, as respostas sempre vinham carregadas de memórias de um tempo vivido e contado pelos mais velhos em que a água do rio Carvão foi o maior bem que a comunidade tinha, mas ao mesmo tempo vinham expressões de extrema tristeza pelo estado atual.

O rio Carvão não somente une as comunidades por onde passa, ele desperta sentimentos topofílicos, apesar de Tuan (1980, p.107) dizer que topofilia pode não ser a emoção humana mais forte, mas “quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio

ambiente é veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo”. A seguir são evidenciadas algumas respostas do que pensam e sentem os moradores sobre o rio Carvão:

Então, essas águas do rio, antes quero pular para falar de um grande sonho que tenho, que é ver esse rio ainda limpo. Porque a nascente dele é limpa, não sei se é potável, mas ela é limpa, não tem enxofre e a pirita na nascente. (MARIOTI, 2021).

Olhando pro rio dá vontade de chorar, é um sonho das pessoas da comunidade ver esse rio um dia despoluído. É olhando para o rio você fica triste, um rio que está morto. Bom seria se a gente visse um dia limpo. (CASAGRANDE, 2021).

Quando olho fico triste, quem conheceu antes, não era totalmente limpa, mas dava para aproveitar. E depois com a mineração acabou até as árvores e as comunidades do Rio Carvão foi se acabando. (MUTINI, 2021).

É um verdadeiro desastre, quando a gente passa pela água dá um arrepio. Eu lembro que a água era um espetáculo. E depois passou essa Marion e estragou tudo. Tinha muitas vertentes e caía tudo nesse rio. (CERON, 2021). (informações verbais)³⁵.

A saúde das águas dos rios é o reflexo de como a sociedade trata a natureza, “os rios são documentos que permitem ler a história dos lugares, retratar os episódios marcantes e dar conta das dinâmicas sociais presentes em cada momento da nossa existência. (PEIXOTO, 2017, p. 62). Dessa forma, o rio Carvão marca não somente o nome dos lugares que passa, ele marca a paisagem se tornando uma referência, carrega um caráter de palimpsesto, “memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho”. (SANTOS, 2006, p.69).

Mais à frente chega-se ao local em que a degradação ambiental é bem visível na paisagem com a predominância dos depósitos de rejeitos do carvão, figura 21. Estas marcas são o resultado da degradação ambiental provocada tanto pela extração do carvão a céu aberto como subterrânea. Nessas áreas, ao extrair o carvão se alteravam as camadas do solo e rochas, estes após extraídos eram depositados em pilhas de materiais estéreis ocasionando o soterramento de solos férteis. (ADAMI; CUNHA, 2014). Além das pilhas de estéril, ocorria após o processo de extração a deposição de rejeitos do carvão aleatoriamente nas pilhas de estéril, nas áreas escavadas e nos corpos d’água, contaminando os rios e as águas subterrâneas. (ADAMI; CUNHA, 2014).

³⁵ Entrevistas concedidas respectivamente por Marioti, B. Mulher, 57 anos. Entrevista IV; Casagrande, S. Homem, 51 anos. Entrevista V; Mutini, C. G. C. Mulher, 68 anos. Entrevista VI; Ceron, A. Homem, 72 anos. Entrevista IX. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

Figura 21: Vista parcial da área degradada pela extração de carvão entre as comunidade de Rio Carvão e Rio Carvão Alto.



Fonte: LabPGT (2021).

Essas marcas deixadas na paisagem da comunidade de Rio Carvão e tantas outras comunidades da Bacia Carbonífera Catarinense degradam tanto o solo, a água e o ar. Transformaram tão significativamente a fisionomia das paisagens antes existentes que chegam a serem denominadas de “paisagem lunar”.

Nessa área existem duas grandes estruturas abandonadas que se destacam na paisagem e minas subterrâneas ainda com a “boca” aberta. São estruturas que “remetem às memórias de determinado tipo de trabalho que interferiu na alteração da paisagem dos lugares e construiu identidades”. (ZANELATTO; COELHO, 2017).

Não é mais possível seguir margeando o rio, pois a estrada leva para lados opostos. Então, primeiro, segue-se pela que vai passar pela comunidade de Santaninha até chegar à comunidade de Santana.

No trajeto é possível ver uma grande estrutura abandonada das atividades do carvão, uma coqueria e outras estruturas menores utilizadas pela indústria que pertencia à empresa CCU. Suas atividades se encerraram por volta da metade da década de 2010, ficando apenas as estruturas e os passivos ambientais.

Próximo desse local está também a mina Santana que também pertencia à empresa CCU que encerrou suas atividades na década de 1980. É de suma relevância resgatar a história de fechamento dessa mina.

Nesse sentido, ao voltar-se para os usos na área da bacia do rio Carvão, faz-se necessário apresentar uma questão marcante da memória e cultura do carvão, o maior acidente em mina de carvão em subsolo do país, acontecido em 10 de setembro de 1984, em que 31 pessoas perderam a vida, na explosão dessa mina. (MANDELLI, 2021). O local está totalmente abandonado e a entrada da mina está aberta, saindo DAM de coloração branca desaguando no rio Carvão (figura 22). Esta é a origem da maior parte da água do afluente mostrada na figura 20.

Figura 22: Água saindo da Mina Santana, em Rio Carvão.



Fonte: O autor (2020).

Na pesquisa, verificou-se que poucos acidentes de mina de carvão em subsolo vitimaram tantas pessoas de uma só vez, também não se encontraram registros de acidentes de tamanha proporção quanto ao número de vítimas no Brasil e talvez tenha sido uma das maiores tragédias desse tipo de todo o continente americano.

Se de um lado, como discorrido, trabalhar nas atividades do carvão garantia um salário melhor e ser mineiro de subsolo oportunizou se aposentar com menos tempo, por outro lado às condições de trabalho não eram as mais salubres. Volpato (1984), em sua obra *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*, expôs as péssimas condições de vida e as relações sociais que envolviam essa classe trabalhadora, realidade que refletia não só Criciúma, mas toda a região

carbonífera. Felipe (2015) traz os acidentes de minas de 1980 a 2000 também na região, ele chama atenção para a naturalidade, muitas vezes a omissão, dada aos acidentes e mortes nas minas de carvão. O autor destaca alguns acidentes que ocorreram na região, dentre elas a tragédia ocorrida em 1984 em Urussanga. De acordo com o documentário de Yves Goulart (2003) *Ouro Negro*, o acidente repercutiu em toda imprensa nacional, sendo noticiado nos principais jornais e revista do país da época, conforme figura 23.

Figura 23: Notícias nas revistas de circulação nacional em setembro de 1984.



Fonte: adaptado de Goulart (2003).

Marcada na história de Urussanga e das atividades carboníferas da região, a memória do acidente causa muita comoção, sendo ainda lembrado pelos moradores do município e na imprensa local e regional. Somente em 2020 foi construído um memorial às vítimas (figura 24), na comunidade de Santana, local onde residiam a maioria dos trabalhadores, reivindicação antiga dos familiares e dos sobreviventes. Os dizeres da placa “Homenagem às 31 vítimas na tragédia da mina Santana em 10 de setembro de 1984” e a plantação de 31 roseiras simbolizam os trabalhadores que perderam suas vidas. Porém, na placa não existem nomes, essa é uma das reivindicações dos familiares que aparecem no livro de Mandelli (2021)³⁶.

³⁶ No livro *A explosão da mina Santana: uma tragédia anunciada*, Mandelli traz detalhes sobre o acidente entrevistando sobreviventes e familiares das vítimas da tragédia.

Figura 24: Memorial aos mineiros vítimas da explosão da Mina Santana em 1984. Comunidade de Santana, Urussanga.



Fonte: autor (2020).

Nas conversas com os entrevistados, estes sempre se referiam com tristeza a essa tragédia anunciada. Um dos entrevistados havia trabalhado nessa mina e a esposa de uma das pessoas que conversamos é irmã de uma das vítimas. Outra questão que apareceu foi sobre o local da tragédia estar totalmente abandonado e sem nenhuma referência que possa identificá-lo. Ainda, ponderaram que tanto na época quanto ainda hoje em dia a localização exata da mina não ter sido mencionada, pois a mina está na localidade de Rio Carvão.

Quanto à localização do monumento, todos concordam que demorou muito tempo para se fazer um registro em memória a esses trabalhadores, mas sugerem que se poderia fazer também outro que identificasse o local do ocorrido.

Mudando de lado e voltando agora em sentido da comunidade de Rio América, distante 600 metros da margem direita do rio Carvão, encontra-se a estrutura de outro lavador de carvão abandonado (figura 25). Segundo os entrevistados foi o lavador da carbonífera Comin. Desativada na primeira década dos anos 2000, essa estrutura não está no leito do rio como a

outra, mas a água também se faz presente, tanto pelo acúmulo devido às chuvas e por uma mangueira que jorra água em fluxo contínuo na parte de trás da estrutura.

Figura 25: Estrutura abandonada de um lavador de carvão abandonado na comunidade de Rio Carvão.



Fonte: O autor (2021).

Nesse local, conforme alguns entrevistados, é onde se pretende instalar uma mina de subsolo no futuro, a Mina Rio América. Verificou-se no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) a localização do empreendimento está como Estrada Geral Rio América, apesar do nome ser Mina Rio América, ela estará localizada na comunidade do Rio Carvão.

A instalação da mina é vista com preocupação, pois impactará diretamente na comunidade, sendo que a maior preocupação é com a água. De acordo com o entrevistado que participou na Audiência Pública realizada em dezembro de 2018, a Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda., ao apresentar o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), afirmou que dessa vez a exploração será diferente do passado. Segundo o mesmo entrevistado, a comunidade está cansada do discurso que será diferente e ressalta que “o projeto deles é sempre aquela história, que não vai poluir, imagina que não vai poluir! No papel é tudo bonito, mas eu sei que vai sobrar tudo pro Rio Carvão, o transporte, o rejeito e vão jogar tudo no rio de novo”. (informação verbal)³⁷.

Na verificação do RIMA constatou-se que o acesso à mina se fará pela rodovia SC-445 que passa por Rio América e, de acordo com a empresa, não interfere nas principais vias de acesso pela comunidade e, de fato, parte da área utilizada para instalação da mina é onde

³⁷ Entrevista concedida por Casagrande, S. Homem, 51 anos. Entrevista V. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

está o lavador abandonado. Segundo consta, o empreendimento ocupará 1.825 hectares, contendo mina subterrânea, usina de beneficiamento e depósito de rejeitos.

Embora estudos apontem que na bacia do rio Carvão as áreas expostas pela mineração tenham diminuído, muitos locais ainda estão à espera de recuperação ambiental. Na visão dos moradores parece que em algumas áreas até se está fazendo algo para recuperar a degradação, mas eles não conseguem visualizar uma recuperação efetiva. O desejo de querer uma melhora no aspecto da paisagem e principalmente na água do rio é um sentimento forte nas falas dos moradores.

Ao olhar a paisagem onde estão áreas degradadas contínuas, muitos questionamentos podem ser feitos: Como era essa paisagem antes da extração do carvão? Qual o sentimento das pessoas que presenciaram essa transformação na paisagem e no modo de vida das pessoas? Já se levantaram algumas respostas por meio da pesquisa e das entrevistas, mas continua-se mais um pouco para dar voz às memórias das pessoas desta comunidade.

Uma das pessoas que apareceu nas falas dos sujeitos entrevistados foi a história e a propriedade de João Trento³⁸. Segundo informações coletadas dos moradores mais antigos, era localizada próximo ao rio nesse local onde ainda hoje estão as áreas contínuas e mais visíveis dos impactos ambientais.

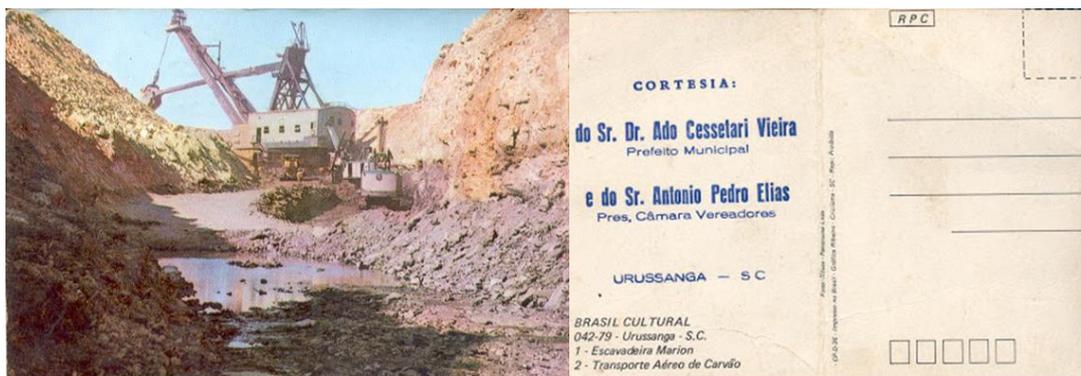
Filho de imigrantes italianos, nascido em 1913, na comunidade de Rio Carvão, existem várias passagens de sua vida que podem ajudar a contar a história de uso e transformação da paisagem da comunidade de Rio Carvão. João Trento relata que a partir da década de 1960, com o avanço da mineração de carvão, fatores como a destruição da vegetação, a poluição do rio com a mortalidade de peixes e o aumento no número de moradores era motivo de preocupação. (PEREIRA, 2013). Destaca que os maiores impactos ambientais vistos por ele foram provocados pela escavadeira Marion, trazida pela Companhia Carbonífera Treviso. Trento testemunhou tudo e chegou a relatar que a Marion fora aos poucos escavando os morros, os pequenos vales e os córregos acabando com os parreirais, as roças, as casas, os engenhos, as pastagens, os currais, os açudes e o que mais encontrou pela frente. (PEREIRA, 2013).

Tal afirmação de Trento é confirmada na pesquisa de Meneses e Carola (2011). Segundo os autores o aumento da produção de carvão foi devido à modernização nos métodos de lavra e beneficiamento com a mecanização e difusão dos equipamentos elétricos, desses o que mais chamava a atenção era a Marion. Contudo, esse aumento veio acompanhado de um

³⁸ João Trento faleceu com 100 anos, mas antes deixou um livro de memórias organizado por Pereira (2013).

maior impacto ambiental, crescimento no número de acidentes e prejuízo à saúde dos mineiros. A referência a esta máquina é forte entre os entrevistados quanto ao seu aspecto de grandiosidade e quanto à destruição provocada na paisagem. Como mostrado aqui, a Marion já chegou a fazer parte do cartão postal de Urussanga, figura 26.

Figura 26: Parte do cartão postal de Urussanga que contém também o cabo aéreo, década de 1970.



Fonte: Mariot (2010).

Outra questão que apareceu nas falas foi sobre como a voracidade econômica das empresas carboníferas está relacionada às famílias que foram obrigadas a vender parte de suas terras ou a serem obrigadas a deixá-las, destes mais uma vez João Trento é citado. Pereira (2013) expõe que no ano de 1971, representantes da empresa que possuía a Marion visitaram sua propriedade avisando que a família teria que vender suas terras, pois estavam no caminho da máquina para extração do carvão. A família aguentou o tanto que pôde, mas com avanço das frentes de trabalho e denotações que chegavam a jogar pedras na residência, não aguentaram, tiveram que se mudar. Foram para a comunidade de Rio Salto, também no interior de Urussanga, abandonaram suas terras, sua casa, seu parreiral de uva e a atafona movida pela água do rio Carvão. (PEREIRA, 2013).

Atafona era um dos lugares preferidos de João Trento que funcionou garantindo uma fonte de renda à família até 1971. O empreendimento atraía pessoas de outras comunidades para transformar o milho em farinha: “o entrar e sair de pessoas todos os dias fazia da atafona um ponto de encontro entre as famílias”. (PEREIRA, 2013, p. 65). A atafona foi construída logo após seu pai ter se estabelecido na comunidade do Rio Carvão no final do século XIX:

Para construir uma atafona na propriedade dos Trento era necessário canalizar as águas do rio Carvão por uma distância de quase trezentos metros. Era uma tarefa

difícil, porque, para abrir o canal, as únicas ferramentas que existiam eram a picareta e a pá. Pedro era um homem muito forte, acostumado a fazer força. E foi assim. Sozinho ele conseguiu abrir a vala que traria água suficiente para mover a roda, que por sua vez moveria as pedras. Foram dias sem parar até fazer as águas do rio Carvão caírem com força suficiente para transformar o milho em farinha. (PEREIRA, 2013, p. 66 e 67)

Indo em direção ao Rio Carvão Alto, comunidade que hoje conta com apenas 43 moradores (SAUDE), saímos da área minerada a céu aberto e chegamos em um lado da comunidade, já próximo às encostas e às nascentes do rio Carvão. Ao ir em direção a essa parte, a estrada fica mais baixa e por alguns minutos não se observam os passivos ambientais e, após subir uma pequena elevação, encontra-se uma pastagem e algumas casas, caracterizando uma área rural. A impressão é de que se está em outro lugar, parece que resta um pedaço da paisagem do passado, um contraste com até então o que se via e sentia. A figura 27 demonstra um pouco desse contraste. No primeiro plano, as áreas mineradas e, ao fundo, pastagem, criação de animais e casas.

Figura 27: Vista parcial da comunidade de Rio Carvão Alto.



Fonte: O autor (2021).

Indo para o outro lado da comunidade é onde está a capela do Rio Carvão Alto e se concentram mais casas.

A capela consta do livro *Memórias e Identidades: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina*, entretanto é uma construção recente, assim como é

recente o culto religioso em torno da santa considerada a padroeira dos mineiros, Santa Bárbara, trazida da gruta que existe próximo à mina Santana. (informação verbal)³⁹

Fato curioso é que neste local, distante nem 1 km das áreas degradadas, existe um pesque e pague com alguns açudes. Por ironia ou para demonstrar que onde a mineração de carvão não atuou é possível utilizar a água como uma atividade econômica.

A primeira parte da caminhada exploratória acabou quando se completou a visita a todos esses locais e se extraiu das referências bibliográficas e das entrevistas as informações para compor a narrativa até aqui exposta. Mas, assim como numa viagem, mesmo quando programada, pode haver algumas surpresas, descobriu-se na última conversa uma “nova paisagem” (figura 28): o local onde o rio Carvão não está poluído, flui belo e suave, esculpe graciosamente o seu leito com transparência e vida.

Figura 28: Os afluentes formadores do rio Carvão, comunidade de Rio Carvão Alto.



Fonte: O autor (2021).

Conduzido por um dos entrevistados, o senhor Geraldo Cittadin, foram encontrados dois afluentes que se juntam para formar um curso de água maior, será aqui o nascimento do rio Carvão? Se for tomada como referência uma bacia hidrográfica, no conceito de Barrella (2001), onde os cursos de água se unem para formar um rio principal e desembocarem no oceano, pode-se considerar que é aqui que nasce o rio Carvão, mas também nasce o rio mais distante da foz da bacia do rio Urussanga.

Como o fio condutor aqui é o curso principal do rio Carvão, encerra-se a caminhada exploratória nesta bacia. Pode-se afirmar que, como sugerido por alguns autores, as entrevistas

³⁹ Entrevista concedida por Cittadin, G. Homem, 76 anos. Entrevista VIII. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

e a pesquisa de campo fazem “vivenciar um local, usar o arquivo dos pés”. (SCHAMA, 1996, p. 34) e ter a caminhada como forma de requalificar o espaço, dando novas qualidades e novas intensidades (BESSE, 2014), além de proporcionar conhecer com maior precisão a área de estudo.

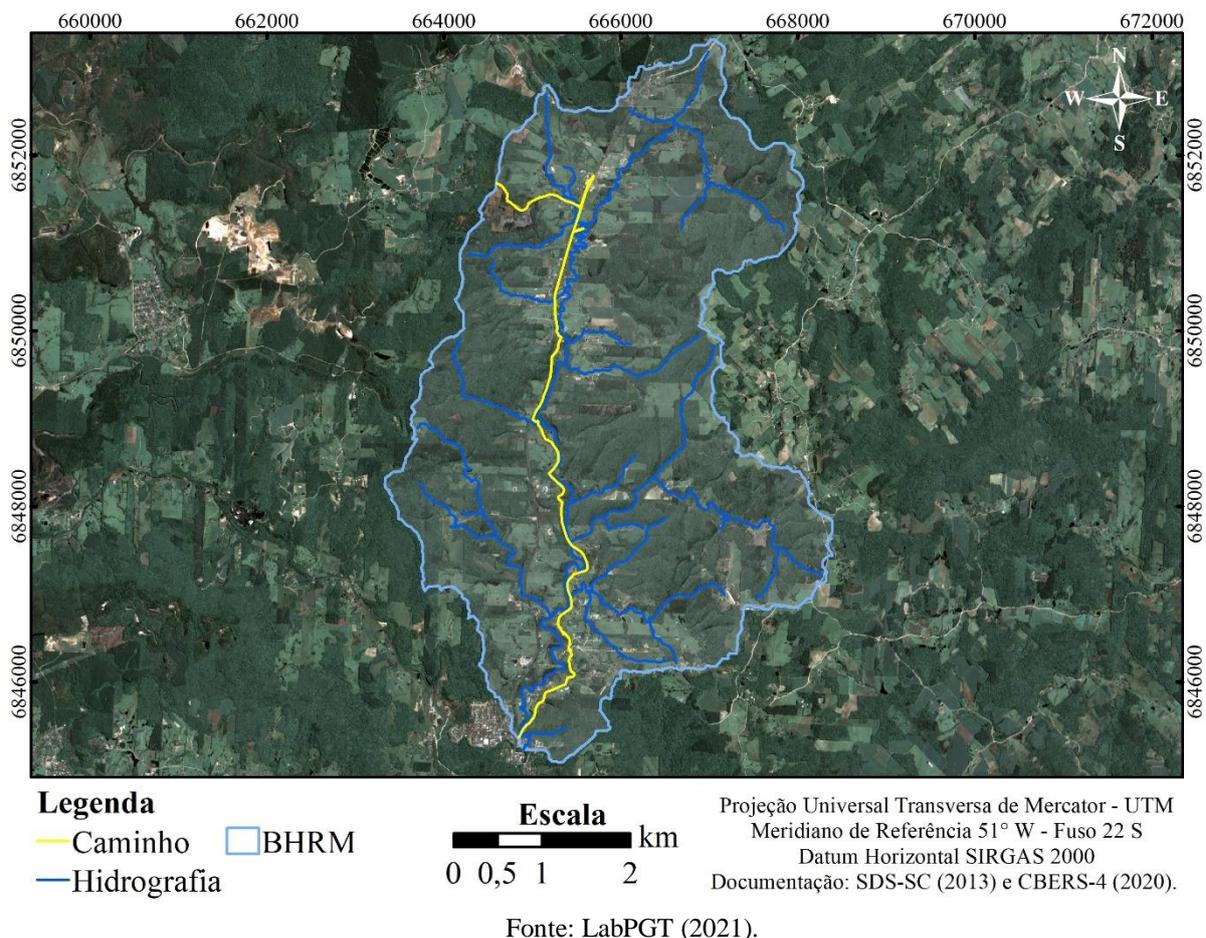
4.3.2 Caminho do rio Maior

Na bacia hidrográfica do rio Maior há uma série de estudos e referências aos elementos da paisagem que se destacam como igrejas e antigos casarões que possuem significativo valor sociocultural e histórico. Os acervos estão registrados e definidos por diversas pesquisas acadêmicas, por força de leis municipais, pela FCC e IPHAN. A bacia hidrográfica está inserida totalmente dentro do território da APA do Rio Maior (SUTIL, 2018) e tem os seus recursos hídricos mais conservados. A discussão que segue considerou como base os elementos que chamaram a atenção na caminhada, os referenciais históricos e as memórias dos entrevistados, colocando o rio Maior como elemento guia da caminhada.

A ocupação das comunidades inseridas na bacia do rio Maior iniciou-se já no primeiro ano de colonização de Urussanga, em 1878, por imigrantes italianos que seguiram o rio para ali se estabelecerem. (ESCARAVACO, 1984; MAZZURANA; CANCELLIER, 1989). A denominação do rio e da comunidade deu-se logo no princípio, ao observarem que da confluência dos dois rios que formam o rio Urussanga um deles era maior que o outro, assim o afluente da margem esquerda, que era o maior, ficou sendo chamado de rio Maior. (MAZZURANA; CANCELLIER, 1989). Deste modo, nominou-se o rio e as comunidades que estão hoje na bacia do rio Maior (Linha Rio Maior, Rio Maior e São João do Rio Maior).

Para iniciar o percurso, volta-se ao ponto próximo da confluência do rio Carvão com o rio Maior, no bairro Nova Itália, agora acompanhando o leito do rio Maior até chegar à comunidade de São João do Rio Maior, onde estão as nascentes mais a montante (figura 29). A partir do ponto inicial até chegar à comunidade de São João do Rio Maior é possível seguir, na maior parte do trajeto, por dois caminhos, um é a rodovia SC 108 no sentido Urussanga e Orleans, outro é pela estrada geral que vai tangenciando o leito do rio Maior, considerada a “estrada velha”, rota da imigração e parte da rodovia da Imigração que liga Urussanga a Azambuja.

Figura 29: Bacia hidrográfica do rio Maior e o caminho percorrido.



Inicia-se o percurso pela rodovia da Imigração. Ao começar o trajeto se adentra à bacia do rio Maior e da APA, na comunidade de Linha Rio Maior. (SORATO, 2019). Estabelecida e ocupada por famílias italianas desde o princípio da colonização, em 1878 (ESCARAVACO, 1986), a comunidade rural possui 465 habitantes. (URUSSANGA, 2020).

Antes de cruzar a ponte, tem-se o primeiro contato com o rio Maior e identifica-se uma estrutura de captação de água no leito do rio (figura 30), utilizada para abastecer um caminhão pipa da prefeitura com a finalidade de molhar estradas de terra para diminuir a poeira. Esse ponto também serviu de captação de água para abastecer as comunidades de Santana e Rio Salto em Urussanga e o município vizinho de Cocal do Sul no ano de 2020, durante um período de estiagem que provocou a falta de água nessas localidades. (SAMAE, 2021).

Alguns metros mais à frente, pode-se observar a diferença da cor da água com o que foi visto no rio Carvão (figura 30). Embora não tenha sido feita coleta e análise físico-química, pode-se verificar que possui aspecto transparente, aparentemente não poluída ou contaminada por metais como a do rio Carvão, pois essa bacia não sofreu a extração do carvão mineral.

Figura 30: Leito do rio Maior na comunidade de Linha Rio Maior.



A – Estrutura de captação de água

B – Leito do rio Maior

Fonte: O autor (2020).

Seguindo pela estrada de paralelepípedo, afasta-se um pouco do leito do rio Maior, e logo se encontra o restaurante e museu Baesso (figura 31 A), que inclusive está no mapa turístico de Urussanga, mas em dezembro de 2020 não estava em funcionamento. O empreendimento é familiar e conta também com uma lanchonete que estava aberta no momento de passagem. Do outro lado da rua, os proprietários estão recuperando uma edificação antiga e desejam montar uma roda d'água, mas ainda não concluíram a obra (figura 31 B).

Figura 31: Restaurante, Museu Baesso e construção restaurada, comunidade de Linha Rio Maior.



A- Restaurante e Museu Baesso

B- Casa restaurada

Fonte: O autor (2021).

Alguns metros à frente é possível avistar uma serraria que, no passado, era movida pela força das águas do rio Maior, hoje trabalha somente com energia elétrica. Referência na comunidade, o proprietário Jovelino Feltrin (2021), de 86 anos, hoje aposentado, conta que sua serraria iniciou os trabalhos em 1963 e funcionava só pela força d'água até 1974, ano em que uma forte enchente fez ele optar pela energia elétrica. Ressalta que a energia elétrica passava por ali desde 1970, mas seus equipamentos e costumes estavam enraizados para trabalhar desse jeito. Ele ainda informou que seu alambique também era movido pela força motriz. Hoje afastado das atividades por motivos de saúde, vê as duas atividades serem realizados pelos filhos. (informação verbal)⁴⁰.

O relato que ele traz ao contar a história da aquisição do terreno revela o quanto era valorizada a água e o rio. Ao recordar o ano de 1962, recorda que muitas pessoas queriam comprar essas terras, inclusive o hospital para fazer uma fábrica de gelo. Outra questão ressaltada por ele, foi a diferença de valor entre o local que era cortado pelo rio Maior e outro em que o rio não passava. Por este terreno onde hoje ainda estão suas propriedades pelas quais ele pagou o valor de Cr\$1.730,00 cruzeiros por 15 hectares e meio; já o terreno um pouco mais distante que não era cortado pelo rio Maior e com o dobro de terras valia Cr\$250,00 cruzeiros. (informação verbal)⁴¹. Nessa constatação sobre a importância do rio, corrobora Arruda (2008, p.11) ao dizer que “a paisagem é um atributo da cultura e é assim que percebemos a realidade física do natural. O que vejo não são os rios, mas suas funções”.

Segundo todos os entrevistados na bacia hidrográfica do rio maior existiam atafonas, serrarias, fecularias, olaria e engenho movidos pela água. Após a enchente de 1974 alguns abandonaram o uso da força motriz da água para utilizar energia elétrica e outros abandonaram de vez as atividades. Nesse sentido, a memória mostra que o rio pode ser uma referência na paisagem (SARAIVA, 1999) e que, ao olhar para o rio, o que se enxerga são suas funções, pois ao “evocar uma referência, o homem [e a mulher] sente brotar dentro de si imagens, memórias, histórias relacionadas àquele rio”. (ARRUDA, 2008, p. 10).

Ainda nessa propriedade, um pouco mais acima da serraria, avista-se uma pequena barragem no leito do rio Maior, construída com rocha por Feltrin para represar a água e canalizar parte do curso da água para girar a roda d'água da serraria. Atualmente a represa, figura 32, serve de ponto de captação de água pelo SAMAE, não é usada de forma permanente, só

⁴⁰ Entrevista concedida por Feltrin, J. J. Homem, 86 anos. Entrevista X. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

⁴¹ Entrevista concedida por Feltrin, J. J. Homem, 86 anos. Entrevista X. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

ocasionalmente quando há necessidade de vazões maiores para suprir a demanda do consumo em determinadas épocas do ano, em períodos de estiagem ou serviços de manutenção da rede. (SAMAE, 2020). É surpreendente que este ponto está, a mais ou menos, 1 km da confluência com as águas ácidas do rio Carvão. Nesse local, como no anterior, a água não lembra em nada fazer parte de uma das bacias hidrográficas mais degradadas do Brasil.

Figura 32: Barragem e represa de captação de água no rio Maior, comunidade de Linha Rio Maior.



Fonte: O autor (2021).

Deixa-se a rodovia da Imigração e avança-se pela estrada geral da Linha Rio Maior. A estrada de terra vai tangenciando o leito do rio Maior agora um pouco mais distante, num nível elevado, devido ao vale fluvial ser mais fechado. Está-se na parte central da comunidade de Linha Rio Maior, como de costume e tradição, a capela está na parte central e seu passado se mistura à história da ocupação das primeiras famílias italianas estabelecidas no local.

A reunião em torno da fé remonta ao início da colonização quando o imigrante Giovanni De Bona Sartor propunha um encontro para fazer orações em volta de um quadro de Nossa Senhora dos Campos que trouxera da Itália. (PARÓQUIA URUSSANGA, 2020). Atualmente defronte à capela existem duas placas que buscam deixar registrada a memória da comunidade e da fé. Na figura 33 A, está gravado o nome dos primeiros imigrantes italianos; já a figura 33 B, mostra a história de devoção até a construção da atual capela.

Figura 33: Placas defronte à capela da comunidade de Linha Rio Maior.



A – Homenagem aos primeiros imigrantes

B – Placa da história da capela

Fonte: O autor (2020).

A memória por parte dos entrevistados reforça a história da colonização e a ligação de seus habitantes com a fé e religiosidade. Todos afirmaram que o passado de devoção e a construção da capela são os pontos fortes que unem a comunidade. Para eles, a capela é uma referência histórica, de fé e orgulho sendo o maior patrimônio que a comunidade possui e que deve ser preservado. A capela se apresenta como patrimônio ou bem cultural representando o material e a fé, o imaterial. Esses elementos podem ser classificados e entendidos como códigos que “se configuram como um sistema de símbolos que permitem a visualização dessa cultura. Esses códigos possibilitam, também, a transmissão das características culturais de determinado grupo através das gerações”. (CAETANO; BEZZI, 2011, p. 461).

Conforme se segue é possível perceber a presença da mata ciliar e áreas vegetadas, mas pode-se observar a presença de plantações de espécies exóticas dos gêneros *Acacia*, *Eucalyptus* e *Pinus*, utilizadas como madeira na indústria moveleira. De acordo com Sutil (2018), na comunidade de Linha Rio Maior foram identificadas 8 (oito) empresas, sendo que 4 (quatro) são ligadas à fabricação de móveis.

Avançando mais na caminhada, volta-se a reencontrar o rio Maior, agora próximo ao limite das comunidades de Linha Rio Maior e Rio Maior. (SORATO, 2019). Ao passar pelo local avista-se uma propriedade rural com parreirais de uvas. Por indicação foi feita a visita da propriedade e ao conversar com os moradores se obteve valiosas informações.

Na propriedade um dos cultivos hoje desenvolvidos é de uva, mas não uva Goethe. Segundo os proprietários plantam uva bordô por ser mais fácil de comercializar. No passado plantavam cana, batata, melancia, arroz e café, o local ainda abrigou olaria e engenho tocados pela força d'água. A proprietária também relatou que a enchente de 1974 afetou a propriedade e a roda d'água, instalada em um afluente do rio Maior chamado rio Tirolês. A diferença é que a propriedade continuou a utilizar a roda d'água até 1978. (informação verbal)⁴². Fato importante é que ainda hoje a família procura preservar as estruturas externas e as engrenagens internas, figura 34.

Figura 34: Estrutura preservada de roda d'água, comunidade de Linha Rio Maior.



Fonte: O autor (2021)

Voltando para a estrada e cruzando o rio Maior por uma ponte de madeira, neste trecho não se visualizam casas e sente-se o entorno bem preservado, com vegetação mais densa e árvores nativas como o Palmito-juçara (*Euterpe edulis*). Aos poucos as árvores abraçam a estrada até chegar a um trecho que está totalmente coberto por galhos, conforme figura 35. O caminho é tranquilo e de grande beleza cênica. Como se fossem melodias, pode-se escutar os cantos dos pássaros, o barulho da água no rio e o frescor do ar puro, sentimento que só é compreendido por quem caminha, observa e sente essa paisagem. Essa forma de sentir é justificada por Besse (2014, p. 54): “na caminhada, a sensibilidade é tão ativa quanto ativada, o estar no mundo é orientado, articulado”, ou seja, muitos podem descrever esta paisagem

⁴² Entrevista concedida por Pignatel, V. T. B. Mulher, 66 anos. Entrevista XI. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

baseada em fotos, relatos ou ao passarem de automóvel, mas somente a caminhada acessa tais sentimentos.

Figura 35: Estrada entre as comunidades de Linha Rio Maior e Rio Maior.



Fonte: O autor (2020).

Com o processo de colonização a vegetação original foi muito suprimida pelo desmatamento para diversos fins, como a extração de madeira para construção de casas, lenha, limpeza do terreno para a agricultura e pecuária. (SILVA, 2010). Além das pastagens, o que se observa na atualidade, na maior parte da bacia do rio Maior, é vegetação secundária com diversos estágios de sucessão ecológica, podendo-se encontrar ainda áreas com reflorestamentos para uso comercial gêneros *Acacia*, *Eucalyptus* e *Pinus*. (SILVA, 2010; SUTIL, 2018).

Agora os olhos voltam-se totalmente à comunidade de Rio Maior. Nesse trecho, em curta distância, existem algumas cachoeiras, todas localizadas dentro da Pousada Vale dos Figs. Da estrada é possível escutar o barulho das quedas d'água, porém, não se consegue vê-las. Por se estar no alto vale da bacia do rio Urussanga (ADAMI; CUNHA, 2014), o vale fluvial do rio Maior possui um desnível altimétrico que possibilita o rio ter um fluxo de água mais veloz e formar corredeiras fortes com cachoeiras.

Nessa parte do caminho a estrada por onde passaram os colonizadores corre lado a lado com o rio Maior e, numa distância de aproximadamente 500 metros, é possível contemplar

o leito do rio, identificar um pequeno afluente, a velocidade da água, os sedimentos e a profundidade do rio. Como corrobora Gandara (2013), os rios e suas beiras são elementos definidores na formação de povoados e vias de circulação e transporte.

Um pouco mais à frente a visão da paisagem se abre. De um lado da estrada é possível escutar outra cachoeira, à frente as encostas e os divisores d'água, a pastagem e uma pequena plantação de milho. Olhando para trás, vê-se uma fábrica de móveis e vinícola, dois empreendimentos da família Mazzucco.

Figura 36: Vista parcial da estrada geral da comunidade de Rio Maior.



Fonte: O autor (2020).

Marzano (1985) destaca que o cultivo do milho se apresentava importante desde o início da colonização, pois do produto processado se obtém a farinha para fazer a polenta, alimento de presença diária na mesa dos imigrantes e seus descendentes, além de servir como ração para os animais. Ao que indica, o cultivo do milho e seus usos continuam o mesmo, mas não são mais processados pelas atafonas e não possuem a importância que havia no passado. Em relação à uva e à produção de vinho, não se encontram muitas videiras no caminho. Mazzurana e Cancellier (2012) evidenciam que a plantação de mudas de videiras trazidas da Itália inicia-se no princípio da colonização no Rio Maior, sendo somente para consumo próprio e festas da comunidade. No entanto, a tradição se mantém viva. Os vinhos Mazzucco têm origem na década de 1940, quando os irmãos Bertino Mazzucco e Benjamin Mazzucco iniciam o plantio de uva e a produção de vinho para atender a família e amigos próximos. Após 80 anos, a vinícola produz vinhos tintos de uvas bordô, branco de uvas Goethe e sucos. (MAZZUCCO, 2015).

Caminhando mais alguns metros e a estrada fica mais baixa em relação ao seu entorno e depara-se com um muro de taipa⁴³ acompanhando a estrada (figura 37). De acordo com Mazzurana e Cancellier (2012), a técnica de construir em taipa era comum em Casso, lugar de origem dos primeiros colonizadores. Essa característica relacionada ao ofício de pedreiro é mencionada pelos autores:

Por não serem propriamente agricultores (no máximo cultivavam hortas), mas um pouco de tudo, pastores, trabalhadores em construção de estrada de ferro, em perfuração de túneis, pedreiros, etc, os habitantes de Casso tinham um estilo de vida diferente das localidades vizinhas e de quase todo o meio rural da Itália. Apesar da pobreza, cada família era possuidora da casa onde morava, do estábulo e da sua horta. Por isso eram livres, ao contrário dos camponeses de outras partes que nada tinham de seu, nem casa, nem terra e nem animais e cultivavam a terra do patrão em troca de uma parte da produção para poder viver pobremente. (MAZZURANA; CANCELLIER, 2012, p.30).

Baldessar (1991) infere que o ofício de pedreiro dos imigrantes serviu como forma de trabalho fora da comunidade. O autor expõe que os imigrantes italianos se deslocavam para o planalto catarinense, em São Joaquim, para construir taipas para o gado e que o serviço era pago com o próprio gado, fazendo assim que esta atividade ajudasse a desenvolver a comunidade.

Figura 37: Muro de taipa ao longo da estrada geral, na comunidade de Rio Maior.



Fonte: o autor (2020).

⁴³ Taipa é o nome pelo qual é conhecido popularmente o muro feito de pedras, sem uso de qualquer outro material para a sua construção. Mais comum no planalto de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Ainda nesse trecho, não muito distante da estrada, é possível visualizar a copa de uma grande árvore. É uma figueira (*Ficus cestrifolia Schott*) centenária, elemento simbólico que testemunhou a história de Urussanga e da comunidade de Rio Maior. (LUCA, 2007). Segundo Íris de Lorenzi Cancellier⁴⁴, proprietária do terreno onde está a figueira, a árvore deve ter mais de 140 anos e serviu de abrigo para descanso dos primeiros colonizadores. Ela conta que a figueira foi referência e local de parada dos tropeiros que desciam a serra para comercializar produtos. Sobre o rio, relata que servia como fonte de água para as pessoas matarem a sede, sendo que, no passado, esse espaço também era usado para o lazer, onde a comunidade realizava piqueniques e confraternizações.

Morador do São do Rio Maior, Pilon (2021), ao falar de suas memórias, recordou-se da figueira. Segundo ele, quando estudava havia os dias em que a professora os levava para fazer piqueniques debaixo da figueira. (informação verbal)⁴⁵. Como aponta Tuan (1980), o lugar ou o meio ambiente pode ser percebido pelos seus símbolos, esses são as evidências gravadas na paisagem que as tornam cheia de significados, e como um texto a ser lido e interpretado de diferentes formas por cada leitor. (COSGROVE, 1998; DUNCAN, 2004). A árvore e o rio continuam no mesmo lugar, mas não com a mesma utilidade que outrora, isso quer dizer que os símbolos, os seus valores culturais não estão sendo celebrados e reproduzidos para estarem vivos. (COSGROVE, 1998).

O caminho é cheio de elementos que marcam a paisagem. Antes de sair da estrada velha pode-se observar duas edificações antigas em uma curta distância, ambas com características rurais da imigração italiana. Uma é uma residência e outra foi onde funcionou a primeira atafona da localidade tocada à água. Essas duas propriedades e outras 13 foram identificadas e mapeadas na comunidade de Rio Maior como “sítios históricos rurais em relação à implantação, agenciamento, características arquitetônicas e técnicas construtivas deixadas pelos imigrantes italianos ao final do século XIX e início do século XX”. (LUCA, 2007, p. 110).

Mazzurana e Cancellier (2012) trazem que a forma de se organizarem para um fim em comum levou em 1909 os moradores a se unirem e fundarem a Cooperativa do Rio Maior que funcionou até 1923. Além do suíno e derivados, a cooperativa comercializava outros produtos como milho e feijão. (MAZZURANA; CANCELLIER, 2012). Essa foi a primeira cooperativa

⁴⁴ Entrevista concedida a Samira Pereira, em 21 de setembro de 2012 para o Jornal da Manhã. (COTIDIANO, 2012).

⁴⁵ Entrevista concedida por Pilon, V. Homem, 70 anos. Entrevista XII. [mar. 2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

do município e talvez uma das primeiras do país, pois ao pesquisar sobre a história do cooperativismo agropecuário, Gonçalves (s/d), afirma que as primeiras cooperativas agropecuárias do Brasil surgiram no ano de 1907 em Minas Gerais.

Sobre a cooperativa Mazzurana e Cancellier (2012) observam que algumas famílias haviam migrado para outras comunidades às margens do rio Palmeiras e rio Molha, mas a o empreendimento representava um elo entre eles, o segundo mais forte, pois o primeiro era a Igreja. Nesse sentido, a comunidade do Rio Maior apresentava um significado forte, o de pertencimento ao lugar para os ex-moradores, pois esse “espaço não significa apenas o meio físico circundante, vai além, assumindo uma dimensão sociocultural que o sujeito internaliza e representa”. (GONÇALVES, 2007, p. 28).

De volta à estrada até se consegue ver por onde passava a estrada velha, mas não é possível prosseguir por ela, distanciando-se um pouco do leito do rio Maior e prosseguindo pela rodovia SC 108, que faz a ligação entre os municípios de Urussanga e Orleans, construída em 1978. (LUCA, 2007). Se atualmente a rodovia é a referência de localização e locomoção, no passado o definidor de referência e ocupação era o rio.

Logo ao entrar na rodovia SC 108 pode-se fazer uma pausa para o descanso num estabelecimento comercial chamado Piano Piano Café e Vinho. Na varanda, aos fundos, aprecia-se parte do vale fluvial e o leito do rio Maior com considerável velocidade correndo sobre rochas. Esse não é o único estabelecimento do tipo, outros existem ao longo da rodovia SC 108. No entanto, no trecho que corta as comunidades de Linha Rio Maior, Rio Maior e São João do Rio Maior, os quais possuem características semelhantes e onde são comercializados produtos coloniais como queijo, salame, lanches em geral, vinho, caldo de cana, suco de uva, dentre outros produtos, muitos produzidos na comunidade.

Após essa parada, encontrar-se-ão na paisagem mais construções rurais tombadas como patrimônio cultural da imigração italiana pela FCC e IPHAN, que fazem parte do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina, além de outras com significativo valor histórico registradas pela pesquisa de Luca (2007). Não será possível apontar e descrever todos, dessa forma, buscou-se dar ênfase as que apresentam valor patrimonial já confirmado e/ou os elementos que chamaram a atenção no transcorrer do trajeto e das entrevistas.

Chega-se à parte central da comunidade do Rio Maior. Logo observa-se uma grande chaminé e o sobrado Bocardo, tombados como patrimônio pela FCC, e ainda a lanchonete Bocardo. Ao fundo, visualiza-se a torre e a igreja de São Gervásio e São Protásio, tombadas pela FCC e IPHAN.

A propriedade da família Bocardo⁴⁶ (figura 38) chama muito a atenção pela beleza e estado de conservação. A casa foi inaugurada em 1921, sempre pertenceu à família, hoje residem Antoninho De Lorenzi Bocardo e Gema De Lorenzi Cancellier Bocardo. Construída em base de pedra bruta, com tijolos maciços, barro e cal, a edificação apresenta muitos detalhes arquitetônicos, mantém cores e traços originais e traz consigo características relevantes do modo de construir dos imigrantes na comunidade⁴⁷. (LUCA, 2007; MATIOLA, 2010). O casal gosta muito de morar na casa, ressaltam eles histórias que trazem consigo como uma preciosa memória material e imaterial da vida da família Bocardo no Rio Maior. A propriedade já contou com alambique e produzia uma espécie de refrigerante chamado de gasosa. Também chama a atenção pela grande chaminé que se destaca na paisagem pela sua altura. A construção da chaminé se deu para ampliar as atividades desenvolvidas ali, porém, com esse tamanho nunca foi utilizada, pois seu idealizador, Pedro Bocardo, faleceu antes do funcionamento. (informação verbal)⁴⁸.

Figura 38: Propriedade da família Bocardo, na comunidade de Rio Maior.



Fonte: O autor (2020).

⁴⁶ As imagens dessa e de outras edificações tombadas estão na seção 4.4 especializadas em um mapa.

⁴⁷ Optou-se em colocar informações gerais a respeito das construções, para mais detalhes ver Luca (2007), Matiola (2010), FCC e IPHAN.

⁴⁸ Entrevista concedida por Bocardo, A. L. Homem, 72 anos. Entrevista XIII. [mar. 2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

Após essa edificação é possível continuar por um pequeno trecho novamente no antigo caminho dos imigrantes. A estrada que passa em frente à igreja de São Gervásio e São Protásio, foi a principal via de circulação na época de sua construção, atualmente a principal é a rodovia SC 108 que passa atrás da igreja. Ainda nessa área se concentra o salão da Associação Comunitária do Rio Maior (ACRIMA), uma ferraria e marcenaria abandonada, o rio Maior com uma grande e bela cachoeira, ao fundo o cemitério da comunidade e parte do conjunto da paisagem da comunidade de Rio Maior, conforme figura 39.

Figura 39: Igreja de São Gervásio e São Protásio e entorno na comunidade de Rio Maior.



Fonte: LabPGT (2021).

A construção da igreja é datada de 1912, edificada com a força e união dos moradores, toda de pedra rebole extraída nas proximidades, idealizada em cumprimento a uma promessa dos primeiros imigrantes de construir um templo religioso de pedra, como forma de lembrar o lugar de origem na Itália. (MATIOLA, 2010; MAZZURANA; CANCELLIER, 2012). A igreja é exemplar único desse gênero de arquitetura em cantaria de pedra no estado de Santa Catarina (LUCA, 2007; MATIOLA, 2010). Reconhecida por todos os entrevistados como um patrimônio, o maior bem a ser preservado na comunidade pela sua história, importância e beleza. Simboliza a união de seus moradores na sua construção e toda a sua religiosidade.

Um pouco mais à frente, ainda no antigo caminho dos imigrantes, encontra-se o rio Maior com um volume de água menor em relação à última parada, porém, com grande força em seu fluxo, correndo totalmente sobre rocha e formando a maior cachoeira de todo o percurso. Olhando da parte de cima, figura 40, é possível ver apenas uma queda d'água, mas é possível voltar na estrada e contemplá-la de outro ângulo.

Figura 40: Cachoeiras no leito do rio Maior, próximo a Igreja de São Gervásio e São Protásio.



Fonte: O autor (2020).

Na parte superior, olhando da estrada, bem próximo ao leito do rio, identificam-se duas construções, onde se encontra a maior demonstração do uso da força água do rio pelos imigrantes e seus descendentes. Nessa construção completamente abandonada, funcionou uma serraria e marcenaria da família Giordani, movidas por uma roda d'água, construídas em 1927. (LUCA, 2007).

Embora o abandono e o tempo venham apagando as marcas na paisagem, consumindo as estruturas que sustentam essa construção, com um olhar mais atento, percebem-se os registros do uso da água no rio Maior que significam a memória de uma paisagem que não existe mais. De um lado do leito um muro que se estende por dentro do curso do rio formando uma pequena barragem, figura 41. O muro servia para manter parte da água no seu leito original e como contenção para a água do rio não invadir a construção; já a barragem retém parte da água e desvia outra parte por um pequeno canal em direção à construção, figura 41. Esse desvio conduzia a água do rio por um canal até a roda d'água para movimentá-la e, assim, gerava a força necessária para o uso das máquinas.

Figura 41: Muro de contenção e barragem no leito do rio Maior para uso de uma roda d'água no passado, comunidade de Rio Maior.



Fonte: O autor (2020).

Com a imagem aérea (figura 42) é possível visualizar toda a área e as construções do seu entorno. Chama-se a atenção para o rio e as ruínas da ferraria e marcenaria que, ao se analisar a imagem e com a visita *in loco*, identifica-se que o desvio do leito do rio ainda vai em direção ao local onde estava a roda d'água. O desvio proporcionava que parte do fluxo da água tivesse que passar nesse local para movimentar a estrutura da roda d'água.

Figura 42: Imagem antiga área da ferraria e marcenaria.



Fonte: Bez Batti (2017).

Segundo Pilon (2021), que trabalhou no local, o empreendimento parou de funcionar há pouco mais de 20 anos, sendo que a roda d'água foi desativada por volta da segunda metade da década de 1970. (informação verbal)⁴⁹. De acordo com os entrevistados, nesse espaço também existia um dínamo que gerava energia elétrica para a comunidade através da força d'água.

A forma da paisagem e seus elementos podem até ser os mesmos para as pessoas que possuem uma vivência em comum, porém, a forma como cada paisagem e cada elemento desperta as memórias e os sentidos são diferentes, pois a experiência de cada um é singular. Na fala de Pilon (2021), o que mais chama a atenção nessa edificação é o enorme muro de pedra erguido há quase cem anos que ainda hoje sustenta as construções (informação verbal)⁵⁰. Nesse sentido, Tuan (1983, p.09) diz que a “experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade”.

O cemitério é outro elemento que merece ser destacado. Bem cuidado e com ornamentos como flores e o chão todo em grama, possui sepultamentos do século XIX. Ali estão túmulos dos primeiros imigrantes italianos que chegaram à comunidade e, de certa forma, ajudam a contar e preservar a história e a memória da comunidade.

Retornando para a rodovia SC 108 rumo a São João do Rio Maior, logo na saída pode-se ver a casa de Maria Adelaide Frol Mazzucco, construída em madeira datada de 1912. (LUCA, 2007). Sobre as construções em madeira, embora existam outras assim e em outras comunidades do interior de Urussanga, nenhuma é tombada, também não são protegidas em nível municipal. Weimer (2005) *apud* Luca (2007) observa que as construções de madeira são mais representativas que as de pedra devido ao imigrante ter se adaptado ao novo meio utilizando a madeira nas construções. Para ele, a construção característica dos imigrantes italianos deveria ser a mista, feita com pedra e madeira.

Um pouco mais à frente, do mesmo lado da rodovia, está a casa de Ivanir Cancellier. Sua construção foi concluída em 1909, pelos avós do atual morador, imigrantes italianos. Levou 10 anos para ficar pronta, feita de alvenaria com paredes que possuem cerca de 50 centímetros de espessura e com o detalhe do telhado bem pontiagudo, característica das casas do lugar de origem dos construtores. (LUCA, 2007; MATIOLA, 2010). Das casas tombadas pela FCC e

⁴⁹ Entrevista concedida por Pilon, V. Homem, 70 anos. Entrevista XII. [mar. 2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

⁵⁰ Idem.

IPHAN, essa e o casarão da família Bocardo são as únicas que ainda hoje mantêm uso residencial e seus moradores são os descendentes diretos dos construtores.

A próxima casa centenária, tombada pela FCC, está a mais ou menos a 500 metros, não muito visível da rodovia. A casa da família De Lorenzi Cancellier é de 1907, hoje pertence à Associação dos descendentes Friulanos de Urussanga (EFASCE), utilizada para encontro e festividades, foi construída em pedra de arenito (LUCA, 2007, MATIOLA, 2010). No momento em que se passou não foi possível acesso e, aparentemente, estava abandonada.

A última edificação que chama a atenção é o sobrado da família Mazzucco, também tombada pela FCC. É uma construção com sistema construtivo misto de pedras e tijolo maciço, iniciada no final do século XIX, terminada em 1922, a propriedade, além de residência, já abrigou um armazém, uma pequena farmácia e fábrica de banha, atualmente está sem uso. (LUCA, 2007; MATIOLA, 2010).

Ao sair da rodovia SC 108 e voltar para a estrada velha observa-se nos fundos da propriedade um lago formado por represar parte da água de um dos afluentes do rio Maior. Mais à frente se consegue ver novamente o rio Maior. Nesse ponto, ao analisar as cartas topográficas e a visita *in loco* identifica-se a confluência de dois afluentes vindos de lados diferentes: um vem do lado da comunidade de São João do Rio Maior e o outro segue a estrada. A união desses dois cursos d'água garante um maior volume de água ao rio Maior. Pelo que indicam as entrevistas é nesse ponto que se pode dizer que o curso d'água recebe o nome de rio Maior (figura 43).

Figura 43: Início do rio Maior, comunidade de Rio Maior.



Fonte: O autor (2020).

Seguindo para o destino final, a comunidade de São João do Rio Maior. Na busca pelo número de moradores da comunidade na Secretaria Municipal de Saúde, a comunidade aparece junto com o Rio Maior e somam 501 habitantes. (URUSSANGA, 2020). No início da colonização os moradores estavam ligados ao Rio Maior, com a expansão da ocupação e a construção de uma capela em madeira no ano de 1903, a comunidade passou a ter a igreja e seu padroeiro São João Batista como referência de nome e da comunidade. (MAZZURANA; CANCELLIER, 2012).

Pela rodovia SC 108 vai-se em direção à igreja e encontra-se uma placa (figura 44) que demonstra as edificações tombadas, as opções de hospedagem, alimentação e serviços. A placa é bem instrutiva e realça a importância do sítio histórico na comunidade do Rio Maior, embora alguns serviços não estejam mais em funcionamento.

Figura 44: Placa na rodovia SC 108 na comunidade de São João do Rio Maior.



Fonte: O autor (2020).

Voltando um pouco na rodovia SC 108 e seguindo a caminhada exploratória, entra-se na estrada que vai até a comunidade de Rio Molha Alto. Nesse trajeto encontra-se uma estufa de fumo desativada e, mais à frente, uma área de mineração com extração basalto/diabásio, com britagem e usinagem de asfalto realizados pela empresa SETEP Construções S.A.

A fomicultura foi um importante cultivo agrícola nas comunidades inseridas na bacia do rio Maior. (MAZZURANA; CANCELLIER, 2012; SILVA, 1997; SUTIL, 2018). Segundo

Mazzurana e Cancellier (2012), o fumo foi introduzido a partir das décadas de 1950 e 1960 e proporcionou uma nova mentalidade e uso de novas técnicas na agricultura para aumentar a produtividade e acabaram sendo incorporados às outras práticas agrícolas. No que tange à área plantada, Sutil (2018) observa que a fumicultura precisava de solos férteis e relativamente planos para maior produtividade em uma área menor, com isso as áreas de declividade maior e fertilidade reduzida foram deixadas sem uso e proporcionaram uma regeneração natural ou foram reflorestadas para uso da madeira como insumo nos fornos das estufas de fumo.

No que diz respeito à área de mineração (figura 45), este teve seu início antes da instituição da APA do Rio Maior. As atividades começaram no ano de 1987 pelos moradores locais Hugolino e Silvino de Lorenzi Cancellier (Ninão), em 1996 a empresa SETEP Construções S.A adquire os direitos e as terras para a exploração e beneficiamento. (NASCIMENTO; BURSZTYN, 2012). A atividade possui um histórico de conflito na comunidade e os autores citados classificaram o conflito como econômico, social e ambiental, impactando nos recursos hídricos, na atmosfera, no patrimônio arquitetônico e cultural da comunidade. Mazzucco (2021) relata que as detonações para a extração do material são fortes e já atingiram casas provocando rachaduras e fazendo algumas nascentes de água sumirem. Segundo ela, as perfurações e denotações não poderiam atingir o nível das nascentes, mas infelizmente não existe monitoramento. (informação verbal)⁵¹. Atualmente a empresa continua a trabalhar e pelo que se constatou vem aumentando sua área de extração.

Figura 45: Extração basalto/diabásio na comunidade de São João do Rio Maior.



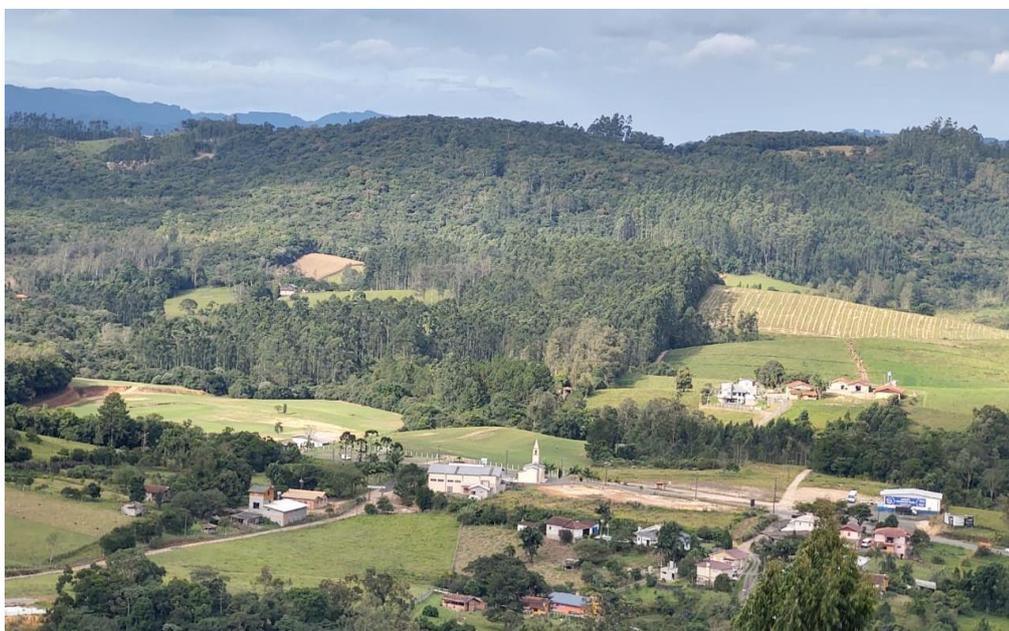
Fonte: O autor (2021).

⁵¹ Entrevista concedida por Mazzucco, C. M. Mulher, 65 anos. Entrevista XIV. [fev. 2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

Continuando a caminhada até parar num morro, o ponto mais alto da estrada, que também é o divisor de águas das bacias dos rios Urussanga e Tubarão. A altura e a amplitude visual fazem desse local um mirante natural que possibilita uma observação panorâmica da paisagem dos dois lados do morro.

Ao olhar no sentido do vale do rio Maior (figura 46), contempla-se parte da comunidade de São do Rio Maior, sua igreja, a rodovia SC 108, a cobertura vegetal com áreas utilizadas para pastagens, reflorestamento, mata secundária e áreas destinadas à agricultura. Quanto ao uso da terra na comunidade existe o predomínio da pecuária com algumas plantações agrícolas destinada à subsistência. (SUTIL, 2018).

Figura 46: Vista parcial da parte mais elevada na comunidade de São João do Rio Maior.



Fonte: O autor (2021).

Já ao olhar para o outro lado da paisagem é possível ver parte do vale do rio Molha até a encosta da Serra Geral. O uso da terra não difere muito do anterior, com áreas de reflorestamento com árvores do gênero *Eucalyptus*, mata secundária, áreas com agricultura e pastagens (figura 47).

Figura 47: Vista parcial da comunidade de Rio Molha Alto.



Fonte: O autor (2020).

Se prosseguirmos nessa estrada chegaremos até a comunidade de Santana e poderemos voltar às comunidades que estão inseridas na bacia do rio Carvão. Decidimos encerrar nossa caminhada exploratória aqui e, olhando para o horizonte pensamos no trajeto percorrido por nós que, hora mergulhado na memória individual da paisagem vivida, hora navegando nos registros bibliográficos e nas conversas, buscamos estar sempre de olho nas paisagens e principalmente no rio, testemunha de todos os usos e ocupações deste espaço, que fiel expressa no fluir de suas águas a história das relações humanas com a natureza.

4.4 ENTRELAÇANDO OS CAMINHOS

A recuperação do significado em nossas paisagens comuns nos diz muito sobre nós mesmos. (COSGROVE, 2004, p. 121).

Entrelaçar caminhos, indicar aspectos semelhantes com diferentes memórias é desafio dos que buscam não só trazer à luz registros, lugares, histórias e pessoas, deve ser compromisso dos que se lançam a compreender e dar voz ao singular que se materializa e participa do presente. Dessa forma, o passado fica vivo ao vir à tona pelas marcas na paisagem com seus códigos, simbologias e significados, tanto materiais quanto imateriais. Portanto, entrelaçar os caminhos é amarrar as marcas indeléveis do trajeto percorrido.

A seguir serão expostas as evidências que se entende serem relevantes para salvaguardar a memória e identidade dessas comunidades. Apresentar-se-á a paisagem com os elementos/símbolos/marcas da maneira que apareceram na pesquisa, mas antes se ratifica compreender a paisagem com um conjunto indissociável de todos os elementos.

Por mais que a paisagem não deixe de ser o que afirma Cosgrove (1998, p. 98), como “uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma “cena” uma unidade visual” ou o que fala Santos (2012, p.54), que “a paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade”, é necessário considerar que cada sujeito organiza e dá sentido ao que a visão apreende. (COLLOT, 2012). Pela concepção deste autor, os moradores se encaixam na ideia do ponto de vista, pois o sujeito não está numa relação de exterioridade. A paisagem é vista de dentro, numa “solidariedade entre paisagem percebida e sujeito perceptivo [...] o sujeito se confunde com seu horizonte e se define como ser-no-mundo”. (COLLOT, 2012, p.12).

Diante dessa fundamentação, acredita-se que as informações coletadas indicam potenciais elementos/símbolos/marcas que caracterizam e compõem as paisagens devem ser preservados e inventariados para tombamento, individualmente ou em conjunto como preconiza o IPHAN, como Chancela da Paisagem. Abaixo, aponta-se o caminho percorrido e uma síntese de algumas referências que compõem a paisagem (figura 48).

Figura 48: Síntese de algumas referências da paisagem.



Fonte: LabPGT (2021).

Quadro 2 - Lista das referências na paisagem na bacia do rio Carvão e rio Maior.

1.1 Base da estrutura do cabo aéreo	2.1 Museu e restaurante da família Baesso
1.2 Casarão da família Cechinel, de 1911	2.2 Igreja Nossa Senhora dos Campos
1.3 Vista parcial da comunidade de Rio Carvão Baixo	2.3 Cachoeira na pousada Vale dos Figos
1.4 Casa da família Maestrelli, de 1927	2.4 Sobrado da família Bocardo
1.5 Capela Nossa Senhora da Saúde	2.5 Igreja São Gervásio e São Protásio
1.6 Afloramento da unidade estratigráfica Formação Rio Bonito	2.6 Casa de Ivanir Cancellier
1.7 Coqueria abandonada	2.7 Casa de Pedra Cancellier
1.8 Nascente do rio Carvão	2.8 Sobrado da família Mazzucco

Fonte: O autor (2021).

No que tange à paisagem quanto aos elementos naturais, nas duas bacias e em todas as comunidades, existe forte consenso de que é imprescindível a conservação. Foi fortemente evidenciado que as encostas, as áreas com vegetação nativa, as cachoeiras precisam ser preservadas. No entanto, a água com suas nascentes e o rio são a preocupação mais destacada por todos. Frases como:

É bom as pessoas não estão desmatando e isso acaba ajudando a preservar a natureza. (CASAGRANDE, 2021).

Tem que preservar essas encostas, eu sempre disse para preservar. (MUTTINI, 2021). A primeira coisa é a água que deve ser preservada. Principalmente onde tem a nascente da água. (CITTADIN, 2021)

Eu acho que tem que preservar os mananciais de água, as nascentes, os poços. (CERON, 2021).

Preservar a água dos rios, cada um deixar a mata perto do rio. (PILON, 2021). Precisa preservar a água, se não tem água não tem vida. (BOCARDO, 2021).

Fazer um trabalho grande de preservação de nascentes, recuperação de mata ciliar onde não tem e o controle de atividades que geram impactos. (MAZZUCCO, 2021). (informações verbais)⁵².

Nas comunidades da bacia do rio Maior, existe a percepção de que a paisagem mudou bastante. Essa percepção foi apontada pelos entrevistados fazendo o recorte do período dos últimos 40 anos. Para os moradores atualmente existem mais áreas vegetadas, principalmente nos morros. Segundo os entrevistados, antigamente a agricultura predominava e todo o terreno disponível era utilizado para plantar. Com o passar dos anos as atividades ligadas à terra foram diminuindo, sendo somente para o consumo próprio e também abandonadas. Estas áreas aos

⁵² Entrevistas concedidas respectivamente por Casagrande, S. Homem, 51 anos. Entrevista V. [fev.2021]; Mutini, C. G. C. Mulher, 68 anos. Entrevista VI. [fev.2021]; Cittadin, G. Homem, 76 anos. Entrevista VIII. [fev.2021]; Ceron, A. Homem, 72 anos. Entrevista IX. [fev.2021]; Pilon, V. Homem, 70 anos. Entrevista XII. [mar. 2021]; Bocardo, A. L. Homem, 72 anos. Entrevista XIII; [marc. 2021]; e Mazzucco, C. M. Mulher, 65 anos. Entrevista XIV. [fev. 2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021

poucos começaram a se regenerar ou foram utilizadas para reflorestamento com espécies exóticas com fim comercial.

A mudança do perfil socioeconômico, percebida pelos moradores, foi acompanhada por fatores como a atração exercida no primeiro momento pela mineração de carvão, depois indústria, a dificuldade da vida no campo, o envelhecimento das pessoas que trabalhavam na terra e, mais recentemente, a saída dos mais jovens para trabalhar fora do país, especialmente nas sorveterias de italianos na Alemanha. Essa condição que se inicia ao final da década de 1990 e nos anos 2000, é facilitada a muitas pessoas nas comunidades por possuírem dupla cidadania, brasileira e italiana. Mais de 100 anos depois parece que o processo migratório se inverteu na comunidade e também em todo o município.

As alterações sentidas pelos moradores demonstram como os elementos que compõem a paisagem vão mudando com o passar do tempo. Nesse sentido, a diminuição da área destinada para agricultura pode ser comprovada ao analisar o uso e ocupação da terra. Com o processamento de imagens digitais e os dados coletados em campo, Sutil *et al* (2019) apontam que ao comparar as imagens dos anos de 1957 e 2016 temos uma redução média de 80% de áreas agrícolas. Para reforçar, de acordo com os autores, em 2017 apenas 4 propriedades dependiam da agricultura como forma única de subsistência, número muito inferior ao identificado no ano de 1995, quando 66 propriedades estavam nessa condição. (SILVA, 1998). Embora exista o abandono da agricultura e o aumento de área vegetada seja um aspecto positivo, Sutil *et al* (2019) observa que dentre a vegetação secundária estão áreas de reflorestamento com espécies exóticas, principalmente dos gêneros *Acacia*, *Eucalyptus* e *Pinus*.

Essas informações podem ser visualizadas na paisagem da figura abaixo, ao se comparar a as imagens de 1968 (A) com de 2021 (B). Toma-se a de referência na paisagem a casa de Maria Adelaide Frol Mazzucco e verifica-se que no ano 1968, ao fundo a existência predominante de pastagens e as atividades estavam ligadas à agricultura. Já na imagem do ano de 2021 constata-se mais vegetação com árvores nativas, principalmente nas encostas. Segundo Mazzucco (2021), na imagem de 1968, aos fundos é o morro que pertencia à família Bocardo, local destinado ao cultivo massivo da cana de açúcar. (informação verbal)⁵³.

⁵³ Entrevista concedida por Mazzucco, C. M. Mulher, 65 anos. Entrevista XIV. [fev. 2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

Figura 49: Vista parcial da comunidade do Rio Maior, em 1968 e 2021.



Fonte: Mazzucco (2021) e autor (2021).

No tocante às águas do rio Maior os entrevistados demonstraram grande preocupação, pois a maioria considera que a quantidade de água no leito do rio diminuiu quando comparada à anos atrás. Foi feita referência à importância do projeto desenvolvido pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), chamado de Microbacias⁵⁴.

Referente ao uso e consumo de água nessas comunidades, o SAMAE informou que a Linha Rio Maior é abastecida pelo sistema de tratamento e distribuição de água da sede do município e da represa do rio Maior, localizada na comunidade. Já Rio Maior e São João do Rio Maior são abastecidos pelo sistema de tratamento e distribuição da estação de tratamento de água (ETA) localizada no Rio Maior. A captação é subterrânea com poço artesiano profundo, e o sistema abastece também as comunidades de Palmeira do Meio, Palmeira Alta, Rio Molha, Rio Molha Alto, Barro Preto, Loteamento Scussel e Loteamento Vila Romana. (SAMAE, 2021). Por abastecer diversas comunidades e o consumo ser variado entre doméstico, público, comercial e industrial é com atenção especial que o SAMAE olha para esta estação de captação, tratamento e distribuição de água. Em campo constatamos que mesmo os que utilizam a água do SAMAE possuem poços ou nascentes de água para a sua residência. Esse é um costume que vem desde o princípio da colonização em que as famílias tinham uma fonte própria de água.

Quanto às questões ambientais, percebeu-se em campo e foi apontado pelos entrevistados, que todas as comunidades apresentam problemas. Confirmando os estudos de

⁵⁴ O Projeto Microbacias foi desenvolvido pela EPAGRI em Santa Catarina com objetivo de incrementar a produção e a renda agrícola, promovendo a adoção de práticas sustentáveis de manejo e conservação do solo e da água pelos produtores rurais. (BACK; FONTANA; CITTADIN, 2000).

Ladwig *et al* (2017), em que se evidencia o uso inadequado e a ocupação irregular das Área de Preservação Permanente (APP) do rio e das nascentes, e o de Sutil *et al* (2019), que apontou diversos impactos ambientais, dentre eles considera os que requerem mais atenção são os oriundos das atividades de mineração e da ocupação irregular nas APPs.

A condição em que se encontra a paisagem vai mostrar como as relações sociais marcam seu estado atual. Nesse sentido, Besse (2014) diz existir consenso como alguns autores compreendem a paisagem. Para ele:

Há consenso hoje em dia em torno da ideia de que o estado de uma paisagem informa bastante sobre o estado da sociedade que contribuiu para produzi-la, o "estado" em questão comporta tanto elementos sociais e políticos quanto técnicos e culturais. [...] a paisagem é um grande documento humano colocado numa base que a ignora, e é preciso aprender a ler este arquivo. (BESSE, (2014, p. 97).

Os aspectos gerais quanto à preservação dos elementos naturais são os mesmos nas comunidades inseridas na bacia do rio Carvão, o que vai distinguir é a intensidade na percepção destes elementos.

Na comunidade inserida no perímetro urbano, bairro Nova Itália, os entrevistados apontaram a área verde do bairro, chamada de Caça e Pesca, como um importante espaço para conservação, com potencial uso para atividades de educação ambiental e lazer. A área conta com árvores nativas de grande porte e espécies características da Mata Atlântica. Ressaltam a importância da preservação do rio Maior e lembram ainda que entre 20 e 30 anos atrás era comum as pessoas se banharem no rio Maior. Apontam o grande problema do esgoto das residências que, apesar de ser canalizado, é todo despejado no rio Carvão sem nenhum tratamento.

Nas comunidades do Rio Carvão Baixo, Rio Carvão e Rio Carvão Alto a preocupação dos entrevistados quanto à preservação da natureza se sobressai em relação às outras comunidades. As citações que mais apareceram foram a de preservar as encostas com vegetação e as nascentes que ainda restam. Uma preocupação atual diz respeito à atividade da empresa de coque, única empresa de mineração de carvão que ainda funciona na comunidade e que emite gases na atmosfera prejudicando os moradores com fuligem, atingindo as casas, hortas e plantas em geral. Outra questão é a possibilidade futura da instalação de mais uma mina de carvão na área onde estão os passivos ambientais. Nesse momento os moradores demonstram não entender como isso é possível e tristeza misturada com a cobrança para recuperar as áreas degradadas ainda não recuperadas.

Reforça-se que a bacia do rio Carvão testemunhou todas as fases da economia e tipos de atividades desenvolvidas pela extração do carvão, ocorridos em toda a Bacia Carbonífera

Catarinense. A atividade que ocorreu a céu aberto e em minas subterrâneas deixou o passivo ambiental sentido pelas pessoas das comunidades. Moro (2015), ao fazer uma análise espacial utilizando imagens orbitais no mapeamento das classes de uso e cobertura da terra, chegou ao resultado de 4,5% de área minerada e 4,1% de área de recuperação ambiental do total da bacia do rio Carvão, enquanto a vegetação secundária, vegetação rasteira/pastagem e reflorestamento somadas resultam em torno de 84%.

No *Primeiro Relatório de Monitoramento dos Indicadores Ambientais* elaborado pela Ação Civil Pública, conhecida como ACP do carvão, agrupou as áreas de recuperação ambiental em distritos, destes estão em Urussanga os distritos de Rio Deserto, Santana e Rio Carvão, conforme tabela 1. O relatório não possui um mapa para espacializar quais áreas estão inseridas na bacia hidrográfica do rio Carvão, então, considera-se que o distrito denominado Rio Carvão está totalmente na bacia hidrográfica, já o distrito de Santana, comunidade que fica parcialmente dentro da área da bacia hidrográfica do rio Carvão, deve também possuir passivos na bacia. Na tabela 1 está o quantitativo de áreas a serem recuperadas. (SANTA CATARINA, 2007).

Tabela 1: Somatório das áreas impactadas (em hectares) pela mineração de carvão por distritos

Distritos	Céu aberto	Depósito de rejeito	Depósito de rejeito em cava de céu aberto	Subtotal (Área degradada)
Santana	511,70	74,89	7,86	594,45
Rio Carvão	262,47	172,42	-	434,88
Total	774,17	247,31	7,86	1.029,33

Fonte: Adaptado do Primeiro Relatório de Monitoramento dos Indicadores Ambientais, (2007).

De acordo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) do Serviço Geológico do Brasil, os impactos ambientais estão relacionados:

Intensa alteração topográfica com disposição de pilhas de rejeitos e estéreis, resultantes da utilização de draglines em lavras de superfície; intensa geração de drenagem ácida de mina (DAM), causada pela oxidação de sulfetos presentes nas camadas adjacentes ao carvão; e alteração do balanço hídrico de aquíferos, causada pela interconectividade de águas superficiais com águas subterrâneas, resultante da presença de bocas de mina abandonadas e pelo abatimento de minas subterrâneas. (CPRM, 2020).

Referente à água, a maior preocupação dos entrevistados, embora o comprometimento ocasionado pela extração de carvão mineral tenha diminuído muito, é com a vazão do rio e as

nascentes. Todos os moradores conseguem ter água em suas residências vinda de nascentes próprias ou do SAMAE. Dos entrevistados, alguns possuem água encanada do SAMAE, mas o costume de utilizar a água vinda de sistemas próprios ainda continua. Segundo Ceron (2021), ele não possui água do SAMAE e que antigamente pegava água do rio e depois do poço, mas com a mineração de carvão a água não prestou mais. Hoje a água de sua casa vem de, mais ou menos, 3 a 4 km de distância. Antigamente as companhias carboníferas faziam a manutenção e eram obrigadas a fornecer água aos moradores, mas hoje é tudo por conta dos moradores. (informação verbal)⁵⁵.

De acordo com o SAMAE, o uso da água na bacia hidrográfica do rio Carvão é praticamente todo doméstico. O abastecimento de água nas comunidades de Rio Carvão e Rio Carvão Baixo é realizado pelo sistema de tratamento e distribuição de água da ETA localizada no Rio Carvão, sendo captada em um dos afluentes do Rio Carvão. (SAMAE, 2021). Já a comunidade de Rio Carvão Alto não possui abastecimento pelo SAMAE e a comunidade usa água de poços ou nascentes.

Aqui cabe apontar que o recorte espacial adotado se torna preponderante, pois, ao organizar a área estudada pela delimitação da bacia hidrográfica como unidade de gestão e planejamento territorial, conforme afirmam Schussel e Neto (2015), Machado (2003) e Saraiva (1999), demonstra-se que todas as características, físicas e socioeconômicas, de uma área refletem na água dos rios e de forma direta ou indireta aparecem na paisagem. Ainda, comprova-se que é indispensável considerar as pessoas para compreender com mais exatidão a área e assim realizar as ações/projetos necessários.

Já quanto à paisagem e os elementos que as constituem no que tange aos aspectos socioculturais e históricos estabelecidos a partir da colonização até os dias de hoje, as características e os elementos destacados demonstram como do uso e ocupação da área se fazem presentes, tanto materialmente quanto imaterialmente. Desde tradições vinculadas ao sagrado, atividades ligadas à terra, atividades econômicas como a mineração ou a casas, igrejas e outras construções dentre tantas marcas que ainda estão impregnados na paisagem e na memória das pessoas. Expressões que estão nas paisagens e que para os moradores devem ser valorizadas e preservadas.

Dessa maneira, foram identificados símbolos como a religiosidade em torno do catolicismo, fortemente ligado à cultura dos primeiros imigrantes que se expressa

⁵⁵ Entrevista concedida por Ceron, A. Homem, 72 anos. Entrevista IX. [fev.2021]. Entrevistador: Gilberto Tonetto. Urussanga, 2021.

materialmente nas capelas ou imaterialmente na fé e nas histórias passadas de geração em geração. Este elemento foi o muito evidenciado pelos entrevistados. Os exemplos mais representativos são: a “Missa da Peste” hoje “Missa da Promessa” que tem registro de 1880 na comunidade de Rio Carvão; na comunidade de Linha Rio Maior, que remonta também ao final do século XIX ao se reunirem em torno de um quadro de Nossa Senhora dos Campos trazido da Itália; e na comunidade de Rio Maior por celebrar São Gervásio, o mesmo santo que os imigrantes cultuavam na Itália e que teve na união de seus moradores e na fé a força para eles próprios construíram a capela de modo mais próximo ao local de origem.

Portanto, nessas comunidades a fé é celebrada e vivida desde os primeiros colonizadores até os dias de hoje. Une o passado ao presente e indica ser um símbolo forte, uma herança coletiva que se expressa na paisagem como espaço de convívio social. Para Cosgrove (1998), essa simbologia está ligada à cultura, mas nem sempre estão visíveis na paisagem, é preciso decodificá-las por meio de evidências. Essas evidências ou códigos culturais se manifestam, como colocado por Caetano e Bezzi (2011, p. 461), “como um sistema de símbolos [...] que permitem a transmissão das características culturais de determinado grupo através das gerações”. A igreja é o símbolo ou código material e a fé e sua religiosidade de celebrar e cultivar os mesmos costumes seria o imaterial.

Nesse sentido:

As pessoas estão ligadas por um passado comum e por uma mesma língua, por costumes, crenças e saberes comuns, coletivamente partilhados. A cultura e a memória são elementos que fazem com que as pessoas se identifiquem umas com as outras, ou seja, reconheçam que têm e partilham vários traços em comum. (IPHAN, 2012, p. 7-8).

A Igreja do Rio Maior é a única original e tombada como patrimônio histórico reconhecido pelo IPHAN e FCC, sendo que somente a capela está salvaguardada por lei, o culto religioso, não. As capelas do Rio Carvão e da Linha Rio Maior não levam o título de patrimônio, mas será que elas não seriam detentoras da manifestação do que se vive e celebra há mais de um século? A Constituição Federal de 1988, as normativas da FCC e do IPHAN contemplam que o patrimônio cultural abrange os bens culturais de natureza material e imaterial, podendo ser inscritos para salvaguardá-los nos Livros de Registros e na Declaração como Lugares de Memória.

Por mais que as capelas citadas possam não representar uma edificação com valor patrimonial material, o contexto da memória evoca a simbologia de acontecimentos que

identificam e unem a comunidade no presente, tanto que aparece na fala dos entrevistados que ao menos as igrejas devem ser preservadas e/ou restauradas para se tornarem patrimônio.

Quanto às outras construções que se apresentam como um pedaço resistente da história das comunidades e das pessoas, tanto a percepção dos moradores entrevistados, as pesquisas bibliográficas e quanto às saídas de campo, demonstraram que algumas edificações estão ou podem ser preservadas, outras já estão em ruínas, totalmente abandonadas, mas, mesmo assim, são portadoras de memória e guardam as marcas e memórias do passado.

Na bacia do rio Maior, especificamente a comunidade do Rio Maior, guarda edificações tombadas como patrimônio histórico de forte referência, mencionada diversas vezes também pelos moradores da bacia do rio Carvão, os quais ressaltaram que devem permanecer preservadas. Ao mesmo tempo que muitos lamentam o abandono de algumas construções, como as rodas d'água e em especial a ferraria e marcenaria, próximo à capela do Rio Maior.

A comunidade de Rio Maior é referência em bens tombados na área rural de Urussanga, o município possui 24 bens tombados pelo FCC, sendo que 18 estão no perímetro urbano. Dos 24 bens tombados, 3 bens são também tombados pelo IPHAN e destes 2 estão na comunidade. Ainda, a comunidade e suas construções integram o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração em de Santa Catarina do IPHAN que, em linhas gerais, objetiva reconhecer e proteger o patrimônio cultural dos imigrantes no conjunto do patrimônio cultural brasileiro. As propriedades consideradas como patrimônio são o sobrado da família Bocardo, o sobrado da família Mazzucco, a Igreja de São Gervásio e São Protásio, a Casa de Ivanir Cancellier e a Casa de Pedra Cancellier (figura 48), construções tombadas em nível estadual. (SANTA CATARINA, 2018). Dessas, a Igreja São Gervásio e São Protásio e a Casa Ivanir Cancellier são tombados em nível federal pelo IPHAN. (IPHAN, 2007, 2017).

Nas comunidades da bacia do rio Carvão não existem construções tombadas em nenhuma esfera. Quanto à preservação e identificação de bens que podem se tornar um patrimônio, a observação feita pelos entrevistados é de que as mais bonitas foram destruídas devido aos impactos das atividades ligadas ao carvão e as poucas que restaram foram vendidas, abandonadas, substituídas ou descaracterizadas por reformas devido à ação do tempo.

Apontado por todos, o casarão da família Cechinel (figura 48, 1.2), datado de 1911, é a que mais foi citada. Apareceu também nas citações uma antiga casa da família Lucietti (figura 48, 1.4), construída em 1930, de madeira com dois pavimentos, desmontada de um local e montada em outro na própria comunidade do Rio Carvão, hoje pertencente a Sérgio Maestrelli. Outra casa de significativo valor histórico e que está preservada é a casa da própria família Maestrelli, toda de madeira datada de 1927.

Em consulta bibliográfica, verificou-se nos trabalhos de Luca (2007) e do IPHAN (2011) que existem outras indicações de construções⁵⁶. Nos trabalhos de Luca (2007) aparecem imagens de construções e paisagens que são consideradas portadoras de valor patrimonial e de identidade de sítios históricos da imigração italiana em Santa Catarina na área das duas bacias. A publicação do IPHAN (2011) aponta em um mapa as edificações para tombamento em níveis municipal, estadual e federal. Na bacia do rio Maior estão as já tombadas e na bacia do rio Carvão aparecem indicações de edificações que poderiam ser tombadas em nível municipal. Dentre as construções da proposta de tombamento do IPHAN (2011) estão algumas indicadas neste trabalho.

Em relação às construções abandonadas identificam-se, nas duas bacias, símbolos que apesar do estado de deterioração e abandono são portadoras de memória, guardam as marcas do passado ainda presentes nas paisagens. Como colocam Berque (1998) e Duncan (2004), essas marcas deixadas na paisagem são registros materiais ou imateriais, podem ser interpretados de diferentes formas, pois “canalizam, em um certo momento, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza”. (BERQUE, 1998, p.85), mas como alerta Duncan (2004), não podem ser tiradas de contexto.

Nesse sentido, nos exemplos de símbolos abandonados estão as estruturas do cabo aéreo, o lavador de carvão, a coqueria, a mina Santana onde ocorreu a tragédia com dezenas de vítimas e estão os passivos ambientais deixados pelas atividades de mineração do carvão. Já na bacia do rio Maior, a estrutura da antiga ferraria e marcenaria próximo a capela; o local onde foi a feclaria da família Mazzucco tocada por roda d'água e a chaminé da família Bocardo, merecem mais atenção e cuidado como referenciais da paisagem.

Em ambas as bacias existem elementos que compõem as paisagens que passam despercebidos, como as construções de madeira. É bem verdade que a maioria já foi destruída e outras bem alteradas, mas segundo de Luca (2007), nas nossas visitas *in loco* e na fala alguns entrevistados que essa questão poderia ser melhor avaliada em um estudo mais aprofundado referente ao valor patrimonial destas construções.

Esses símbolos que resistem ao tempo não possuem mais a mesma utilidade, representam o abandono das atividades de outrora, mas continuam a compor a paisagem. E,

⁵⁶ O trabalho do IPHAN teve como objetivo o desenvolvimento de uma política de amplo reconhecimento e proteção. Partindo das pequenas propriedades rurais, estudando as casas que abrigavam as famílias, os ranchos que viabilizaram a subsistência, os núcleos rurais e os centros urbanos, o projeto busca proteger as evidências maiores do extraordinário ciclo migratório ocorrido no Brasil. O patrimônio cultural dos imigrantes que se deslocaram para Santa Catarina durante os séculos XIX e XX, em especial entre 1850 e 1930, é de importância mundial. (IPHAN, 2011).

mesmo as atividades que geraram danos e rupturas sociais que se manifestam muito negativamente na paisagem constituem a história e a identidade dessas comunidades e, por isso, não devem desaparecer por completo. É certo que existem memórias que já não são possíveis de se materializar, contudo existem maneiras de salvaguardar seus resquícios.

Sobre todas as construções, as que estão em bom estado de conservação ou as abandonadas, é importante salientar que elas compõem a paisagem dessas comunidades e as caracteriza, seja pelo seu aspecto visual ou por evocarem memórias dos bens imateriais. E, se não podem ser tombadas para serem salvaguardadas em nível nacional, elas podem ser tombadas nas esferas estadual ou municipal, pois tanto a portaria n. 375 de 2009 do IPHAN quanto a Política de Patrimônio Cultural Material trazem como instrumentos de patrimonialização a Chancela da Paisagem e a Declaração aos Lugares de Memória, e ainda o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Isso quer dizer que existem instrumentos a serem utilizados pelo poder público para torná-las patrimônios tombados.

Ao dialogar com os moradores, percebeu-se a vontade de salvaguardar a memória e evocar os símbolos que possibilitem dar significado para o que se passou nessas comunidades, por esta perspectiva preservar e valorizar a paisagem é lhe conferir “a marca do trabalho sobre o território, um memorial ao trabalhador desconhecido”. (SOUZA; SABATÉ BEL, 2017, p. 252). Para esses autores, assim como para Carsalade (2010), Ribeiro (2019) e a visão do IPHAN, a ideia de considerar apenas monumentos ou elementos dispersos no território como patrimônio está ultrapassada. Atualmente se defende uma visão mais abrangente e integrada dos valores patrimoniais, “mudamos a ênfase de sua proteção, para seu respectivo valor. Vinculamos os recursos naturais e culturais ao território, passando da proteção à sua valorização. (SOUZA; SABATÉ BEL, 2017, p. 252).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem e a memória são compostas de camadas que se sobrepõem e ao serem expostas revelam as marcas que permanecem vivas. Com esse horizonte, permeado pelos apontamentos socioculturais e históricos, identificaram-se símbolos com grande significado que compõem a paisagem e que devem ser preservados por representarem a identidade e o patrimônio histórico e cultural, não só da área pesquisada, mas que de certa forma, representa o que aconteceu na Bacia Carbonífera Catarinense.

Tendo em vista os caminhos percorridos para atender o objetivo geral de analisar as paisagens das bacias hidrográficas dos rios Carvão e Maior numa perspectiva histórica e cultural, conclui-se que principalmente as entrevistas narrativas foram o ponto de imersão mais forte. As conversas com os moradores trouxeram não somente a memória individual, vieram carregadas de sentidos e sentimentos, dando potência e força para o entendimento das questões históricas e socioculturais que fazem parte da vida individual e coletiva das comunidades, sendo a identidade destes lugares. Como afirma Meihy (2005), a valorização das histórias dos sujeitos ao mesmo tempo perpassa e constitui a história coletiva, assim concebe-se “uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado”, (MEIHY, 2005, p. 19). Portanto, reforça-se, em primeiro lugar, que quaisquer intervenções/projetos de planejamento e gestão devem incluir os moradores locais e os marcos históricos e socioculturais considerados por eles.

Compreender a paisagem que hoje se apresenta na área de estudo significa refletir nos seus usos e ocupações ao longo do tempo e essa reflexão evidencia que o rio é fio condutor e guardião da memória. Logo, a confluência desses dois rios não marca somente a formação do rio Urussanga, representa também histórias que possuem a mesma origem e que em determinado momento tomaram caminhos que lhes conduziram a paisagens diferentes. Desta maneira, os rios Carvão e Maior carregam em suas águas, seja no nome ou nas suas características físicas por continuarem resistentes a fluir e demarcar seu território, a simbologia e a referência para estas comunidades. Por isso, “o rio constitui uma paisagem natural e cultural [...] múltiplas são as dimensões que representam para a sociedade esses elementos simultaneamente tão comuns e tão singulares. (SARAIVA, 1999, p. 1).

Como afirmado, a paisagem investigada apresenta muitos símbolos/marcas materiais e imateriais. Algumas mais fortemente percebidas e vividas, como edificações, celebrações religiosas e passivos ambientais, outras estão esquecidas à espera de que a ação do tempo as corra materialmente e imaterialmente da memória. Bens materiais como casas e estruturas

abandonadas persistem em clamar para serem salvaguardados. No entanto, outras marcas infelizmente não estão mais tão visíveis, como a cultura do povo Laklãnō-Xokleng e o uso da água do rio como força motriz.

Pelo entrelaçamento dos caminhos percorridos, entende-se que é necessário reunir esforços em estudos e medidas para salvaguardar a memória e a identidade do patrimônio local. Acredita-se que o trabalho oferece fortes subsídios para que se fomentem projetos/ações com o propósito de deixar viva a memória e a identidade local, por meio da patrimonialização da paisagem. Esse entendimento é justificado porque as paisagens das comunidades inseridas nas bacias do rio Carvão e Maior são portadoras de memória que as configuram como uma paisagem cultural. Pois, de acordo com o IPHAN (2009), esta abordagem considera os valores materiais e imateriais numa visão de conjunto como uma identidade conferida que não pode ser atribuída isoladamente. Então, preservá-las é manter a conexão entre presente, passado e futuro.

Pela perspectiva da importância da preservação da paisagem, entende-se que existe potencial para uma roteirização baseada nos aspectos evidenciados no presente trabalho. Proposição que se justifica baseado no aporte teórico-conceitual, nos dados levantados na pesquisa bibliográfica e de campo fortalecida pelas falas dos entrevistados. Essa ideia vai ao encontro de algumas atividades que já foram desenvolvidas na área e podem ser enriquecidas se espelhadas em exemplos de projetos já implementados no Brasil e exterior.

Em termos de exemplo, as paisagens das duas bacias foram utilizadas em projetos de educação ambiental desenvolvido pelo Comitê da Bacia do Rio Urussanga. O projeto consistia em percorrer toda a bacia do rio Urussanga, da nascente até a foz, com alunos do ensino fundamental de todos os municípios que fazem parte da bacia. O trajeto começava na bacia do rio Maior, seguia até a bacia do rio Carvão e, por fim, até a foz do rio Urussanga no Balneário Torneiro, em Jaguaruna. Essa dinâmica é utilizada também por diversas instituições de ensino que buscam aproximar os elementos constituintes da paisagem cultural resultantes da história de uso e ocupação da região sul de Santa Catarina. Dependendo do objetivo, pode-se visitar apenas uma das duas bacias e focar em questões específicas.

Outra atividade realizada é a caminhada fotográfica ou uma rota ciclística. Encontra-se registro de que as duas bacias foram alvo de caminhadas fotográficas propostas pelo Foto Clube de Urussanga, resultando em uma posterior exposição. Quanto à rota ciclística, é comum encontrar ciclistas que percorrem essas comunidades e registram seu trajeto com fotografias destacando as paisagens. Manifesta-se que o autor experimentou fazer isso em uma das visitas de campo.

As atividades citadas poderiam ser enriquecidas e, depois, ampliadas para demais grupos se existisse um roteiro com indicações e informações contidas com sinalização por placas e estruturas em painéis interpretativos: esses painéis auxiliariam no trajeto, localizariam os visitantes e trariam os aspectos históricos e socioculturais. Tais painéis devem ser alocados em pontos estratégicos e organizados de modo a formar uma rota onde o rio seria o fio condutor e referência para o deslocamento. Dessa maneira, tanto os símbolos materiais como os imateriais poderiam ser evidenciados aos visitantes/transeuntes destes espaços por meio de textos e imagens.

Carsalade (2010), Andrade (2012) e Souza e Sabaté Bel (2017) sugerem ser possível a conversação, valorização e requalificação desses espaços e que podem, assim, gerar um novo uso, uma nova significação. Souza e Sabaté Bel (2017) corroboram ao trazer o exemplo do eixo patrimonial das colônias têxteis do rio Llobregat, na Espanha, onde após a implementação da rota a dinâmica social mudou com a construção de habitações, serviços e, aos poucos, consolidaram-se verdadeiros povoados. O processo pode ser lento, passa pelo âmbito acadêmico, pelos moradores locais e esfera política, mas aos poucos as intervenções de preservação geram na “maioria das vezes de um belo invólucro, onde as marcas da história apenas são reivindicadas, ou aparecem como uma mera desculpa”. (SOUZA, SABATÉ BEL, 2017, p. 244). Indicam os autores que muitas das intervenções podem ser simples, como uma pequena manutenção, uma limpeza, pequenas obras e instalação de painéis para auxiliar na interpretação ao longo do caminho.

Em campo constatou-se que mesmo as edificações tombadas na bacia do rio Maior requerem atenção quanto à identificação. Apesar de algumas placas indicativas na rodovia SC 108, as cinco edificações no Rio Maior não possuem uma informação visual elaborada que chame atenção e oriente as pessoas que passam ou visitam o local. Nos pontos centrais das comunidades, nas igrejas, existem algumas placas com informações, mas só uma está em bom estado de conservação e, mesmo assim, carecem de orientação para o visitante.

Ao examinar o Plano Municipal de Turismo de Urussanga, as construções tombadas aparecem com forte destaque, assim como algumas igrejas. Do patrimônio imaterial são ressaltadas as festas do Vinho e *Ritorno Alle Origini* além de celebrações religiosas, destas está a igreja da comunidade de Linha Rio Maior, mas sem nenhuma alusão à história ou outra informação mais específica. A celebração da comunidade de Rio Carvão, com mais de 140 anos de tradição, não foi mencionada. Das atividades ligadas ao carvão, é mencionado apenas uma frase sobre a economia do passado e relata ser símbolo do município ao explicar porque está em seu brasão, mas nada além disso.

No que tange ao carvão é contraditório ao que se vê quando se chega ao pórtico de entrada do município e nas referências mais antigas, como o cartão postal exposto neste trabalho. No pórtico está a figura do trabalhador do carvão e onde, inclusive, passa a linha férrea que ainda hoje transporta o produto. Essa é uma memória que parece não receber muita atenção quanto às questões histórico-culturais em Urussanga. Talvez por evocar um passado de degradação dos recursos naturais e que ainda hoje continua a impactar nas paisagens à espera de recuperação. Para esta questão, sugere-se que uma forma de unir as empresas carboníferas, a comunidade e o poder público seria o tombamento de alguma estrutura, como a coqueria abandonada da CCU ou parte dela. Próximo a esta construção fica o local do acidente da mina Santana, que este local foi apontado por todos os entrevistados das comunidades do rio Carvão como necessário ter uma identificação em memória das vítimas. Este espaço poderia ser uma área de referência, assim se teria um novo uso que poderia ser incorporado à paisagem.

Os bens de natureza material e imaterial que compõem a paisagem são portadores de referência à identidade coletiva do lugar e dos grupos que se estabeleceram a partir do final do século XIX e que persiste até os dias de hoje. Essa característica, vista e sentida, serve como suporte à memória sociocultural destas comunidades e pessoas, fato verificado na fala de muitos que vieram no sentido de dizer como seria bom que os mais jovens soubessem dessas histórias, de como a comunidade se transformou e de como o rio foi importante, pois hoje ninguém mais olha para o rio. Por essa razão, a valorização e preservação devem ser o elo entre o passado e o futuro, sendo requisito básico para que se possa viver no presente numa sociedade que projeta o amanhã, valorizando suas marcas do passado.

Como uma pesquisa deve também deixar caminhos abertos para novos estudos, sugere-se que, em primeira instância, considerem os moradores locais dando voz aos seus anseios, percepções e histórias, dessa forma será mais fácil seguir qualquer direção. Também, registra-se que almejamos apresentar os resultados desta pesquisa ao poder público municipal de modo a valorizar essas comunidades e suas histórias, mostrando ser possível novos horizontes para essas paisagens.

A partir disso, apontam-se possibilidades de pesquisas futuras com a união de pesquisadores e comunidade. No geral, recomenda-se fazer um inventário dos bens materiais e imateriais, aprofundar e realizar novos estudos de viabilidade da patrimonialização junto às esferas do poder público municipal, estadual e federal para um direcionamento de como proceder quanto ao tombamento da paisagem e/ou elementos da paisagem. Advertir-se que esses patrimônios possuem, ao menos, grande valor em nível municipal e regional. Sugere-se o desenvolvimento de roteiros educacionais aplicados às escolas voltados à história local e a

educação ambiental. No caso da bacia do rio Carvão, buscar junto aos projetos de recuperação ambiental das áreas degradadas formas de compatibilizar a recuperação ambiental com a preservação da paisagem, procurando evidenciar a história local. No que diz respeito à bacia do rio Maior, viabilizar junto ao comércio às margens da rodovia SC 108 parcerias para serem locais que tenham informações histórico-culturais que possam auxiliar e orientar os visitantes.

Uma das pesquisas possíveis é em relação ao nome da comunidade de Rio Carvão. Como já apontado, no passado ao invés de três comunidades era apenas uma só. Diferentemente do que ocorreu na bacia e nas comunidades do rio Maior, no rio Carvão somente após um longo período se estabeleceu a divisão das comunidades em Rio Carvão, Rio Carvão Baixo e Rio Carvão Alto. Sendo que a origem do nome não está bem definida. Segundo as informações coletadas, algumas pessoas apontam que o nome não é originado devido a existência do carvão mineral, esse nome teria sido originado logo no começo do processo de ocupação em que se ateuva fogo na mata e muitas vezes os troncos caíam na água e viravam carvão.

Ainda, manifesta-se que no final da escrita desta dissertação descobriu-se, por intermédio do pesquisador Cristian Neilor Ceron, uma informação geológica que merece ser registrada. O pesquisador relatou a este autor que descobriu achados paleontológicos na bacia hidrográfica do rio Carvão e adjacências. Sua descoberta suscitou alguns estudos e publicações vindo a configurar a área como patrimônio geológico e paleontológico. Na bacia do rio Carvão dois locais apresentam geossítios da unidade estratigráfica Formação Rio Bonito. Esse aparecimento foi ocasionado pela atividade de extração do carvão que fez aparecer camadas geológicas que não poderiam ser vistas se não tivessem sido escavadas pela mineração⁵⁷.

Por fim, manifesta-se que a linha de pensamento que se seguiu, mesmo embasado na Geografia Cultural, utilizou-se da interdisciplinaridade das ciências ambientais. Realça-se a importância da interdisciplinaridade, pois a prerrogativa de utilizar diversas áreas do conhecimento garantiu mais segurança na condução e na conclusão deste trabalho. É verdade que alguns aspectos da pesquisa poderiam ser mais aprofundados e problematizados, já outras abordagens simplificadas, mas acredita-se que esses são critérios subjetivos e, portanto, depende do olhar do pesquisador.

Ainda, considera-se que em tempos de uma pandemia é imperioso manifestar questões que não seriam normais se o mundo estivesse vivendo outro momento. Durante o

⁵⁷ Um desses geossítios está indicado na figura 48, item 1.5. Mais informações podem ser encontradas em *Análise dos Afloramentos Fitofossilíferos o Município De Urussanga, SC (Formação Rio Bonito, Permiano Inferior de Iannuzzi et al (2015). Inventariação do Patrimônio Geológico e Paleontológico da Formação Rio Bonito Na Região Da Bacia Carbonífera De Santa Catarina*” de Iannuzzi et al (2011).

desenvolvimento da pesquisa dificuldades apareceram, exigindo alguns ajustes. O prazo para aplicação das entrevistas foi prorrogado duas vezes junto ao Comitê de Ética, isso impactou o prazo final de conclusão do trabalho. Inicialmente, foram previstas mais pessoas a serem entrevistadas, algumas mais idosas inclusive, as quais poderiam trazer memórias por eles vividas de maneira diferente, no entanto, acredita-se que essa questão não influenciou tanto nos resultados. A condução das conversas ficou, muitas vezes, prejudicada devido às medidas de segurança sanitária e a coleta de dados com as visitas *in loco* também ficaram comprometidas em alguns momentos.

REFERÊNCIAS

ACRIC. **Infelizmente a situação se repete.** Urussanga, 27 mar. 2020. Facebook: @Associacaocomunitariadoriocarvao. Disponível em: <https://www.facebook.com/Associacaocomunitariadoriocarvao/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

ADAMI, Rose Maria. **Rio Criciúma: o rio que a cidades escondeu – significados e representações na paisagem.** Criciúma, SC: UNESCO, 2015.

ADAMI, Rose Maria; CUNHA, Yasmine de Moura da. **Caderno do educador ambiental das bacias dos rios Araranguá e Urussanga.** Blumenau: Fundação Agências da Água do Vale do Itajaí, 2014. 137 p.

ALMEIDA, Walderes Cocta Priprá de. **O Mõg como instrumento pedagógico na educação escolar indígena: uma experiência Laklãnõ/Xokleng.** 2015. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História, Ufsc, Florianópolis, 2015.

ANDRADE, Bruno Amaral de. **Uma rota patrimonial para o baixo rio Santa Maria da Vitória/ES. Instrumento de conservação, valorização, requalificação e/ou transformação do Patrimônio Territorial.** 2012. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ARNS, Otília. **Criciúma 1880 – 1980: a semente deu bons frutos.** Florianópolis: Ioesc, 1985. 259 p.

ARRUDA, Gilmar (org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios.** Curitiba: Editora UFPR, 2008.

BACK, Álvaro José *et al* (org.). Características Morfométricas da Bacia Hidrográfica Relacionadas à Erosão Hídrica. In: POLETO, Cristiano (org.). **Hidrossedimentologia.** Rio de Janeiro: Interciência, 2019. Cap. 1. P. 1-31.

BACK, A. J. Caracterização Climática In: MILIOLI, G.; SANTOS, R. dos; CITADINI-ZANETTE, V. (Orgs.). **Mineração de carvão meio ambiente e desenvolvimento sustentável no sul de Santa Catarina.** Curitiba: Juruá, 2010. p. 17-33.

BACHELARD, Gaston. **A Água e os Sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria.** Tradução de: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BALDESSAR, Quinto Davide Mons. **Imigrantes: sua história, costumes e tradição.** 3. ed. [Forquilha]: Do autor, 2007. 314 p.

BARRELLA, W. *et al.* As relações entre as matas ciliares os rios e os peixes. In: RODRIGUES, R.R.; LEITÃO FILHO; H.F. (Ed.). **Matas ciliares: conservação e recuperação.** 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BELLOLI, Mário. QUADROS, Joice. GUIDI, Ayser. **História do Carvão de Santa Catarina: 1790-1950.** Criciúma, SC: IOESC, 2002. v.1.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. (org). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 92-124.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro (RJ): UERJ, 2014.

BEZ BATTI, Amauri. **Retratos de Urussanga e suas localidades**. Urussanga, 03 dez. 2017. Facebook: Retratos de Urussanga e suas localidades. Disponível em: <https://www.facebook.com/Retratos-de-Urussanga-e-suas-localidades555779554713850/?ref=page_internal>. Acesso em: 09 out. 2020.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

BRASIL. **Lei nº 9433/96 de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília, D.F. 1997.

BRASIL. Ministério. Ministério de Minas e Energia. Decreto 85.206/1980 (Altera o artigo 8º do Decreto nº76.389/75). Dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição Industrial. Disponível em: Acesso em: 27 set. 2019.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Povos indígenas em Santa Catarina. In NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfê; ROSA, Helena Alpini, *et al* (Eds.). **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate**, 37-65. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA. Ata da Sessão Ordinária do dia 02 de agosto de 2011. Disponível em: https://www.camaurussanga.sc.gov.br/camara/atas/sessao_ordinaria/2011/1/0/191. Acesso em 23 set.2020.

CAMPOS, Juliano Bitencourt. **ARQUEOLOGIA ENTRE RIOS E A GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO NO EXTREMO SUL DE SANTA CATARINA – BRASIL**. 2015. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Quaternário Materiais e Cultura, Universidade de Trás-os-montes e Alto Douro, Vila Real, 2015.

CAMPOS, M. L.; ALMEIDA, J. A. de; SILVEIRA, C. B. da; GATIBONI, L. C.; ALBUQUERQUE, J. A.; MAFRA, Á. L.; MIQUELLUTI, D. J.; FILHO, O. K.; SANTOS, J. C. P. Impactos no solo provocados pela mineração e depósito de rejeitos de carvão mineral. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, Lages, v.9, n.2, p. 198-205, 2010.

CAETANO, Jessica Nene. BEZZI, Meri Lourdes. Reflexões na geografia cultural: a materialidade e a imaterialidade da cultura. Soc. nat. [online]. 2011, vol.23, n.3, pp.453-456. ISSN 1982-4513. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1982-45132011000300007>>.

CAMPOS, Mari Lucia *et al*. Impactos no solo provocados pela mineração e depósito de rejeitos de carvão mineral. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, Lages, v. 9, n. 2, p.198-205, 2010.

CAROLA, Carlos Renato. Modernização, cultura e ideologia de carvão em Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, Alcides. (Org). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 11 – 34.

Carola, Carlos Renato. Natureza admirada, natureza devastada: História e Historiografia da colonização de Santa Catarina. *Varia Historia* [online]. 2010, v. 26, n. 44 [Acessado 12 Julho 2021] , pp. 547-572. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-87752010000200011>>. Epub 07 Feb 2011. ISSN 1982-4343. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752010000200011>.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Mineração e patrimônio cultural: uma análise comparada entre a experiência brasileira e a internacional. In: ANAIS DO 10 COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMONIO, PROJETO, 2010, Belo Horizonte. **Anais do 1o colóquio Ibero-americano: paisagem cultural, patrimônio, projeto**. Belo Horizonte: Ieds, 2017. v. 1, p. 173 – 192.

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção de paisagens. In: NEGREIROS, Carmem; ALVES, Ida; LEMOS, Masé. (org.). **Literatura e Paisagem em Diálogo**. Rio de Janeiro: Makunaima, 2012. p. 11-29.

CORRÊA, Dora Shelard. Os rios na formação territorial do Brasil: considerações sobre a historiografia paulista. In: ARRUDA, Gilmar (org.) **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 47-72.

COSTA, M. D. O.; OSÓRIO, P. S. **Memórias e identidades: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina**. Criciúma, SC: Ediunesc, 2017.

COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. (org). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 92-124.

COSGORVE, Denis. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 103-134.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luís Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Afeche Pimenta. – 4. ed. rev. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. (org). **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004. p. 13-74.

COTIDIANO: **Na copa da figueira, a história**. Criciúma, 21 set. 2012. Disponível em: <https://www.canalicara.com/cotidiano/na-copa-da-figueira-a-historia-15481.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CPRM, Serviço Geológico do Brasil. **GEOCIENTÍFICO: Tipos de Impactos - Bacia Carbonífera de Santa Catarina**. Disponível em:< <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Acoes-Especiais/Tipos-de-Impactos---Bacia-Carbonifera-de-Santa-Catarina-5403.html>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha – 2ed – Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALL ‘ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina: Documentário**. Caxias do Sul/Florianópolis: EDUCS/Lunardelli, 1983.

DE FAVERI, Hilário Ernesto. SOUZA, João Carlos de. **Cocal do Sul: um mergulho na história.** Cocal do Sul. Grafiper, 2006. 400p.

DEL RIO, V. Paisagens, realidade e imaginário: a percepção do cotidiano. **Paisagem Ambiente Ensaios**, São Paulo n. 7 p. 93 - 101 jun. 1995, p. 93-101. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133815/129686>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DEWS, João Osvaldo. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos.** Monografia. Graduação Bacharel em Estatística. Departamento de Estatística. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. 51 p.

DUNCAN, James. **A paisagem como sistema de criação de signos.** In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. (org). **Paisagens, textos e identidades.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2004. p. 91-132.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista* [online]. 2004, n. 24 [Acessado 11 Julho 2021], pp. 213-225. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.357>>. Epub 04 Mar 2015. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.357>.

ESCARAVACO, Arnaldo. **URUSSANGA: As Imagens da História - Da colonização à última década do século XIX.** Urussanga: Empresa de Comunicação e Assessoria, 1984. 90 p.

ESCARAVACO, Arnaldo. **URUSSANGA: As Imagens da História - Da 1ª a 3ª década do século XX.** Urussanga: Empresa de Comunicação e Assessoria, 1984. 121 p.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **DISTRIBUIÇÃO E PADRÃO DE ASSENTAMENTO - PROPOSTAS PARA OS SÍTIOS DA TRADIÇÃO UMBU NA ENCOSTA DE SANTA CATARINA.** 2005. 367 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FAZITO, Dimitri. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional:** proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários, 2005. 204p. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gérias, Belo Horizonte.

FELIPE, Giovani. **Os acidentes nas minas de carvão da região Carbonífera de SC (1980-2000): uma história silenciada pela ideologia do progresso e pelos órgãos de comunicação regional.** 2013. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Unesc, Criciúma, 2013.

FERREIRA, Joaquim Vieira. **Azambuja e Urussanga.** Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1939.

FIGUEREDO, O. L.; ZANELATTO, J. H. Trajetória de migrações no Brasil. **Rev. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences.** vol. 39. n. 1. 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 87 p.

GANDARA, Gercinair Silvério. Cidades-beira: raízes urbanas e suas relações com o ambiente/natureza. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2013, Natal. **Anais.** Natal: Anpuh, 2013. p. 1-17. Disponível em:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364604463_ARQUIVO_TextoANPUH2013.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GAKRAN, Nanblá. **ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS DA LÍNGUA LAKLÃNÕ (XOKLENG) "JÊ"**. 2005. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Linguística, Departamento de Linguística, Unicamp, Campinas, 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270384/1/Gakran_Nanbla_M.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 159 p.

GONÇALVES, T. M. **Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano**. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade. In: _____. **Brasil: 500 anos de povoamento**, IBGE, 8º capítulo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil500/italianos.html>> Acesso em: 08 nov. 2020.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e cidades: ruptura e reconciliação**. São Paulo: Senac, 2010.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. 2001. 391p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285604>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

GOUVEIA, Isabel Cristina Moroz-Caccia. A cidade de São Paulo e seus rios: uma história repleta de paradoxos. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 27, 2016.

GUERRA, Antônio José Teixeira.; CUNHA, Sandra Baptista. Degradação ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 337-379.

GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo Dicionário Geologia Morfológica**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 544-545.

GURAN, Milton. Considerações sobre a constituição e utilização do corpus fotográfico na pesquisa antropológica. In: Discursos fotográficos, 2011. Londrina, v.7, n.10, p.77-106.

GRUPO TÉCNICO DE ASSESSORAMENTO (Santa Catarina) (Org.). **PRIMEIRO RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DOS INDICADORES AMBIENTAIS: ACP Nº 2000.72.04.002543?9/SC**. Criciúma: Gta, 2007. 201 p. Disponível em: <<http://acpcarvao.com.br/login/index.php>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

GOULART, Yves. 1 vídeo (15min.). **Ouro Negro**. Publicado por Goulart Filmes, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NA5whlWYDck&t=679s>> Acesso em: 07 jan. 2021.

HEIDEMANN, Eugenia Exterkoetter. **O Carvão em Santa Catarina: 1918-1954**. 1981. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1981.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875 - 1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (Orgs): **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 149-168.

IANNUZZI, R. ; ALVARENGA, R. ; SOUZA, J. M. ; CERON, C. N. ; FREITAS, J. O. ; ROESLER, G. A. ; MATSUMURA, W. M. K. . **Análise dos afloramentos fitofossilíferos do município de Urussanga, Sc** (Formação Rio Bonito, Permiano Inferior). In: IX Simpósio Sul-Brasileiro De Geologia, 2015, Florianópolis. IX Simpósio Sul-Brasileiro De Geologia, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades - Santa Catarina. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urussanga/historico>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual técnico da vegetação brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (Série Manuais Técnicos em Geociências).

IOTTI, L. H. (2003). **Imigração e colonização**. Revista Justiça e História. Recuperado de https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/3n5/doc/07-luiza_lotti.pdf

IPHAN. **Roteiro Nacional de Imigração: Dossiê de tombamento**. Brasília: Iphan, 2007.

IPHAN. **Paisagem cultural**. Brasília. 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf > Acesso em: 10 fev. 2021.

IPHAN. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. 3. ed. Texto e revisão de Natália Guerra Brayner. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

IPHAN. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 17, 5 Maio 2009.

IPHAN. **Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília: Iphan, 2011.

KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris. (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 13-31.

KLUG, João; SANTOS, M. P. R. T.; LIMA, A. B. **Colonização Europeia**. In: ROCHA, Isa de Oliveira. (Org.). Atlas Geográfico de Santa Catarina. População? Fascículo 3. 3 ed. Florianópolis: Secretaria de Estado do Planejamento, 2018, v. 3, p. 104-123.

LADWIG, N. I.; et al. Impactos ambientais na área de proteção ambiental do Rio Maior, no município de Urussanga/SC. In: LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo (Org.). **Planejamento e gestão territorial: gestão integrada do território**. Criciúma: UNESC, 2017. p.79-87. DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/plan06>

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003. 288 p.

Lavina, Rodrigo. 1994. **Os Xokleng de Santa Catarina**: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos. Dissertação (Mestrado em Estudos Históricos Latino-Americanos) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto Anchieta de Pesquisas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo/RS.

LIMA, ELIANE BAADER DE e BASTOS, RODRIGO ALMEIDA Estética da imperfeição: o pensamento de John Ruskin e a arquitetura rural em Santa Catarina. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material [online]. 2019, v. 27 [Acessado 12 Julho 2021] , e23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672019v27e23>>. Epub 04 Nov 2019. ISSN 1982-0267. <https://doi.org/10.1590/1982-02672019v27e23>.

LUCA, Virgínia Gomes de. **O patrimônio arquitetônico e a paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Arquitetura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MAESTRELLI, Sérgio Roberto. **Do Parreiral à Taça**: o vinho através da história. Urussanga: Epagri, 2011. 339 p.

MAESTRELLI, Sérgio Roberto. **RIO CARVÃO BAIXO RELEMBRA SÃO JOAO MARIA VIANNEY**. Urussanga, 07 dez. 2012. Disponível em: <http://panorama.sc/rio-carvao-baixo-relembra-sao-joao-maria-vianney/>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MAESTRELLI, Sérgio Roberto. **Missa da Peste – Os imigrantes viveram dias de aflição**. Urussanga, 15 mai. 2009. Disponível em: <http://panorama.sc/missa-da-peste-os-imigrantes-viveram-dias-de-aflicao/>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MACCARI, Eliana. Há 140 anos, a promessa da cura da peste em Rio Carvão. **Vanguarda**. Urussanga, 22 maio 2020. p. 1-32.

MACAHDO, Carlos José Saldanha. Recursos hídricos e cidadania no Brasil: limites, alternativas e desafios. Ambientguveie & Sociedade [online]. 2003, v. 6, n. 2 [Acessado 11 Julho 2020] , pp. 121-136. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000300008>>. Epub 26 Jul 2004. ISSN 1809-4422. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000300008>>.

MANDELLI, Bruno. **A explosão da mina Santana**: uma tragédia anunciada. Curitiba: CRV, 2021.

MARIOT, Edson João. 1 vídeo (5min.). **Urussanga no final da década de 1940**. Publicado por Edson Mariot, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aKaWGL9qO1A>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

MARIOT, Edson João. **Duas atrações: o cabo aéreo e a marion**. 2010. Disponível em: <http://santanamineracao.blogspot.com/2010/11/duas-atracoes-o-cabo-aereo-e-marion.html>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MARQUES, Agenor Neves. **Imigração Italiana**: Edição Comemorativa do Centenário de Urussanga 1878-1978. Criciúma: Gráfica Ribeiro, 1978. 272 p.

MARZANO, L. **Colonos e imigrantes italianos na floresta do Brasil**. Tradução de João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985.

MAZZUCCO, Vinhos. **Vinhos Mazzucco**. Urussanga, 22 maio 2015. Facebook: @vinhosmazzucco. Disponível em: https://www.facebook.com/vinhosmazzucco/?ref=page_internal. Acesso em: 11 dez. 2020.

MAZZURANA, Valdemar; CANCELLIER, Olivo de Lorenzi. **Rio Maior: traços culturais e transformações de um grupo de imigrantes italianos do sul de Santa Catarina**. 2. ed. Orleans, SC: Ed. do Autor, 2012. 174 p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIRELLES FILHO, João. I-Brasil: uma história dos rios. In: MIRANDA, Evaristo de; MEIRELLES FILHO, João. **Rios do Brasil: História e Cultura**. São Paulo: Meta Livros, 2016. Cap. 1. p. 24-211.

MELÉNDEZ, José Juan Pérez. Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo. **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 68, p. 35-60, 2014.

MENEGON BRISTOT, V.; DA SILVA REZENDE DA ROSA, G.; TONETTO, G.; IVO LADWIG, N.; BITENCOURT CAMPOS, J.; GUSTAVO SANTOS DA SILVA, J.; JOSÉ ZOCHE, J.; SANDER DA SILVA, A. Desinent Socio-Environmental Conflict of Mineral Coal Extraction Liabilities in the Southern Carbonifera Region of Santa Catarina State. *International Journal for Innovation Education and Research*, Dhaka, Bangladesh, v. 8, n. 11, p. 178–197, 2020. DOI: 10.31686/ijer.vol8.iss11.2736. Disponível em: <<https://ijer.net/ijer/article/view/2736>> . Acesso em: 21 may. 2021.

MENEZES, Carlyle Torres Bezerra de; CAROLA, Carlos Renato. A política de modernização, a legislação ignorada e a degradação socioambiental da indústria carbonífera (1930-1970). In: CAROLA, Carlos Renato. (org.). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. Cap. 3. p. 196-218.

MILHEIRA, Rafael. Guedes. **Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: História e Território**. São Paulo: MAE-USP, (Tese de Doutorado), 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. Cap. 1. p. 9-30.

MIRANDA, Evaristo de. Sistemas naturais e humanos. In: MIRANDA, Evaristo de; MEIRELLES FILHO, João. **Rios do Brasil: História e Cultura**. São Paulo: Meta Livros, 2016. Cap. 2. p. 212-295.

NASCIMENTO, Dorval do. A produção histórica e cultural da região carbonífera de Santa Catarina, 1880-1930. CAROLA. In: GOULARTI FILHO, Alcides. (Org). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 49-61

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas - 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, v. 1, n. 44, p.218-269, 28 fev. 2000.

NOSTRI NONNI: Rio Carvão, o reduto da Família Cechinel. Urussanga, 24 maio 2013. Disponível em: <http://www.jvanguarda.com.br/>. Acesso em: 09 out. 2020.

PATTÉ, Ana Roberta Uglô. Barragem Norte na Terra Indígena Laklãnô. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

PARÓQUIA URUSSANGA. **Capela São João Vianney.** 2020. Disponível em: <http://www.paroquiaurussanga.com.br/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PARÓQUIA URUSSANGA. **Capela Nossa Senhora dos Campos.** 2020. Disponível em: <http://www.paroquiaurussanga.com.br/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PEIXOTO, Paulo. Os usos sociais dos rios. In: PEIXOTO, Paulo; CARDIELOS, João Paulo. **A água como patrimônio: experiências de requalificação das cidades com água e das paisagens fluviais.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. Cap. 4. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/os_usos_sociais_dos_rios>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PEREIRA, A. C. M. *et al.* **Um vapor para Benedetta:** viagem das terras venetas ao sul catarinense relatada por aqueles que mais conhecem essa história: a gente de Urussanga. Tubarão: Editora Unisul, 2011. 106 p.

Pereira, Adriano. **Rio Carvão Baixo.** Urussanga, 03 de dez. 2017. Facebook: Adriano Pereira Cacilda Ramos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/adriano.pereira.56232938>>. Acesso em: 15 out. 2020.

PEREIRA, César. **João Trento: Cento anni di storia.** Urussanga: Do Autor, 2013. 100 p.

PERES, Jackson Alexandro. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914).** 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós- Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Ufsc, Florianópolis, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e a identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Porto, Monica F. A. e Porto, Rubem La Laina. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos Avançados** [online]. 2008, v. 22, n. 63 [Acessado 11 Julho 2021], pp. 43-60. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000200004>>. Epub 12 Maio 2009. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000200004>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA. Lei nº 1.665, de 27 de novembro de 1998. Cria área de proteção ambiental do Rio Maior e dá outras providências.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

REBOLLAR, P. B. M. As interações entre a comunidade ítalo-brasileira de Urussanga e a Mata Atlântica (1870 - 1920) In: Simpósio Nacional da ANPUH, São Leopoldo, 2007.

RESCHILIAN, Paulo Roberto.; BEVILACQUA, Andrea Francomano. A bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e desenvolvimento sustentável. In: VI Encontro Nacional da ANPPAS. ANAIS... Belém, 2012.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem**. In book: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: IPHAN, 2019.

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. Urussanga, 2021.

SANTA CATARINA. Comitê de Gerenciamento Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. **Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga**. 2014. Disponível em: <<http://www.aguas.sc.gov.br/a-bacia-rio-urussanga/bacia-hidrografica-rio-urussanga>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SANTA CATARINA. Constituição (2018). Lei nº 17.565, de 06 de agosto de 2018. **Lei do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 08 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.cultura.sc.gov.br/legislacao/patrimonio-cultural/patrimonio-material#lei-do-tombamento-estadual>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

SANTOS, Marcos Cesar Pereira; PAVEL, Diego Dias; CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Arqueologia Entre Rios: do Urussanga ao Mampituba: paleoambiente, cultura material e ocupação humana na paisagem litorânea do Extremo Sul Catarinense entre 3500-200 anos antes do Presente**. Cadernos do CEOM, v. 29, n. 45, p. 64-86, 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 2 reimp. São Paulo: Edusp, 2006, 384p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses Do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988. 124p.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. - 5 ed., 3.reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 96 p.

SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto. **O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999.

SAUER, Carl. O. A morfologia da paisagem. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. pp.12-74.

SCHAMA. Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Adelita Araújo de; SABATÉ BEL, Joaquín. **Evolução no tratamento das paisagens culturais na Espanha: um caso paradigmático: o plano das colônias têxteis do rio Llobregat**. Oculum Ensaaios, v. 14, n. 2, 2017.

SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONI, Luiz Donizete B. **A temática indígena na escola – novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, V. R. Aspectos da vegetação da bacia do rio Maior no município de Urussanga - SC. **XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, 137, práxis, autonomia: espaços de resistência e de esperanças**, Porto Alegre, p.1-10, jul. 2010.

SILVA, V. R. **Caracterização física e sócio-econômica da microbacia do rio Maior, Urussanga - SC.** 1998. 103 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Comitê de Gerenciamento Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga.** Disponível em: <http://www.aguas.sc.gov.br/a-bacia-rio-urussanga/bacia-hidrografica-rio-urussanga>> Acesso em: 10 jul. 2020.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Ana Lúcia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2017. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SCHUSSEL, ZULMA e NASCIMENTO NETO, PAULO. GESTÃO POR BACIAS HIDROGRÁFICAS: DO DEBATE TEÓRICO À GESTÃO MUNICIPAL. *Ambiente & Sociedade* [online]. 2015, v. 18, n. 3 [Acessado 10 Junho 2021], pp. 137-152. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC838V1832015>>. ISSN 1809-4422.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos do Sul Catarinense (1875-1925):** resistência e extermínio. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, Juliano Motta. **Aspectos de paisagem, memória e esquecimento de um rio urbano: lembranças do Rio Marinho (ES).** 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

SILVA, Ketilin Keli da; FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de (org.). Os primeiros contatos estabelecidos entre os Xokleng e os imigrantes italianos na cidade de Urussanga, Santa Catarina. **Memoare**, Tubarão, v. 1, n. 1, p. 183-198, 01 jun. 2013. Semestral. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/1898. Acesso em: 05 ago. 2020.

SORATO, Augusto. **Elaboração do mapa de divisão político-administrativa do município de Urussanga/SC.** 2019. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia de Agrimensura, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019.

SUTIL, Thaise. **Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Maior, Urussanga, SC.** 2018. 164p. Dissertação (mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2018.

SUTIL, Thaise *et al.* Diagnóstico físico, socioeconômico e socioambiental do território da área de proteção ambiental (APA) do Rio Maior – Santa Catarina – Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, [S.l.], v. 12, n. 4, p. 1583-1599, nov. 2019. ISSN 1984-2295. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/240643>>. Acesso em: 29 nov. 2021. doi:<https://doi.org/10.26848/rbgf.v12.4.p1583-1599>.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

URUSSANGA. Constituição (1998). **Lei nº 1.665, de 27 de novembro de 1998**. Cria área de Proteção Ambiental do Rio Maior e Dá Outras Providências. 1. Ed.

URUSSANGA, Prefeitura Municipal. Secretaria de Saúde. Urussanga, 2020.

UM URUSSANGA MINÉRIOS LTDA (Criciúma) (org.). **Institucional**. 2020. Disponível em: <http://www.um.eco.br/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

VIRTUOSO, José Carlos. **As dinâmicas de poder na apropriação dos recursos comuns com recorte no uso da água na Bacia do Rio Urussanga, sob o enfoque dos princípios de ecodesenvolvimento**. 2019. 311 p. Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), 2019.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **A pirita humana: os mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Ed. da UFSC/ALESC, 1984.

WORSTER, Donald. Pensando como um rio. In: ARRUDA, Gilmar (org.) **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 27-46.

ZANELATTO, João Henrique; COELHO, Tiago da Silva. Experiência do trabalho na mineração. In: COSTA, Marli de Oliveira; OSÓRIO, Paulo Sérgio. **Memórias e Identidades: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina**. Criciúma: Ediunesc, 2017.

XXII Congresso Brasileiro de Paleontologia. **INVENTARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E PALEONTOLÓGICO DA FORMAÇÃO RIO BONITO NA REGIÃO DA BACIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA**. 2011. (Congresso).

APÊNDICE

ROTEIRO PARA CONDUÇÃO DA ENTREVISTA

Dados pessoais

Nome:

Bairro:

Profissão:

Qual sua idade:

Quanto tempo reside nessa comunidade:

Fale um pouco sobre sua vida como morador dessa comunidade:

Perguntas

- 1) Sabe o nome do rio que passa na sua comunidade?
- 2) O que você acha das águas deste rio?
- 3) Por que a água do rio está deste jeito? Sabe para que foi utilizada?
- 4) E você utiliza ou já utilizou a água do rio?
- 5) Você acha que atualmente a água deste rio tem alguma utilidade? Para que?
- 6) Com o passar do tempo você pôde observar mudanças na paisagem da sua comunidade? Podes descrevê-las para mim?
- 7) Pra você quais elementos da natureza chamam mais atenção na sua comunidade? Existe algo que deva ser preservado? (após a resposta mostrar a imagem)
- 8) E quais elementos construídos como casas ou até construções abandonadas chamam mais sua atenção ou que destacaria na sua comunidade? Existe algo que deva ser preservado? (após a resposta mostrar a imagem)